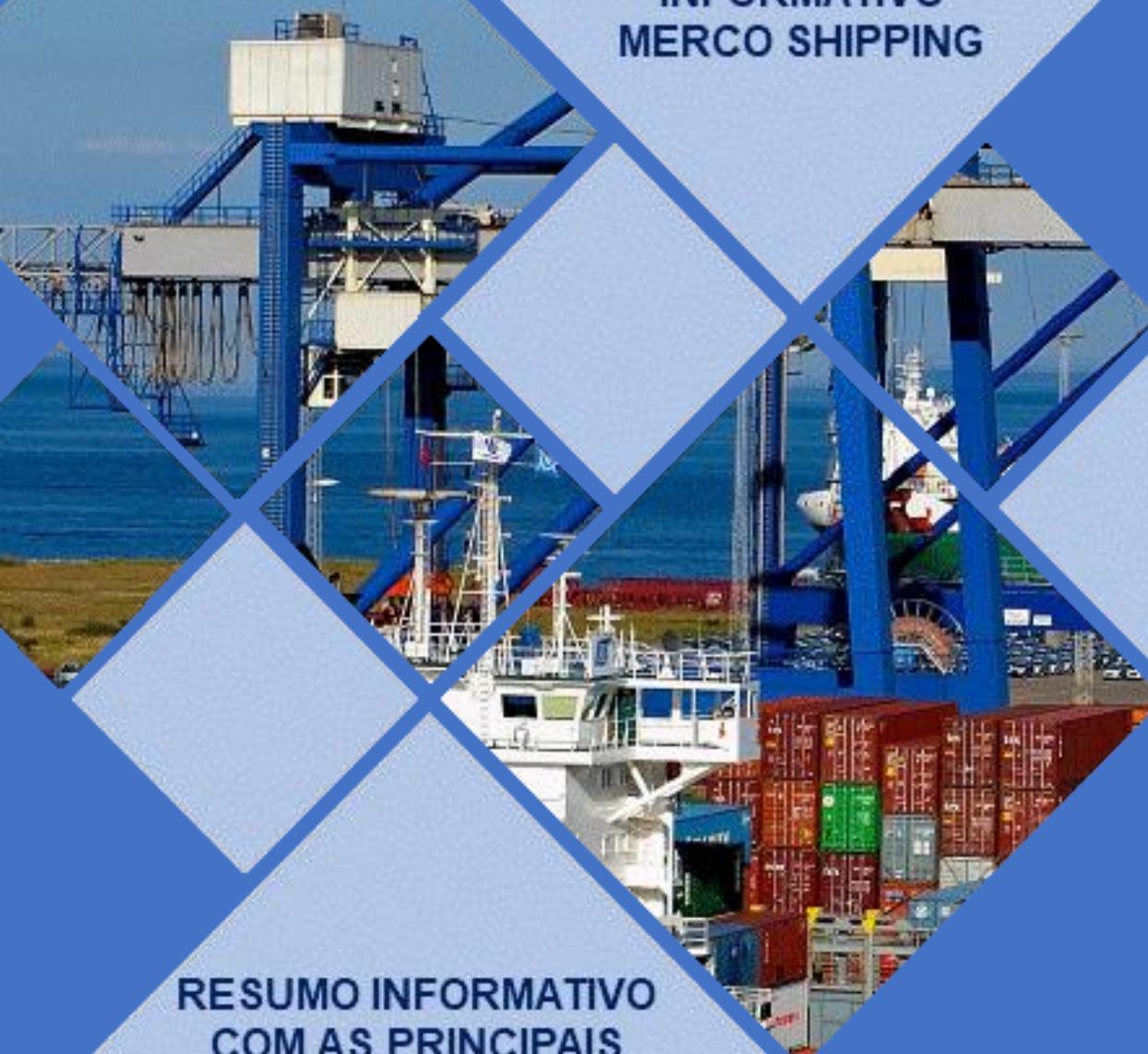


INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 090/2025
Data: 08/07/2025

ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
MPF DEFENDE EXCLUSIVIDADE DE TRABALHADORES AVULSOS NOS PORTOS EM AÇÃO NO STF	4
BRASIL E CHINA FECHAM ACORDO PARA CORREDOR FERROVIÁRIO BIOCEÂNICO ATÉ O PERU	5
PORTO DE SANTOS REABRE PLANO DE DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO; EMPREGADOS PODEM RECEBER ATÉ R\$ 450 MIL	6
DONOS DE IMÓVEIS NO MACUCO COBRAM GARANTIAS PARA O TÚNEL ENTRE SANTOS E GUARUJÁ; OBRA CUSTARÁ R\$ 6,8 BILHÕES	7
INSTITUTOS FEDERAIS EM SANTOS E GUARUJÁ TERÃO CURSOS PORTUÁRIOS; AULAS JÁ TÊM PREVISÃO DE INÍCIO.....	8
PRESIDENTE DO PORTO DE SANTOS É CONTRA RESTRIÇÃO EM LEILÃO DE MEGATERMINAL AVALIADO EM R\$ 6,45 BILHÕES ...	9
TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ: AUTORIDADE PORTUÁRIA QUER PROPRIEDADE DA OBRA E FARÁ EXIGÊNCIAS AO GOVERNO DE SÃO PAULO	10
MAIOR NAVIO DE GUERRA DA MARINHA RECEBE VISITAS EM SANTOS, NO LITORAL DE SÃO PAULO	11
GOVERNO FEDERAL AUTORIZA LICITAÇÃO DO CANAL DE ACESSO AO PORTO DE SANTOS.....	12
COMISSÃO ESPECIAL PARA REVISAR A LEI DOS PORTOS SERÁ INSTALADA NESTA QUARTA-FEIRA	13
ME – MOVIMENTO ECONÔMICO	14
AL PODE TER AEROPORTO EM ARAPIRACA E VOOS INTERNACIONAIS EM MARAGOGI	14
VLTs CHEGAM AO INTERIOR DO NORDESTE POR ARAPIRACA E CAMPINA GRANDE.....	15
SPUTNIK BRASIL	17
ANÁLISE: NA CÚPULA DO BRICS, BRASIL E ALIADOS 'REAFIRMAM SOBERANIA' PERANTE EUA	17
'DILMA COLOCOU O NBD EM EVIDÊNCIA', DIZ EX-VICE-PRESIDENTE DO BANCO DO BRICS	18
CONSENSO NA DECLARAÇÃO DO BRICS CIMENTA UNIÃO DO SUL GLOBAL PERANTE O OCIDENTE, AFIRMA ESPECIALISTA....	18
CÚPULA DO BRICS NO RIO: O QUE ESTÁ EM JOGO PARA O BRASIL E O SUL GLOBAL?	19
O QUE ESPERAR DA CÚPULA DO BRICS NO BRASIL?	19
SEM DECRETO DO IOF, GOVERNO PODE CORTAR MAIS DE R\$ 10 BI DO ORÇAMENTO JÁ NESTE MÊS, DIZ MÍDIA	20
BRASIL E CHINA FIRMAM ACORDO PARA INICIAR ESTUDOS DE FERROVIA ENTRE BAHIA E PERU.....	20
PREFEITURA DO RIO OFERECE PRÉDIO 'ICÔNICO' PARA SER A SEDE MUNDIAL DO BRICS	21
ENCONTRO COM EMPRESÁRIOS INDIANOS E BRASILEIROS ENCERRA CICLO DE EVENTOS DA 17ª CÚPULA DO BRICS	21
BRICS É O NOVO JEITO DE 'FAZER O MULTILATERALISMO SOBREVIVER NO MUNDO', DIZ LULA	23
PADILHA REFORÇA COMPROMISSO DO BRICS COM SAÚDE E CRITICA TRUMP: 'PERSEGUE PESQUISADORES DE VACINA'	23
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	24
EM SÃO PAULO, MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS APRESENTA PROGRAMA INVESTE + AEROPORTOS	24
PORTO DO ITAQUI SE DESTACA PELA GESTÃO AMBIENTAL COM FOCO EM SUSTENTABILIDADE	26
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	27
RENAN FILHO ABRE SÉRIE DE ENCONTROS QUE IRÃO DEBATER O PLANEJAMENTO DA LOGÍSTICA NACIONAL PARA OS PRÓXIMOS ANOS	27
RENAN FILHO LANÇA VLT DE ARAPIRACA, MAIOR INVESTIMENTO EM MOBILIDADE URBANA DE ALAGOAS.....	28
BRASIL E CHINA FIRMAM PARCERIA ESTRATÉGICA PARA INTEGRAÇÃO FERROVIÁRIA CONTINENTAL	29
BRASIL E CHINA FIRMAM PARCERIA HISTÓRICA EM PLANEJAMENTO FERROVIÁRIO NESTA SEGUNDA (7)	31
BE NEWS – BRASIL EXPORT	31
EDITORIAL – UM COMPROMISSO ESSENCIAL.....	31
NACIONAL - HUB – CURTAS - COSTA FILHO APRESENTA PROGRAMA INVESTE + AEROPORTOS A INVESTIDORES EM SP	32
<i>Aeroportos</i>	32
<i>Flexibilização</i>	33
<i>Obras em SP</i>	33
<i>BMW em Itajaí</i>	33
<i>Transferência</i>	33
<i>Maior eficiência</i>	33
NACIONAL - BRASIL E CHINA FIRMAM ACORDO PARA ESTUDOS DO CORREDOR FERROVIÁRIO BIOCEÂNICO	33
NACIONAL - BRICS COBRA PAÍSES RICOS POR MAIS AMBIÇÃO CLIMÁTICA ATÉ A COP30	35
NACIONAL - LULA MINIMIZA AMEAÇA DE TRUMP SOBRE TARIFAS A PAÍSES ALINHADOS AO BLOCO	36
REGIÃO NORDESTE - GOVERNO CONFIRMA INÍCIO DA IMPLANTAÇÃO DO VLT EM ARAPIRACA.....	36
NACIONAL - JBS FAZ PRIMEIRO EMBARQUE DE CARNE BOVINA PARA O VIETNÃ	38
NACIONAL - VANDER COSTA DEFENDE TRANSPORTE COLETIVO COMO EIXO DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA	38
REGIÃO SUDESTE - CONDIÇÕES DE TRABALHO NO CAMPO GANHAM ESPAÇO EM DEBATE SOBRE O CAFÉ	40
REGIÃO NORDESTE - PEDRA FUNDAMENTAL MARCA INÍCIO DAS OBRAS DO PORTO SECO DO CEARÁ	40



BRASIL EXPORT - MERCOSUL EXPORT: INFRAJUR DESTACA DESAFIOS JURÍDICOS DA INTEGRAÇÃO LOGÍSTICA NO BLOCO...	42
JORNAL DA ORLA - SP	42
GUARDA PORTUÁRIA PROMOVE TREINAMENTO ANTIBOMBA	42
ECONOMIA - NAVIO-AERÓDROMO MUDA ROTINA NO PORTO DE SANTOS	43
GUARUJÁ RECEBE CURSOS DE CAPACITAÇÃO PORTUÁRIA	44
MINISTRO AUTORIZA LICITAÇÃO PARA CONCESSÃO DO CANAL DO PORTO DE SANTOS	44
BAHIA ECONÔMICA - BA	45
EXPORTAÇÕES BAIANAS TÊM RECUO DE 1,4% NO PRIMEIRO SEMESTRE	45
JORNAL O GLOBO – RJ	46
MANIFESTO ASSINADO POR 350 ENTIDADES PEDE A PARLAMENTARES QUE NÃO COLOQUEM PL DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL EM VOTAÇÃO	46
IOF: MOTTA E LÍDERES DEVEM SE REUNIR COM FAZENDA ANTES DE AUDIÊNCIA COM MORAES	47
GALÍPOLO DIZ QUE PREPARA NOVO MODELO PARA FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO: 'VAI SER UM PROCESSO LONGO'	48
JAPÃO CRIA FORÇA-TAREFA PARA NEGOCIAR COM TRUMP. VEJA A ESTRATÉGIA DOS 14 PAÍSES QUE RECEBERAM ULTIMATO DOS EUA	49
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	51
TRUMP DIZ QUE COBRE TERÁ TARIFA DE 50%; VALOR DO METAL DISPARA 13% EM NOVA YORK	51
RETOMADA ARGENTINA: PETROLEIRAS TOMAM EMPRÉSTIMO DE US\$ 2 BI PARA FINANCIAR OLEODUTO EM VACA MUERTA. 'BRASIL NÃO TEM NEM MARGEM PARA RESPONDER A ESSE MOMENTO EXTERNO ADVERSO', DIZ ECONOMISTA	52
VALOR ECONÔMICO (SP)	56
PAES CONVIDA SECRETÁRIO-GERAL DA ONU PARA FÓRUM DE LÍDERES LOCAIS NO RIO	56
GOVERNO BRASILEIRO ASSINA COM A CHINA ACORDO PARA PROJETO DE FERROVIA QUE LIGA BRASIL AO PERU	59
MRS LOGÍSTICA E USIMINAS PRORROGAM CONTRATO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO	59
VLI PASSA A OPERAR CARGA EM FERROVIA DA VALE	60
PORTAL PORTOS E NAVIOS	61
RELATÓRIO DA FERROPORT DESTACA RECORDE DE MOVIMENTAÇÃO EM 2024 E AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE	61
BRASIL E CHINA ASSINAM ACORDO PARA ESTUDAR FERROVIA ATÉ O PERU	62
RINA GARANTE PROJETO DO BANCO MUNDIAL PARA PROMOVER HIDROGÊNIO VERDE NO PORTO DO PECÉM	63
PORTARIA CRIA PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2025-2028 DO MPOR	64
JUSTIÇA SUSPENDE NORMA DE ÁGUA DE LASTRO EM SANTOS	65
ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS SE UNEM PARA ACELERAR ELETRIFICAÇÃO NO TRANSPORTE MARÍTIMO	66
ARTIGO - ESTUDO DE CASO: FLORA DA ILHA GUAÍBA – CULTIVANDO SUSTENTABILIDADE	67
McDERMOTT DARÁ APOIO À BRAVA ENERGIA NAS BACIAS DE CAMPOS E DE SANTOS	70
BRADO CRIA SERVIÇO PARA OTIMIZAR TRANSPORTE DE CARGAS ENTRE SUMARÉ E PORTO DE SANTOS	70
INICIADA CONSTRUÇÃO DO PRIMEIRO PORTO SECO DO CEARÁ	71
BAÍA DE SEPETIBA INSPIRA NOME DO NOVO NAVIO DE EMPRESA CHINESA	72
ARTIGO - CS PORTOS MODERNIZA SISTEMA DE DRENAGEM NO PORTO DE ARATU	72
JBS INICIA EXPORTAÇÃO DE CARNE BOVINA PARA O VIETNÃ E REFORÇA PRESENÇA NO SUDESTE ASIÁTICO	76
TRANSBRASA NEUTRALIZA EMISSÕES DE GASES COM CRÉDITOS DE CARBONO EM PROJETO DE ENERGIA EÓLICA	77
MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA	78
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	78

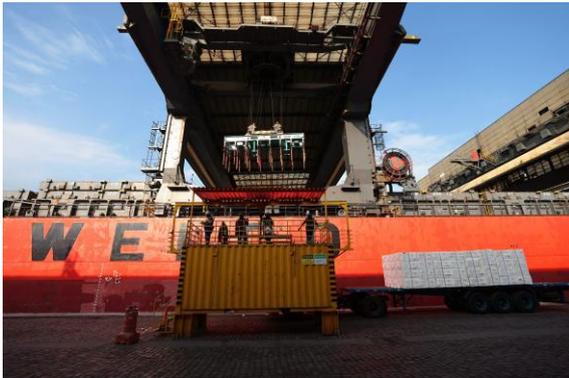


A TRIBUNA DIGITAL (SP)

MPF DEFENDE EXCLUSIVIDADE DE TRABALHADORES AVULSOS NOS PORTOS EM AÇÃO NO STF

Parecer afirma que regra garante segurança e qualificação profissional, enquanto setor privado alega afronta à liberdade de contratação

Por Bárbara Farias 8 de julho de 2025



Segundo a lei, a contratação de trabalhadores para funções como capatazia, estiva e vigilância de embarcações será feita entre os avulsos (Alexander Ferraz/AT)

O Ministério Público Federal (MPF) emitiu parecer pela improcedência da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7.591, que corre no Supremo Tribunal Federal (STF) e questiona a exigência de contratação exclusiva de trabalhadores avulsos registrados no Órgão Gestor de Mão de Obra (Ogmo) para trabalho nos portos.

A ação foi movida pela Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), pela Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres (Abratec) e pela Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop).

As entidades pedem a retirada da palavra “exclusivamente” do Parágrafo 2º do Artigo 40 da Lei dos Portos (12.815/2013). Para os autores da ação, a norma fere princípios constitucionais como a liberdade profissional, a igualdade de direitos entre empregados fixos e avulsos, e a livre iniciativa. O processo está sob relatoria do ministro Edson Fachin, sem data prevista para decisão.

O que diz a lei

Segundo a legislação vigente, a contratação por prazo indeterminado de trabalhadores para funções como capatazia, estiva e vigilância de embarcações deve ser feita exclusivamente entre trabalhadores avulsos registrados no Ogmo.

O setor privado defende que a interpretação literal do termo “exclusivamente” prejudica a livre iniciativa, viola os direitos à liberdade de ofício ou de profissão e à igualdade entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o avulso.

Partes envolvidas

O advogado Orlando Maia Neto, do escritório Ayres Britto Consultoria Jurídica e Advocacia, que representa as três entidades, informou que a ABTP, a Abratec e a Fenop continuam confiantes na solidez da tese que apresentaram ao STF. “Pela qual demonstraram que o modelo de exclusividade para o trabalho com vínculo empregatício é desproporcional, atentatório a diversos preceitos constitucionais e contrário ao regime de prioridade, adotado como paradigma internacional. Não por outras razões, aliás, foi que o TCU (Tribunal de Contas da União) já se manifestou pelo fim da regra da exclusividade.”

O presidente do Sindicato dos Estivadores de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão (Sindestiva), Bruno José dos Santos, ressalta que todos os pareceres são a favor da exclusividade.

“São opiniões técnicas de órgãos governamentais de suma importância. Não é reserva de mercado e, sim, segurança nacional. Não podemos abrir os portos para qualquer um. Vamos lutar até o fim para manter nossa exclusividade”, diz Bruno.

No parecer do MPF, juntado aos autos no mês passado, o vice-procurador-geral da República, Hindenburgo Chateaubriand Pereira Diniz Filho, sustenta que a norma atual respeita a liberdade de conformação legislativa e não representa violação à Constituição. O procurador afirma que o dispositivo visa garantir a qualificação profissional e a segurança nas operações portuárias, “atividades de alto risco e importância estratégica nacional”.



Contratação desses profissionais aumenta eficiência, diz procuradoria (Alexsander Ferraz/AT)

O documento lembra que a Constituição delega à União a responsabilidade pela regulação da atividade portuária e que cabe ao legislador federal escolher a forma mais adequada para organizar o setor. “Não há inconstitucionalidade em se exigir o cadastro prévio no Ogm, que atesta a qualificação dos trabalhadores”, destaca o parecer.

Ainda segundo o parecer, a existência de regras claras e centralizadas para a contratação desses profissionais aumenta a eficiência das operações portuárias, além de assegurar maior proteção jurídica e previdenciária aos trabalhadores.

O Senado, a Câmara dos Deputados, a Presidência da República e a Advocacia-Geral da União (AGU) também se manifestaram contra a ação. As instituições afirmam que a norma foi aprovada dentro dos trâmites legais e está alinhada à Convenção 137 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que garante prioridade aos portuários matriculados.

O parecer ainda refuta a alegação de que a exclusividade de contratação causaria desemprego no setor. Segundo estudos citados pelo MPF, a redução na demanda por mão de obra portuária decorre de avanços tecnológicos, e não da norma legal.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 08/07/2025

BRASIL E CHINA FECHAM ACORDO PARA CORREDOR FERROVIÁRIO BIOCEÂNICO ATÉ O PERU

Parceria entre Infra S.A. e China State Railway prevê estudos para ligar a Bahia ao Porto de Chancay, reduzindo custos e tempo de exportação para a China

Por A Tribuna.com.br 8 de julho de 2025



Porto de Chancay, no Peru, é o destino do corredor entre os oceanos Atlântico e Pacífico, saindo da Bahia (Cosco Shipping/Divulgação)

O Ministério dos Transportes, por meio da Infra S.A., fechou nesta segunda (7) acordo com a maior empresa pública ferroviária do mundo, a China State Railway. A parceria deve tirar do papel o corredor ferroviário bioceânico, ligando o Brasil (a partir da Bahia) ao Porto de Chancay, no Peru, o que deve reduzir o tempo e os custos das exportações para a China.

O acordo prevê a realização de estudos conjuntos para avaliar a viabilidade de um novo corredor ferroviário bioceânico até Oceano Pacífico, por meio do Porto de Chancay. A proposta busca reposicionar o País no comércio internacional, com ganhos logísticos, econômicos e ambientais.

A assinatura do memorando é resultado de uma articulação iniciada em abril, quando uma delegação chinesa visitou o Brasil e percorreu obras estratégicas, como as ferrovias de integração do Centro-Oeste (Fico) e do Oeste-Leste (Fiol). Já em maio, em missão oficial à China, o Governo Federal teve agendas com autoridades chinesas, aprofundando o diálogo técnico-institucional que culminou na formalização da parceria.

Desde então, equipes dos dois países vêm conduzindo análises sobre a logística brasileira, com foco no escoamento da produção agrícola e mineral do Centro-Oeste para os portos do Arco Norte e do Sudeste. O eixo ferroviário Fico-Fiol, cujo leilão está previsto para o ano que vem, é a base do corredor em estudo.

O projeto considera ainda a integração com outros modais, como rodovias e hidrovias. O objetivo é consolidar uma malha logística integrada, sustentável e conectada aos principais corredores comerciais do mundo.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 08/07/2025

PORTO DE SANTOS REABRE PLANO DE DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO; EMPREGADOS PODEM RECEBER ATÉ R\$ 450 MIL

Funcionários interessados no PIDV terão nova chance de aderir ao programa, reaberto pela Autoridade Portuária

Por ATribuna.com.br 8 de julho de 2025



APS aceita até sexta (11) interessados em aderir ao Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV) (AT/Arquivo)

Atendendo ao pedido do Sindicato dos Empregados na Administração Portuária (Sindaport), a Autoridade Portuária de Santos (APS) está aceitando, até a próxima sexta-feira, inscrições dos empregados interessados em aderir ao Plano de Incentivo ao Desligamento

Voluntário (PIDV).

A reabertura do PIDV foi aprovada durante reunião do Conselho de Administração da gestora do Porto (Consad).

No mês passado, o Sindaport enviou ofício à APS solicitando a reabertura do plano. Isso porque alguns empregados procuraram o sindicato demonstrando interesse no desligamento, mas o prazo já havia encerrado.

Histórico

Em janeiro deste ano, a APS lançou o PIDV 2025 a empregados a partir de 55 anos de idade, com 35 anos ou mais de serviço. O prazo terminou na semana passada.

A proposta, cujas indenizações variam entre R\$ 215 mil e R\$ 450 mil, foi apresentada aos sindicatos e aprovada em assembleia pelo Sindaport.

A indenização é denominada um “incentivo complementar” e será paga em parcela única. O incentivo é 30 vezes a soma do salário base com adicional por tempo de serviço e vantagens pessoais. Os valores serão calculados com base em maio de 2024.

Fonte: *A Tribuna Digital - SP*

Data: 08/07/2025

DONOS DE IMÓVEIS NO MACUCO COBRAM GARANTIAS PARA O TÚNEL ENTRE SANTOS E GUARUJÁ; OBRA CUSTARÁ R\$ 6,8 BILHÕES

Moradores e comerciantes pedem valores justos e detalhes claros sobre as indenizações
Por Bárbara Farias 8 de julho de 2025



Projeto do túnel prevê desapropriação de 65 casas e comércios em área de 43 mil metros quadrados (Vanessa Rodrigues/AT)

Donos de imóveis que devem ser desapropriados para obras de acesso ao túnel imerso Santos-Guarujá, no Macuco, em Santos, exigem do Governo do Estado garantias de que serão indenizados com valores justos.

O projeto do túnel prevê a desapropriação de 65 casas e comércios na Rua José do Patrocínio, em uma área de 43 mil metros quadrados (m²), e reserva um aporte

de R\$ 544,3 milhões para indenizações e reassentamentos.

O traçado envolve uma superquadra entre a Rua José Patrocínio e a Avenida Conselheiro Rodrigues Alves, na altura da Avenida Senador Dantas até a Rua Almirante Tamandaré, que consiste no isolamento de toda a área de obra e acesso ao túnel.

Segundo o secretário da Associação Comunitária do Macuco (Acom), José Santaella Júnior, a minuta do contrato de concessão do túnel tem as seguintes opções aos desapropriados: indenização em dinheiro, troca por imóvel equivalente ou superior no entorno, reassentamento em habitações sociais e indenização aos empresários por 12 meses.

“A avaliação dos imóveis será realizada por peritos contratados pela empresa concessionária, com coordenação de uma empresa certificadora e fiscalização da própria Artesp (Agência de Transporte do Estado de São Paulo). Mas temos dúvidas sobre a operacionalização, imparcialidade e validade jurídica desse processo”, afirmou Santaella Júnior.

“Nossa preocupação é com a segurança jurídica e social dos afetados, especialmente daqueles que não possuem toda a documentação regularizada, e que necessitam de amparo legal e administrativo do Estado”, ressaltou. As dúvidas foram apresentadas à diretora de Investimentos da Artesp, Raquel Carneiro, em reunião na última sexta-feira.

“Como o Estado adquirirá imóveis no mercado para oferecê-los como alternativa aos desapropriados? Poderá o Estado pagar valores de mercado diferentes dos definidos pelos peritos? Qual será, de fato, o papel das concessionárias e do Estado na condução das desapropriações? Ainda não temos essas respostas”, questionou Santaella.

“Além disso, não está definida a origem desses R\$ 544,3 milhões. Mas, a Artesp informou, na ocasião, que os custos das desapropriações serão assumidos diretamente pelo Estado, isentando as concessionárias vencedoras do leilão dessa responsabilidade. A Artesp informou ainda que, se necessário, o valor será solicitado ao Tesouro Estadual, mas não foi apresentado um detalhamento concreto”.

Santaella afirma que Raquel se comprometeu a agendar uma reunião deles com o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) neste mês.

Procurada, a Autoridade Portuária de Santos (APS) disse que os esclarecimentos cabem ao Estado. Já a Artesp não se manifestou.

A ligação seca é uma obra conjunta dos governos do Estado e Federal, com investimento de R\$ 6,8 bilhões, custeado meio a meio. O leilão está previsto para 5 de setembro.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 08/07/2025

INSTITUTOS FEDERAIS EM SANTOS E GUARUJÁ TERÃO CURSOS PORTUÁRIOS; AULAS JÁ TÊM PREVISÃO DE INÍCIO

Essa era a ideia inicial quando as unidades foram anunciadas pelo presidente Lula, em fevereiro de 2024

Por Nicollas Felix 6 de julho de 2025



O campus do IFSP será instalado de forma provisória no prédio do Parque Tecnológico de Santos, na Vila Nova, por cinco anos, diz Prefeitura (Alexsander Ferraz/AT)

As novas unidades do Instituto Federal de São Paulo (IFSP) que começarão a funcionar em Santos e Guarujá terão cursos na área portuária, com início das aulas em 2026, informaram as prefeituras. Essa era a ideia original quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) anunciou a implantação dos campi nos municípios, em fevereiro de 2024.

Santos

O IFSP será instalado de forma provisória no Parque Tecnológico de Santos (Rua Henrique Porchat, 47, Vila Nova) por cinco anos, tempo em que a Prefeitura pretende encontrar um local definitivo. Uma equipe do instituto deve propor medidas de adequação de dois andares do prédio ainda este mês.

Em relação aos cursos que serão ofertados na unidade santista, em breve haverá audiências públicas para que a população ajude a definir, diz a Prefeitura. A Secretaria de Assuntos Portuários e Emprego de Santos afirma, em nota, que a instalação do IFSP na Cidade “representa mais uma oportunidade para qualificar a mão de obra local de forma alinhada aos desafios e transformações do porto do futuro, preparando profissionais para um setor cada vez mais moderno, eficiente, digital e sustentável”.

O IFSP também informou que, a partir das audiências públicas, será definida a grade de cursos, planejamento orçamentário e de pessoal, além do lançamento do primeiro processo seletivo. Não foram informadas datas para as audiências pretendidas.

Guarujá

Segundo o IFSP, o prédio da Escola Municipal Primeiro de Maio (Avenida Adriano Dias dos Santos, 611, Jardim Boa Esperança, Vicente de Carvalho), cedido pela Prefeitura de Guarujá, ainda passará por adequações e reforma para abrigar as instalações iniciais do campus, como salas de aula, laboratórios e áreas administrativas.

Escolha

A Prefeitura de Guarujá informa que os cursos voltados ao setor portuário ainda não foram definidos. Porém, a Secretaria Municipal de Educação propôs a criação de uma comissão para definir quais serão os cursos disponíveis na unidade.

Essa comissão será composta por alunos, professores, equipe técnica, representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Sindicato dos Professores das Escolas Públicas Municipais de Guarujá e Região (Siproem), e Sindicato de Servidores Municipais de Guarujá (Sindserv).

Guarujá também terá audiências públicas para ajudar na escolha, sem datas definidas. Há duas possibilidades consideradas pela Prefeitura: resgatar cursos tradicionais, como manutenção de aeronaves, e a implementação de um novo curso, como o de manutenção de embarcações.

A Prefeitura também cita que faz levantamentos periódicos sobre as necessidades das empresas locais, para que os cursos sejam direcionados de acordo com a carência.

Gestor diz que aulas devem focar em desafios atuais

Para o diretor de Gente e Gestão da Santos Brasil, Marcelo Redoschi de Carvalho, as formações mais estratégicas para as unidades do Instituto Federal na região são aquelas que dialogam diretamente com os desafios atuais da cadeia logística e portuária.

“Cursos técnicos e superiores em logística, manutenção e elétrica, segurança do trabalho, comércio exterior, operação portuária, engenharia e tecnologia da informação são fundamentais. Formações voltadas à digitalização, automação de processos e análise de dados também ganham destaque”.

Ele diz que o mercado busca profissionais com sólida base técnica, familiarizados com as exigências operacionais do setor e alinhados às melhores práticas de segurança, eficiência e ESG (ambiental, social e governança). “Além disso, competências socioemocionais, como comunicação eficaz, raciocínio analítico, capacidade de aprendizado e adaptabilidade, são cada vez mais valorizadas, especialmente diante de um ambiente operacional dinâmico e em constante evolução”, afirma Carvalho.

O diretor de Gente e Gestão conta que, com a maior oferta de formação técnica e especializada na região, a tendência é elevar o nível de qualificação da mão de obra disponível, tornando o processo seletivo das empresas portuárias mais competitivo. “Esse cenário é positivo tanto para o setor, que passa a contar com profissionais mais preparados, quanto para a comunidade local, que encontra novas oportunidades de crescimento profissional em um dos segmentos mais estratégicos da economia brasileira”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 06/07/2025

PRESIDENTE DO PORTO DE SANTOS É CONTRA RESTRIÇÃO EM LEILÃO DE MEGATERMINAL AVALIADO EM R\$ 6,45 BILHÕES

Anderson Pomini discorda da Antaq, que limitou participação na licitação do Tecon Santos 10
Por Bárbara Farias 6 de julho de 2025



Ao lado do Parque Valongo, Tecon Santos 10 tem capacidade prevista de 3,25 milhões de TEU ao ano (Alexsander Ferraz/AT)

O presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, defende a ampla participação de concorrentes no leilão do Terminal de Contêineres (Tecon) Santos 10, inclusive de armadores e operadores com contratos ativos no Porto de Santos. Na visão dele, quanto maior o número de licitantes, maior será o valor da outorga (que o vencedor paga) a ser destinado ao complexo portuário.

O edital elaborado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) determina que operadores de contêineres com contratos no cais santista só poderão disputar a concessão do megaterminal na segunda chamada, caso o primeiro leilão resulte deserto, ou seja, sem interessados.

Se houver essa etapa e um operador do Porto de Santos vencer o certame, ainda assim terá que rescindir o primeiro contrato. Atualmente, a minuta do edital está em análise no Tribunal de Contas da União (TCU).

“Para o Porto, é importante que tenha participação, porque quanto maior o número de concorrentes postulantes a essa concessão, maior será a outorga, maior será a possibilidade de arrecadação de recursos para o Porto de Santos”, diz Pomini.



“Temos que pensar no interesse do Porto de Santos, independentemente das regras que estão postas. Quanto maior o número de players participando desse leilão, melhor”, diz Anderson Pomini, presidente da APS (Alexsander Ferraz/AT)

O presidente da APS estima que se o certame ocorrer com restrições, os valores de outorga ficarão entre R\$ 1,5 bilhão e R\$ 2 bilhões. Já com ampla concorrência, o valor pode ultrapassar R\$ 3 bilhões. “O terminal para qualquer que seja o operador é estratégico. Se nós falarmos em R\$ 3 bilhões para essas empresas, está muito bem pago. Eu acho que se tivesse já a decisão de que essa concorrência seria aberta, eu partiria de R\$ 3 bilhões”.

“Temos que pensar no interesse do Porto de Santos, independentemente das regras que estão postas. Quanto maior o número de players participando desse leilão para nós melhor”, enfatizou.

Entretanto, Pomini salientou que respeitará a posição do TCU caso seja a mesma da Antaq. “A gente vai respeitar qualquer que seja a decisão, mas ter 10 participantes ao invés de dois, três, é melhor. Quanto mais concorrência, melhor para o Porto”.

Ao contrário do presidente da APS, o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) corrobora o posicionamento da Antaq sobre a limitação de participação sob o argumento de se evitar concentração de mercado.

Projeto

O Tecon Santos 10 ocupará de 621,9 mil metros quadrados (m²), no cais do Saboó (STS10). Terá capacidade para 3,25 milhões de TEU (medida equivalente a um contêiner de 20 pés) ao ano, além de 91 mil toneladas de carga geral. O investimento é de R\$ 6,45 bilhões. O prazo do contrato será de 25 anos, com início da vigência previsto para 2026 e término em 2050.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 06/07/2025

TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ: AUTORIDADE PORTUÁRIA QUER PROPRIEDADE DA OBRA E FARÁ EXIGÊNCIAS AO GOVERNO DE SÃO PAULO

Esta é uma de uma série de exigências que o Porto de Santos enviará para serem incluídas no edital de leilão

Por Bárbara Farias 6 de julho de 2025

A Autoridade Portuária de Santos (APS) prepara uma série de exigências que serão encaminhadas ao Governo do Estado para que constem no edital do túnel imerso Santos-Guarujá. Uma delas é a reivindicação de propriedade da construção. O leilão da ligação seca está previsto para o dia 5 de setembro, na Bolsa de Valores (B3), em São Paulo.



Túnel terá 1,5 quilômetro, sendo 870 metros sob o canal do estuário (Vanessa Rodrigues/AT)

Segundo o presidente da APS, Anderson Pomini, primeiramente serão exigidas garantias de menor impacto nas operações portuárias. “O túnel tem natureza dúplice, é uma obra infraviária, de mobilidade urbana, que conecta ponto A com ponto B, mas também as margens do Porto. Então, a primeira exigência é que haja a menor interrupção possível nas operações, nas linhas férreas, nas perimetrais e no canal de navegação”, detalha o presidente da gestora do Porto.

Além disso, a APS reivindicará ao Governo Estadual a propriedade do túnel. “Nós queremos que fique claro no edital que a construção do túnel passa a ser propriedade da Autoridade Portuária. Nós (União e Estado) vamos fazer a obra, o Estado vai dirigir essa concessão, mas, ao final do prazo de concessão, ela será propriedade da Autoridade Portuária de Santos. Inclusive, teremos reuniões nos próximos dias (com o Estado) para que isso fique consignado no edital”, adianta Pomini.

Túnel Santos-Guarujá

Recentemente, o projeto do túnel Santos-Guarujá foi ajustado atendendo a sugestões de empresas internacionais e o novo edital foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo no último dia 10. As mudanças elevaram o custo da obra de R\$ 5,96 bilhões para R\$ 6,8 bilhões. O investimento será custeado meio a meio entre o Governo Federal e o Governo de São Paulo. A licitação internacional, na modalidade de parceria público-privada (PPP), dará ao futuro vencedor um contrato de 30 anos para construção, operação e manutenção do empreendimento. Devido às alterações, o leilão foi remarcado de 1º de agosto para 5 de setembro, na B3, em São Paulo.

Com 1,5 quilômetro de extensão — sendo 870 metros sob o canal do estuário —, o túnel contará com três faixas por sentido, sendo duas para veículos de passeio, ônibus e caminhões e uma exclusiva para Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), além de galeria para pedestres e ciclistas. Atualmente, a ligação entre Santos e Guarujá é feita por balsas e catraias, que transportam mais de 21 mil veículos, 7,7 mil ciclistas e 7,6 mil pedestres por dia. A estimativa é de geração de cerca de 9 mil empregos diretos e indiretos com a obra.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 06/07/2025

MAIOR NAVIO DE GUERRA DA MARINHA RECEBE VISITAS EM SANTOS, NO LITORAL DE SÃO PAULO

Embarcação, que esteve na Guerra do Iraque, está atracada na Capitania dos Portos

Por ATribuna.com.br 6 de julho de 2025



Porta-helicópteros da Marinha, comprado em 2018, é o maior navio de guerra atualmente no Brasil (Alexsander Ferraz/AT)

O Navio-Aeródromo Multipropósito (NAM) Atlântico (A140) ficará aberto para visita gratuita neste domingo (6), até às 15 horas, no cais da Marinha (Av. Engenheiro Ismael Coelho de Souza, s/nº, Macuco), em Santos.

Quem quiser, pode fazer doações no local. Os militares arrecadarão fraldas descartáveis geriátricas

e infantis, além de alimentos não perecíveis, que serão destinados a instituições beneficentes da Baixada Santista.

A embarcação de guerra chegou ao Porto de Santos neste sábado (5). Ela já foi utilizada em diferentes locais do mundo, como na Guerra do Iraque, no início dos anos 2000.

Os visitantes poderão conhecer de perto o navio militar, a forma de operação e o trabalho desempenhado pela Marinha em prol da segurança e do desenvolvimento do País. A embarcação foi criada para tarefas de controle de áreas marítimas e projeção de poder sobre terra, mar e ar.

Maior navio da Marinha do Brasil, o A140 foi construído na Inglaterra em 1998 e adquirido pelo Brasil duas décadas depois, em 2018, junto ao país.

A embarcação possui 203,4 metros de comprimento e 34 metros de largura. Para se ter uma ideia do tamanho, se ele fosse colocado de pé teria a mesma altura de um prédio de 70 andares.

No convés de viatura, há possibilidade de armazenar até 10 caminhões, de médio para grande. No hangar, existe capacidade de levar de 16 a 20 helicópteros, dependendo do tamanho. No convés de voo, é possível colocar até 13 aeronaves e operar cinco simultaneamente.

Operações

O NAM Atlântico já realizou operações navais em apoio a ações humanitárias no Kosovo e na América Central. Conforme divulgado pela Marinha, no ano 2000, a embarcação participou da Operação Palliser, na Serra Leoa, e logo em seguida, esteve no Oriente Médio, no grupo de combate do HMS Illustrious durante a Guerra do Iraque.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 06/07/2025

GOVERNO FEDERAL AUTORIZA LICITAÇÃO DO CANAL DE ACESSO AO PORTO DE SANTOS

Leilão está previsto para ocorrer ainda este ano

Por *A Tribuna.com.br* 5 de julho de 2025



Com a iniciativa privada assumindo, o objetivo é que a profundidade do canal de navegação do Porto de Santos seja ampliado gradualmente, passando de 15 para 17 metros (Alexander Ferraz/AT)

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, anunciou nesta sexta-feira (4) o início do processo de licitação do canal de acesso ao Porto de Santos, o maior do País. A autorização para abertura do processo de concessão foi enviada na quinta-feira pelo

Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), que realizará consulta e audiências públicas. O leilão está previsto para acontecer ainda este ano.

Segundo o ministro, “esse projeto vai ampliar a eficiência e a capacidade de operação portuária, permitindo o acesso de navios ainda maiores ao Porto de Santos e uma operação mais sustentável”. Ele destacou também outros projetos em desenvolvimento pelo MPor, como o Terminal de Contêineres (Tecon) Santos 10, no cais do Sabóó, e o túnel imerso Santos-Guarujá, que também devem ser licitados em 2025.

A previsão de investimentos no canal de navegação santista é de R\$ 6,45 bilhões, valor que inclui tanto investimentos quanto custos operacionais das atividades.

O leilão do canal de acesso de Santos seguirá o modelo adotado para o canal do Porto de Paranaguá, no Paraná, que já recebeu aprovação do Tribunal de Contas da União (TCU). O leilão do canal de Paranaguá está previsto para este mês. A expectativa do MPor, segundo o secretário nacional de Portos, Alex Ávila, é que a modelagem atraia investidores e promova competição nos leilões.

“Com a dragagem do canal, vamos elevar a capacidade do porto para receber navios de maior porte e ampliar a movimentação de cargas. A profundidade será ampliada gradualmente de 15 metros para 17 metros”, afirmou o secretário.

Atualmente, o Porto de Santos recebe em média 4,5 mil navios por ano, com destaque para a movimentação de grãos sólidos, como soja, açúcar e milho. Cada centímetro a mais no calado do canal de acesso corresponde a um aumento de 60 toneladas de carga no porão do navio.

Além de ampliar o acesso a navios de grande porte, a concessão impulsionará o desenvolvimento da região, gerando reflexos positivos na economia local e nacional, além de emprego e renda.

O Porto de Santos é o maior porto brasileiro em valores de carga movimentada, responsável por cerca de 25% do comércio exterior do país. No ano passado, o porto registrou movimentação de 138,7 milhões de toneladas.

Além de Santos e Paranaguá, estão previstos leilões dos canais dos portos de Itajaí (Santa Catarina), da Bahia e do Rio Grande (Rio Grande do Sul). *Fonte: A Tribuna Digital - SP*
Data: 06/07/2025

COMISSÃO ESPECIAL PARA REVISAR A LEI DOS PORTOS SERÁ INSTALADA NESTA QUARTA-FEIRA

Grupo criado na Câmara dos Deputados vai acelerar análise do projeto que busca modernizar o marco legal do setor portuário no Brasil
Por ATribuna.com.br 5 de julho de 2025



A comissão foi anunciada oficialmente por meio de ofício no início do mês passado por Motta (Vanessa Rodrigues/AT)

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), fez um despacho nesta sexta-feira (4) para constituir a comissão especial que vai emitir o parecer ao Projeto de Lei (PL) 733/2025, que propõe a revisão da Lei dos Portos (12.815/2013), com o objetivo de modernizar o setor.

Assim, os membros do grupo, que já foram indicados pelas lideranças partidárias, estão convocados para a reunião de instalação oficial da comissão e eleição dos integrantes na próxima quarta-feira, às 9 horas, no Anexo II do Legislativo.

A comissão foi anunciada oficialmente por meio de ofício no início do mês passado por Motta. Com esse grupo, o PL deve andar mais rapidamente na Câmara, dispensando análise de outras comissões da Casa.

O PL, apresentado pelo deputado Leur Lomanto Jr (União-BA), é resultado do anteprojeto elaborado pela Comissão de Juristas para a Revisão Legal da Exploração de Portos e Instalações Portuárias (Ceportos), também instituída pela Câmara dos Deputados.

Fonte: *A Tribuna Digital - SP*

Data: 06/07/2025



ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

AL PODE TER AEROPORTO EM ARAPIRACA E VOOS INTERNACIONAIS EM MARAGOGI

Governo quer entregar aeroporto de Maragogi no início de 2026 e projeta outros dois em Arapiraca e Penedo

Por Vanessa Siqueira - De Alagoas vanessa.siqueira@movimentoeconomico.com.br



Localizado em Maragogi, aeroporto Costa dos Corais vai impulsionar economia e turismo no Litoral Norte de Alagoas. Foto: Divulgação

O Aeroporto Costa dos Corais, em Maragogi, deve se consolidar como o segundo principal do estado e terá capacidade de receber voos internacionais, segundo informou o governador de Alagoas, Paulo Dantas, durante evento de lançamento do VLT, em Arapiraca, nesta segunda-feira (7). Ele também atualizou o

status da obra, prevista agora para ser entregue no início do próximo ano e falou da intenção do Executivo em elaborar projeto para construir um aeroporto na cidade de Arapiraca.

Segundo Dantas, o Aeroporto Costa dos Corais está com obras em fase avançada. A pista, que terá 2.200 metros de extensão, já está com 88% das obras concluídas. O terminal de embarque se aproxima dos 50% de conclusão das obras e o acesso entre a rodovia AL-101 Norte e o aeroporto chega aos 42% de obra concluída.

“O aeroporto de Maragogi vai poder receber voos da Europa, dos Estados Unidos, voos de até 11 horas, voos internacionais. Nós já abrimos o processo de concessão, por meio da Secretaria de Governo e da Secretaria Executiva de Concessões, e já há empresas se habilitando para administrá-lo. Essa é uma realidade importantíssima para o estado de Alagoas”, destacou o gestor.

O Governo de Alagoas investiu R\$ 350 milhões para a construção do aeroporto. Além da pista, que será uma das maiores entre os aeroportos de cidades do interior do Nordeste, o terminal de passageiros, que terá 1.000 m² de área total e dois gates para embarque e desembarque. A parte interna tem previsão de quatro balcões para realização de check-in e um aparelho de raio X para verificação de bagagens. Na parte administrativa, será erguido um edifício, com área de apoio ao pátio e um estacionamento com capacidade para 35 carros de passeio, 10 ônibus e vans.

A Infra S.A. e outros três consórcios foram autorizados a realizar os estudos que vão subsidiar o processo de concessão do terminal à iniciativa privada. As empresas têm até setembro para entregar suas análises.

Segundo previa o edital, esses estudos, uma vez aprovados, poderão servir de base para a elaboração do edital de concessão. No caso do aeroporto de Maragogi, a proposta é que a operação,

manutenção, administração e segurança fiquem sob responsabilidade de um futuro concessionário privado, sem necessidade de aportes financeiros diretos do Estado.

A estimativa é de que todo o procedimento seja concluído ainda em dezembro deste ano, com a análise do Estado sobre quais modelos de gestão serão adotados de acordo com o resultado dos estudos apresentados. No site www.segov.al.gov.br/pmi, estão disponíveis os documentos de todas as etapas do PMI do Aeroporto Costa dos Corais para consulta.

Governo quer construir aeroporto em Arapiraca

Além do aeroporto em Maragogi, o governador de Alagoas afirmou durante o evento de lançamento do VLT em Arapiraca que pretende buscar apoio do Ministro dos Transportes e de deputados para elaborar um projeto para erguer outro aeroporto na cidade de Arapiraca.



Considerada a segunda maior cidade de Alagoas, Arapiraca pode contar com aeroporto. Foto: Prefeitura de Arapiraca

Segundo Dantas, o terminal iria contribuir com o desenvolvimento do turismo e da economia no Agreste alagoano e seria uma obra que complementaria um conjunto de investimentos feitos na cidade.

“Nós vamos investir em Alagoas R\$ 6 bilhões até 2026 e gostaria de incluir no pacote de obras o aeroporto de Arapiraca e tentar quem sabe entregar ainda no meu mandato”, disse.

Outra cidade que também terá aeroporto em Alagoas é Penedo, localizado no Baixo São Francisco, na divisa com Sergipe. Em junho, o governo autorizou as obras para revitalizar o aeroporto Freitas Neto. O governo vai investir R\$ 32 milhões no empreendimento, que deve ser entregue até o fim de 2026.

Localizado às margens da rodovia AL-110, ele está temporariamente fechado e possui apenas uma pista de pouso. As obras, que serão executadas pela Secretaria de Transporte e Desenvolvimento Urbano de Alagoas (Setrand) e pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER), preveem o alargamento da pista para 30 metros de largura e 1,5 km de extensão, além de 700 metros de pista de acesso, recapeamento da pista existente, implantação do terminal de passageiros e acessos.

Fonte: ME – Movimento Econômico
Data: 08/07/2025

VLTS CHEGAM AO INTERIOR DO NORDESTE POR ARAPIRACA E CAMPINA GRANDE

Em Arapiraca, VLT receberá investimento de R\$ 200 milhões e tem previsão de entrar em operação em 2026

De Alagoas vanessa.siqueira@movimentoeconomico.com.br



VLT em Arapiraca irá percorrer sete bairros e terá extensão de 13 quilômetros. Foto: Ilustração

O Ministério dos Transportes deu início, nesta segunda-feira (7), à implantação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) em Arapiraca. A iniciativa contará com um investimento de R\$ 200 milhões. Durante a solenidade, o diretor-presidente da Ferrovia Transnordestina Logística

(FTL), Tufi Daher Filho, confirmou que a empresa também será responsável pelas obras de implantação de um VLT na cidade de Campina Grande, na Paraíba.

O VLT de Arapiraca recebeu o primeiro lote de dormentes de concreto para as obras. A previsão é que as obras comecem em agosto deste ano, e a operação do VLT tenha início no segundo semestre de 2026.

“O VLT de Arapiraca é o maior investimento de mobilidade urbana que Alagoas está recebendo. É um investimento vultoso, que vai facilitar a vida de quem vai à feira fazer compras, de quem precisa ir ao médico, do estudante no dia a dia para chegar à sua escola ou à universidade”, disse o ministro dos Transportes, Renan Filho.



Ministro dos Transportes, Renan Filho, destacou que VLT será o maior investimento em mobilidade urbana de Arapiraca. Foto: Assessoria

O VLT de Arapiraca será implantado por meio de uma parceria entre o Ministério dos Transportes, a Ferrovia Transnordestina Logística (FTL), o Governo de Alagoas e a Prefeitura de Arapiraca. O projeto prevê que ele tenha capacidade de transportar até 400 passageiros em cada viagem realizada e a linha terá uma extensão total de 13 quilômetros, ligando a estação João Paulo II ao campus da Universidade Federal de Alagoas

(UFAL), no bairro Bom Sucesso, beneficiando diretamente sete bairros ao longo do trajeto.

Do total do percurso, nove quilômetros utilizarão a ferrovia existente, que é de responsabilidade da FTL, e passará por revitalização, enquanto os outros quatro quilômetros serão construídos.

Trechos inoperantes da Transnordestina darão lugar a VLTs

O trecho de Arapiraca faz parte da ferrovia concedida à Ferrovia Transnordestina Logística na época da privatização da Malha Nordeste, em 1998. Sem operação desde 2011, a linha agora passará a transportar passageiros, a fim de resgatar o papel da ferrovia como vetor de crescimento e revitalização urbana.

Além do trecho em Arapiraca, outros 14,8 quilômetros de trilhos vinculada à Ferrovia Transnordestina em Campina Grande também receberão obras de mobilidade urbana.

A FTL firmou acordo com a União para devolver trechos da malha não operacional sob sua responsabilidade. Estas ações fazem parte do processo de renovação da concessão do trecho da Transnordestina que liga Fortaleza (CE) a São Luiz (MA). Em contrapartida, o governo federal exigiu que a FTL desenvolva os projetos do VLT de Arapiraca e Campina Grande.

Em julho de 2024 a prefeitura de Campina Grande assinou um Acordo de Cooperação Técnica no Ministério dos Transportes, o que viabilizou o avanço dos estudos para implantação do Veículo na cidade.



Arapiraca recebeu primeiro lote de dormentes de concreto para iniciar obras do VLT na cidade. Foto: Assessoria

Segundo o Ministério dos Transportes, o novo transporte vai alcançar áreas fundamentais da cidade, atendendo aos polos universitário, industrial, hospitalar, jurídico e comercial. O benefício inicial estimado com a linha atinge diretamente cerca de um quarto dos mais

de 400 mil habitantes, mas tem impacto em toda a cidade.

Hoje, durante evento em Arapiraca, o diretor-presidente da FTL, Tufi Daher, confirmou as obras, destacando a importância para a mobilidade urbana em Campina Grande, considerada uma das maiores cidades da Paraíba.

“Nós estamos completamente comprometidos a entregar esse veículo leve sobre trilhos. Nós vamos fazer aqui e em Campina Grande, porque o Nordeste merece um VLT dessa natureza e eu tenho certeza que vai ser um dos mais modernos do Brasil”, garantiu Tufi Daher.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 08/07/2025



SPUTNIK BRASIL

ANÁLISE: NA CÚPULA DO BRICS, BRASIL E ALIADOS 'REAFIRMAM SOBERANIA' PERANTE EUA

Cúpula de Líderes do BRICS - Sputnik Brasil, 1920, 07.07.2025 - © Foto / Rafa Pereira/BRICS Brasil
Nos siga no

Por Davi Carlos Acácio e Angélica Fontella



© Foto / Rafa Pereira/BRICS Brasil

Especiais

A 17ª Cúpula do BRICS, encerrada nesta segunda-feira (7), com 126 pontos acordados na declaração final na primeira vez em que os novos membros participaram da cimeira. Para analistas, reivindicações e interesse pelo bloco mandam recado para a ordem internacional vigente.

Do presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, ao chanceler russo, Sergei Lavrov, líderes das nações que compõem o BRICS e convidados abordaram a importância do multilateralismo nesta 17ª edição da cúpula, sediada no Rio de Janeiro. A temática, bem se sabe, não é novidade para o grupo.

"Desde a primeira declaração do encontro de 2009, o BRICS mostra recorrentemente que a reforma das instituições internacionais e do âmbito da governança global é uma das frentes mais relevantes dentro da proposta do bloco", lembra Gabriel Rached, professor e pesquisador em economia política internacional contemporânea e pós-doutor em estudos internacionais pela Universidade de Milão.

Seguindo essa seara, a presidência brasileira encontrou formas de capitanear o encontro, priorizando temas como saúde global, tecnologia e inteligência artificial e mudanças climáticas, buscando fortalecer a cooperação do Sul Global na direção de uma governança mais inclusiva e sustentável.

Segundo Rafaela Mello Rodrigues de Sá, pesquisadora associada ao Public Banking Project (projeto de banco público, em tradução livre) da Universidade de McMaster, no Canadá, "a cúpula brasileira buscou entender os interesses convergentes que esses países tinham para facilitar certo consenso nessas pautas".

Diante do contexto, os especialistas acreditam que a cúpula do Rio de Janeiro, apesar de contar com ausências como as dos presidentes da China e da Rússia, Xi Jinping e Vladimir Putin, alcançou os objetivos propostos no início.

Fonte: SPUTNIK Brasil

Data: 08/07/2025

'DILMA COLOCOU O NBD EM EVIDÊNCIA', DIZ EX-VICE-PRESIDENTE DO BANCO DO BRICS

Por Lucas Ferreira e Angélica Fontella



Paulo Nogueira Batista Jr. durante seminário sobre o aprimoramento do sistema monetário e financeiro dos países do BRICS. Rússia, 2024 - Sputnik Brasil, 1920, 07.07.2025

Para Rodrigues de Sá, a presidência brasileira do BRICS faz parte de um processo mais amplo de reinserção do Brasil nas discussões globais e ajuda a consolidar a agenda que leva adiante os temas do desenvolvimento global mais

inclusivo e maior compromisso com o financiamento, a fim de mitigar os efeitos das mudanças climáticas.

Trump ameaça o BRICS

Fora de qualquer previsão, entre o primeiro e o segundo dia da Cúpula de Líderes, o presidente Donald Trump exerceu um pouco de pressão externa por meio das redes sociais, na qual publicou que taxaria em 10% países que se alinhassem às políticas do BRICS, descritas por ele como "anti-americanas".

Durante coletiva, nesta segunda-feira, o presidente Lula respondeu e criticou o chefe do governo dos EUA.

"Não acho muito responsável um presidente da República de um país do tamanho dos EUA ficar ameaçando o mundo através da Internet. Não é correto. Ele precisa saber que o mundo mudou. Não queremos imperadores, somos soberanos. É equivocado e irresponsável."

Ao receber a Cúpula do BRICS e buscar alternativas para mais intensidade de trocas comerciais entre esses países, o Brasil "reafirma o papel da soberania do BRICS declarando que não se deve aceitar interferências ou ingerências externas nas instituições domésticas", diz a pesquisadora.

Fonte: SPUTNIK Brasil

Data: 08/07/2025

CONSENSO NA DECLARAÇÃO DO BRICS CIMENTA UNIÃO DO SUL GLOBAL PERANTE O OCIDENTE, AFIRMA ESPECIALISTA

Por Lucas Ferreira e Angélica Fontella



Abertura de sessão plenária na Cúpula de Líderes do BRICS. Rio de Janeiro, 6 de julho de 2025 - Sputnik Brasil, 1920, 06.07.2025

Especiais

Em entrevista à Sputnik Brasil, Diego Pautasso, doutor em ciência política,

destaca que a ampliação do BRICS não impediu que membros do grupo alcançassem convergência nos principais itens do documento, que conta com mais de 120 tópicos.

Os países presentes na Cúpula do BRICS, realizada no Rio de Janeiro, divulgaram na tarde deste domingo (6) sua Declaração de Líderes — documento no qual as nações trazem um entendimento coletivo a respeito de diferentes temas sensíveis ao grupo, como segurança e economia.

Em entrevista à Sputnik Brasil, Diego Pautasso, doutor em ciência política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), afirma que, ao contrário do que temiam alguns, a ampliação do BRICS para 11 membros plenos e dez países parceiros não mudou a união do grupo contra o Ocidente hegemônico.

"A ampliação do BRICS não se transformou em um impeditivo para a criação de um documento com 126 pontos e com uma direção política, que é nitidamente de produzir um contraponto à hegemonia dos Estados Unidos e de seus aliados. Criar alternativas de reforma do sistema internacional, inovações institucionais, que permitam ao Sul Global produzir de cooperação nos seus mais variados âmbitos, acho que esse é o grande ponto."

Pautasso declara que o BRICS foi retratado muitas vezes, em especial pela imprensa hegemônica como "anti-ocidental" e "anti-sistema". Todavia, documentos, como a Declaração de Líderes de hoje, mostram outra perspectiva do grupo, baseado em uma estrutura que busca uma "solução pacífica" em meio a controvérsias.

No documento, diz o especialista, é evidente a defesa da governança mundial, do direito internacional e da solidez das organizações internacionais como mediadora das principais questões.

Fonte: SPUTNIK Brasil

Data: 08/07/2025

CÚPULA DO BRICS NO RIO: O QUE ESTÁ EM JOGO PARA O BRASIL E O SUL GLOBAL?

Por Lucas Ferreira e Angélica Fontella



Representantes dos países do BRICS durante encontro de conselheiros de segurança nacional, em 30 de abril de 2025 - Sputnik Brasil, 1920, 04.07.2025

© Foto / Rafa Neddermeyer / BRICS Brasil / PR

Especiais

No segundo encontro após a expansão inédita no número de membros e com a entrada de novos países parceiros, o Rio de Janeiro recebe a cúpula de chefes de Estado do BRICS entre os dias 6 e 7 de julho. Especialistas analisam à Sputnik Brasil as expectativas e o peso do evento.

A cada dia, novos desafios globais surgem e reforçam o papel do Sul Global nas decisões internacionais. Desta vez, os olhares do mundo se voltam para o seu principal grupo, o BRICS, cuja cúpula acontece em meio à crise no Oriente Médio, que por pouco não viu uma guerra total entre um de seus membros, o Irã, e Israel, a situação na Ucrânia e pautas tradicionais do grupo, como comércio, desdolarização e fortalecimento do mundo multilateral.

Fonte: SPUTNIK Brasil

Data: 08/07/2025

O QUE ESPERAR DA CÚPULA DO BRICS NO BRASIL?

Seis anos depois do encontro entre chefes de Estado em Brasília, o Brasil volta a receber o encontro, desta vez com 11 membros e dez países parceiros. Mas o que esperar de um dos principais eventos da diplomacia mundial do ano?

O professor associado de política internacional e comparada da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Dawisson Belém Lopes lembra ao podcast Mundioka, da Sputnik Brasil, que o Rio vai receber a cúpula dois anos depois do anúncio da maior expansão da história do BRICS.

"Já houve tempo de o arranjo expandido se acomodar. Então vai ser especial porque vamos conseguir, de fato, ler o que os atores pretendem fazer daqui por diante. Lembrando que o Brasil [que está na presidência rotativa do grupo] fez no fim do ano passado um outro evento grande, que foi também o encontro de chefes de Estado do G20, e terá no fim de 2025 a COP30 [Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas]. É uma grande tarefa logística", resume.

Fonte: SPUTNIK Brasil

Data: 08/07/2025

SEM DECRETO DO IOF, GOVERNO PODE CORTAR MAIS DE R\$ 10 BI DO ORÇAMENTO JÁ NESTE MÊS, DIZ MÍDIA

Imagem de Brasília com o Congresso Nacional ao fundo, em 29 de outubro de 2022 - Sputnik Brasil, 1920, 08.07.2025



© Sputnik / Renan Lucio

O governo Lula pode ter de cortar mais de R\$ 10 bilhões em julho se o decreto do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) não for validado. O impasse entre Executivo e Congresso será debatido em audiência no dia 15, enquanto negociações políticas seguem paralisadas e sem encontros oficiais agendados.

De acordo com o G1, as negociações entre o governo de Luiz Inácio Lula da Silva e o

Congresso Nacional ainda não avançaram formalmente para definir como será assegurado o equilíbrio fiscal em 2024 e 2025. A equipe econômica alerta que, sem uma fonte de receita imediata — como o decreto do IOF — cortes significativos no orçamento serão inevitáveis já em julho.

Caso o decreto que eleva a alíquota do IOF não seja restabelecido, o governo terá de reduzir mais de R\$ 10 bilhões em despesas, atingindo programas sociais, investimentos e emendas parlamentares. Até o momento, Lula não fez contato direto com os presidentes do Senado e da Câmara, o que pode sinalizar para a falta de articulação política nesse tema.

O impasse será debatido em audiência de conciliação marcada para 15 de julho, convocada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes. Ele questionou o uso de um projeto de decreto legislativo pelo Congresso para derrubar o decreto do governo, considerando a ação inadequada.

Fonte: SPUTNIK Brasil

Data: 08/07/2025



BRASIL E CHINA FIRMAM ACORDO PARA INICIAR ESTUDOS DE FERROVIA ENTRE BAHIA E PERU

Ferrovia administrada pela Ferroeste - Sputnik Brasil, 1920, 07.07.2025

© *Albari Rosa / AEN*

Os estudos para a implantação da Ferrovia Bioceânica, que vai ligar Ilhéus, na Bahia, até o porto de Chancay, no Peru, serão iniciados após o anúncio nesta segunda-feira (7) de um acordo entre os governos do Brasil e da China.

Conforme o projeto, está prevista a integração de três ferrovias: Ferrovia Norte-Sul (FNS), Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (FICO) e Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL) no Brasil, além da implantação de novos trechos que vão permitir a ligação até o Peru.

A medida faz parte do programa Rotas de Integração Sul-Americana, lançado em 2023 pelo Ministério do Planejamento e Orçamento, para conectar estruturas rodoviárias, fluviais e ferroviárias do Brasil com áreas de fronteira das nações vizinhas, como o Peru.

Fonte: *SPUTNIK Brasil*

Data: 08/07/2025

PREFEITURA DO RIO OFERECE PRÉDIO 'ICÔNICO' PARA SER A SEDE MUNDIAL DO BRICS



Primeiro dia da 17ª Cúpula do BRICS, no MAM Rio. Rio de Janeiro, 6 de julho de 2025 - Sputnik Brasil, 1920, 07.07.2025

© Divulgação / BRICS Rio

Formado em 2009, o BRICS pode ganhar uma sede oficial em breve, se depender da prefeitura do Rio de Janeiro.

No último dia da 17ª reunião da cúpula do grupo, no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM Rio), nesta segunda-feira (7), o prefeito Eduardo Paes entregou uma carta de intenção ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, oficializando o pedido para o Rio de Janeiro ser sede permanente do BRICS.

O local oferecido pelo Executivo carioca para abrigar a sede é o edifício do Jockey Club Brasileiro, na avenida Almirante Barroso, 139, no Centro. Projetado pelo arquiteto brasileiro Lúcio Costa, o espaço com 83,5 mil m² e 12 andares é "icônico", segundo a nota da prefeitura.

"O Rio apoia plenamente os esforços multilaterais para consolidar o BRICS como um fórum decisivo do século XXI", afirmou Paes na carta. "Estamos prontos para receber representantes dos países-membros e oferecer a infraestrutura e o cenário adequados para que o grupo avance em suas discussões de forma permanente."

Fonte: *SPUTNIK Brasil*

Data: 08/07/2025

ENCONTRO COM EMPRESÁRIOS INDIANOS E BRASILEIROS ENCERRA CICLO DE EVENTOS DA 17ª CÚPULA DO BRICS



O Fórum Econômico Brasil-Índia, no Museu do Amanhã, concluiu nesta segunda-feira (7) o segundo e último dia de eventos paralelos da 17ª reunião da Cúpula do BRICS, no Rio de Janeiro.

O evento promoveu palestras com empresários e autoridades de ambos os países e foi organizado pela Agência Brasileira de



Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), pelo Ministério do Desenvolvimento, Comércio e Serviços, pelo Ministério das Relações Exteriores, e com o apoio da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Câmara de Comércio Índia-Brasil (CCIB).

Durante o evento, o presidente da ApexBrasil, Jorge Viana, destacou que o comércio bilateral entre os dois países é de cerca de R\$ 12 bilhões — valor ainda "pequeno diante desse potencial, especialmente porque nossa balança é concentrada em poucos produtos. Há, portanto, um enorme espaço para crescimento em ambas as direções".

Os presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e da Índia, Narendra Modi, estavam sendo aguardados para encerrar o evento, mas mudaram a agenda na última hora.

Amanhã (8), Modi vai a Brasília em visita de Estado e já foram anunciadas assinaturas de vários atos bilaterais entre Índia e Brasil, dentre eles de cooperação no combate ao crime organizado, pesquisa agrícola, energia renovável, transformação digital e acordo entre arquivos nacionais para a cooperação em documentação histórica.

Modi e Lula já se encontraram em três ocasiões recentes: na Cúpula do G7 no Japão, em maio de 2023; na Itália, em maio de 2024; e na Cúpula do G20, realizada em novembro de 2024, no Rio de Janeiro.

Na declaração final do grupo, ficou decidido que a Índia será a anfitriã da próxima cúpula do BRICS em 2026.

Índia e Mercosul

A aproximação com a Índia também está alinhada à agenda de integração defendida por Lula durante a 66ª Cúpula do Mercosul, na semana passada, em Buenos Aires, na Argentina:

“É hora de o Mercosul olhar para a Ásia, centro dinâmico da economia mundial. Nossa participação nas cadeias globais de valor se beneficiará de maior aproximação com Japão, China, Coreia, Índia, Vietnã e Indonésia”, afirmou Lula ao discursar na cúpula.

Índia e Brasil em números

Décimo principal parceiro comercial do Brasil, a Índia é também a sexta maior origem de importações para o Brasil.

Em 2024, o comércio bilateral totalizou US\$ 12 bilhões (R\$ 65,8 bilhões), com crescimento de 24% nos cinco primeiros meses de 2025. As exportações brasileiras chegaram a US\$ 5,26 bilhões (R\$ 28,8 bilhões), com destaque para açúcar, petróleo bruto, óleos e aviões. As importações somam US\$ 6,8 bilhões (R\$ 37,3 bilhões).

Segundo um levantamento da ApexBrasil, as exportações brasileiras para a Índia aumentaram, em média, 13,7% ao ano desde 2019, totalizando US\$ 5,3 bilhões (R\$ 29 bilhões) em 2024.

Os destaques da pauta incluem açúcar, petróleo, óleos vegetais e algodão bruto. Entre as mais de 380 oportunidades comerciais identificadas, ganham relevância os setores de combustível, celulose e máquinas e equipamentos.

No campo dos investimentos, o gigante asiático foi o sexto maior investidor asiático no Brasil em 2023, com estoque de US\$ 2,9 bilhões (R\$ 15,9 bilhões) em Investimento Estrangeiro Direto (IED).

A cooperação entre os dois países também se estende ao Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), criado em 2003, que reúne democracias para fortalecer o multilateralismo, aprofundar laços comerciais e promover o desenvolvimento social inclusivo.

Fonte: SPUTNIK Brasil

Data: 08/07/2025

BRICS É O NOVO JEITO DE 'FAZER O MULTILATERALISMO SOBREVIVER NO MUNDO', DIZ LULA



© Foto / Reprodução YouTube / BRICS Brasil

O presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, disse na tarde desta segunda-feira (7) que o BRICS é o novo jeito de "fazer o multilateralismo sobreviver no mundo", durante discurso na 17ª cúpula do grupo, que acontece no Rio de Janeiro.

Lula foi categórico ao declarar que a articulação "não quer mais o mundo tutelado" e que busca mais respeito à soberania de cada país. O petista também teceu críticas à Organização das Nações Unidas (ONU) ao falar que o mundo não está mais em 1945, época logo após o término da Segunda Guerra Mundial, quando o sistema foi criado.

"No BRICS, a gente tem a convicção de que não quer mais o mundo tutelado, não quer mais Guerra Fria, não quer mais desrespeito à soberania, não quer mais guerra. É por isso que a gente está discutindo com muita profundidade a necessidade de uma mudança estrutural, inclusive no estatuto da ONU."

Ainda sobre o período da Segunda Guerra Mundial, Lula destacou que são saudosistas desse período apenas aqueles que são nazistas ou fascistas e que esse tipo de pessoa não faz parte do BRICS.

"Aquele mundo ficou para trás. Os saudosistas daquele mundo, do nazismo e do fascismo, são outros que não estão no BRICS. No BRICS nós queremos fortalecer o processo democrático, multilateral, a gente quer a paz, o desenvolvimento e a participação social."

O presidente também questionou o motivo pelo qual Brasil, África do Sul, Egito, Etiópia, Índia, México e outros países não estão no Conselho de Segurança da ONU. Segundo ele, o que é visto como "um shopping ideológico" precisa de uma mudança. Repensar o modelo da ONU é necessário para chegar a verdadeiros consensos, em vez de a organização servir como um mostruário de discursos sem finalidade.

"Me parece que o BRICS pode ser essa válvula de escape que a humanidade precisa para fazer alguma coisa nova. [...] A ONU deveria ser o grande centro de debate dos problemas mundiais, mas não é mais e todo mundo sabe que não é."

Fonte: SPUTNIK Brasil
Data: 08/07/2025

PADILHA REFORÇA COMPROMISSO DO BRICS COM SAÚDE E CRITICA TRUMP: 'PERSEGUE PESQUISADORES DE VACINA'



Alexandre Padilha, ministro da Saúde do Brasil, fala com a imprensa durante a 17ª Cúpula do BRICS, no Rio de Janeiro. Brasil, 7 de julho de 2025 - Sputnik Brasil, 1920, 07.07.2025

Lula responde críticas de Trump

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, foi citado durante a coletiva de imprensa com Lula. O homólogo brasileiro falou, mais uma vez, que o mandatário norte-americano não deve ficar ameaçando outras pessoas pela Internet.

"Não acho muito responsável um presidente da República de um país do tamanho dos EUA ficar ameaçando o mundo através da Internet. Não é correto. Ele precisa saber que o mundo mudou. Não queremos imperadores, somos soberanos. É equivocado e irresponsável."

Ao longo das últimas horas, Trump afirmou que taxará países ligados ao BRICS e às políticas do grupo, as quais o presidente dos EUA classificou como "antiamericanas" — assunto que sequer foi debatido pelos líderes do BRICS, segundo Lula. Já nesta manhã, o líder estadunidense também criticou o tratamento dado ao ex-presidente do Brasil Jair Bolsonaro e falou em "perseguição política".

"Tenho coisa mais importante para comentar do que isso", disse Lula sobre alegações de Trump a Bolsonaro. "Esse país tem lei, esse país tem regra e esse país tem um dono, chamado povo brasileiro. Portanto, deem palpite na sua vida, e não na nossa."

À imprensa, Lula também comentou o fato de o Irã não reconhecer a solução de dois Estados para o fim das disputas territoriais entre palestinos e israelenses. Para o petista, "ninguém vai pedir para o Irã mudar de posição", embora Brasil e BRICS entendam que essa é a melhor saída para o conflito.

Outro ponto debatido por Lula foi a questão do dólar em transações internacionais. Segundo o presidente, é necessário encontrar um jeito de as negociações não precisarem utilizar a moeda norte-americana.

"Quando for com os Estados Unidos, [a negociação] passa pelo dólar. Mas quando for com a Argentina, não precisa passar. Quando for com a China, não precisa passar. [...] Ninguém determinou que o dólar é a moeda padrão."

Lula encerrou a coletiva citando Raul Seixas, ao declarar que o BRICS é uma "metamorfose ambulante", ao ser questionado sobre a entrada de países da América Latina no grupo.

"Poderia dizer para vocês que o BRICS é uma metamorfose ambulante. Não é aquela coisa que já está pronta. O BRICS é uma criança em crescimento, sabe? Nós estamos aprendendo, não tentando repetir os erros dos outros. Estamos tentando fazer algo novo."

Fonte: *SPUTNIK Brasil*
Data: 08/07/2025

Programa vai flexibilizar regulamentação para permitir investimentos em terminais aeroportuários, diversificando a prestação de serviços nos locais



Programa vai flexibilizar regulamentação para permitir investimentos em terminais aeroportuários, diversificando a prestação de serviços nos locais - Foto: Jonilton Lima/MPor

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) apresentou, nesta terça-feira (8) em São Paulo, detalhes do programa

Investe+ Aeroportos a investidores e players do ramo aeroportuário brasileiro. A iniciativa visa estimular a geração de receitas nos aeroportos concedidos à iniciativa privada, transformando os terminais aéreos em plataformas para diferentes empreendimentos comerciais. A apresentação ocorreu na sede da XP Investimentos e contou com a presença do ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, e do secretário nacional de Aviação Civil, Tomé Franca, e de executivos, CEO's e diretores que atuam no setor.

A proposta do MPor com o Investe+ Aeroportos é de flexibilizar a Portaria nº 93/2020 do Ministério da Infraestrutura, que normatiza os contratos de cessão de uso de área em aeroportos permitindo que as concessionárias celebrem contratos com prazos maiores para amortizar o investimento realizado. Entre os anos de 2023 e 2025, já foram aprovados 19 investimentos a partir da Portaria nº 93, representando um aporte de aproximadamente R\$ 4,5 bilhões em sítios aeroportuários. Com a implantação do Investe+ Aeroportos, esse volume de recursos será maior e refletirá na geração de mais empregos diretos e indiretos.

“Nós temos grandes hubs logísticos no país e é por isso que estamos revisando a Portaria 93 para dar mais segurança jurídica e previsibilidade para quem quer prover investimentos. O Investe+ Aeroportos dialoga com a agenda econômica e de desenvolvimento do Brasil”, explica o ministro Silvio Costa Filho.

Outra medida em análise dentro do MPor busca estender a possibilidade de celebração de contratos comerciais de longo prazo aos aeroportos concedidos à iniciativa privada por Estados e Municípios.

“Apresentar o programa para quem movimenta o setor mostra que este Ministério reconhece o potencial dos aeroportos para além das atividades próprias de um terminal aéreo, como embarque e desembarque de passageiros e cargas”, declara o secretário Tomé Franca. “Será possível ter nos nossos aeroportos empreendimentos como shoppings, centros de convenções, hotéis, terminais logísticos, complexos hospitalares, entre outras iniciativas que vão trazer mais desenvolvimento, empregos e oportunidades”, conclui.



Infográfico - Investe + Aeroportos

O programa prevê ainda potencial de criação de clusters logísticos aeroportuários, com efeito de atração de indústrias leves, centros de distribuição e serviços; aeroportos como âncoras do desenvolvimento regional, em especial nas regiões Norte e Nordeste; ampliação da intermodalidade e ligação com portos secos e retroáreas logísticas; e possibilidade de uso de tecnologias preditivas: inteligência Artificial para inovação em projetos de logística

aeroportuária.

Consulta

O Investe+Aeroportos está em consulta pública até o próximo dia 13 de julho na plataforma Participa Mais Brasil. No site, qualquer cidadão pode apresentar sugestões para o aprimoramento do programa. As contribuições serão analisadas pela equipe técnica da Secretaria Nacional de Aviação Civil e, se aprovadas, integrarão a portaria de regulamentação.

Após o estudo das contribuições, será produzida uma análise de impacto regulatório para avaliar a qualidade do instrumento normativo. A previsão é de que a nova norma entre em vigor no mês de setembro.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 08/07/2025

PORTO DO ITAQUI SE DESTACA PELA GESTÃO AMBIENTAL COM FOCO EM SUSTENTABILIDADE

Com investimentos em infraestrutura verde, uso de tecnologias sustentáveis e incentivo a operações menos poluentes, o terminal reforça seu compromisso com a agenda ambiental do Ministério de Portos e Aeroportos



Porto do Itaqui, em São Luís (MA), é destaque nacional na gestão ambiental e sustentabilidade - Foto: Vosmar Rosa/Mpor

O #MPorPeloBrasil visitou o Porto do Itaqui, em São Luís (MA), para conhecer de perto o funcionamento de um dos complexos portuários mais estratégicos e sustentáveis do país.

Alinhado aos princípios ESG (ambiental, social e governança), o Itaqui vem crescendo de forma responsável, com iniciativas como o mapeamento de emissões de gases de efeito estufa (GEE), plano de descarbonização, consumo consciente, política de plástico zero, programas de reciclagem, monitoramento de recursos naturais e ações de resposta rápida a emergências ambientais. Segundo dados da autoridade portuária, Itaqui é o primeiro porto público do Brasil a contar com um plano estruturado de descarbonização.



Esse plano é fruto de um processo iniciado em 2022, com a elaboração do Inventário de Emissões de GEE, que contabilizou as emissões de toda a operação portuária, incluindo navios atracados, rebocadores, transporte ferroviário, caminhões e terminais arrendados. O levantamento identificou cerca de 81 mil toneladas de carbono equivalente emitidas no ano-base, o que deu origem ao plano com metas progressivas até 2050.

Entre as estratégias, estão investimentos em infraestrutura verde, digitalização, tecnologias sustentáveis e mecanismos de incentivo, como tarifas diferenciadas para operações menos poluentes.

Gestão Ambiental

“As ações implementadas estão alinhadas ao compromisso do Governo Federal com uma economia mais sustentável”, afirmou o ministro dos Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho. “Trata-se de um esforço conjunto para construir um legado pautado pela

responsabilidade socioambiental, cujos efeitos positivos vão além dos usuários diretos dos serviços, beneficiando toda a sociedade.”

Segundo o ministro, as iniciativas não se limitam ao meio ambiente e também promovem transparência na gestão pública e inclusão social. “Estamos observando avanços importantes no setor, voltados não apenas à redução do impacto ambiental, mas também à transparência e ao



fortalecimento da inclusão. É nosso papel estimular ações que beneficiem diretamente o cidadão brasileiro — mesmo aqueles que não utilizam transporte aéreo ou hidroviário”, completou.

Qualidade do ar

O monitoramento da qualidade do ar no Porto do Itaqui é feito semestralmente, com coletas em pontos estratégicos da área primária. Os dados são consolidados em relatórios técnicos, encaminhados ao órgão ambiental responsável.

De acordo com Paulo Ricardo Martins Nunes, assessor da presidência do porto, o compromisso com a sustentabilidade é prioridade. “Somos o primeiro porto público brasileiro a criar um plano de descarbonização. E também estamos entre os poucos que contam com uma gerência ambiental dedicada. Estamos além do nosso tempo. Somos vanguarda nesse processo”, destacou.

Integração com a cidade

Para Paulo, a relação porto-cidade é tratada como prioridade no Itaqui. A proposta é integrar o porto à dinâmica urbana, reduzir impactos negativos e potencializar os benefícios sociais e econômicos.

Essa aproximação se concretiza por meio de ações de monitoramento ambiental, comunicação comunitária, participação social e incentivo à inovação. Entre os destaques estão os programas Manguará e Porto do Futuro, que fomentam o empreendedorismo comunitário, a pesquisa, o desenvolvimento de pessoas e a transformação social.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 08/07/2025



GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

RENAN FILHO ABRE SÉRIE DE ENCONTROS QUE IRÃO DEBATER O PLANEJAMENTO DA LOGÍSTICA NACIONAL PARA OS PRÓXIMOS ANOS

Evento nesta quarta (9) é o primeiro de dez, que irão percorrer o Brasil buscando contribuições para o Plano Nacional de Logística 2050

O ministro dos Transportes, Renan Filho, abre nesta quarta-feira (9) uma série de debates promovidos pelo Governo Federal para analisar a infraestrutura de transportes do Brasil e discutir os desafios e oportunidades dos modais na construção do Plano Nacional de Logística 2050.

Serão dez encontros, em várias capitais do país, que irão reunir diversos setores para aprimorar o planejamento de todas as matrizes — rodoviária, ferroviária, aeroportuária e hidroviária —, que compõem o sistema logístico brasileiro.

Frente à expansão do agronegócio e das exportações na atual gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o PNL 2050 busca mapear a cadeia de transportes das 27 unidades federativas brasileiras, com o objetivo de tornar a infraestrutura nacional mais eficiente. O Plano será lançado no fim deste ano.

Também participam deste primeiro debate o ministro de Portos e Aeroportos, Silvío Costa Filho; o presidente da Infra S.A., Jorge Bastos; o presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR), Marco Aurélio Barcelos e o presidente da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF), Davi Barreto, entre outras autoridades.

Cobertura de Imprensa

Profissionais interessados em cobrir o evento devem se credenciar pelos seguintes e-mails:

beatriz.biasoli@inpresspni.com.br / ana.santos@inpresspni.com.br

Serviço

Logística no Brasil

Data: Quarta-feira (9)

Horário: às 9h30

Local: B Hotel Brasília - SHN Q 5, Bloco J Lote L – Asa Norte, Brasília (DF)

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 08/07/2025

RENAN FILHO LANÇA VLT DE ARAPIRACA, MAIOR INVESTIMENTO EM MOBILIDADE URBANA DE ALAGOAS

“Isso vai facilitar a vida de quem precisa ir ao médico, do estudante, de maneira que um investimento como esse coloca Arapiraca como uma das principais cidades do Nordeste brasileiro”, afirmou o ministro dos Transportes durante o evento desta segunda (7)



Ministro Renan Filho anuncia o início das obras do VLT de Arapiraca, a maior iniciativa de mobilidade urbana de Alagoas / Crédito: Felipe Brasil

Oferecer um meio de transporte público moderno, eficiente e sustentável à população da segunda maior cidade alagoana. Com esse objetivo, o Ministério dos Transportes deu início, nesta segunda-feira (7), à implantação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) em Arapiraca. A iniciativa terá um investimento de R\$200 milhões.

“O VLT de Arapiraca é o maior investimento de mobilidade urbana que Alagoas está recebendo. É um investimento vultoso, que vai facilitar a vida de quem vai à feira fazer compras, de quem precisa ir ao médico, do estudante no dia a dia para chegar à sua escola ou à universidade”, disse o ministro dos Transportes, Renan Filho.

Arapiraca será beneficiada com uma malha ferroviária que irá cortar sete bairros e transportar 400 pessoas por viagem. O trem urbano ligará a estação João Paulo II à Universidade Federal de Alagoas (UFAL), na região do Bom Sucesso.

Ao todo, o sistema contará com três comboios, cada um formado por dois vagões. Dos 13 quilômetros de extensão do VLT, nove deles são sobre a ferrovia já existente. Este trecho passará por ampla revitalização, com substituição de trilhos e dormentes, e outros quatro quilômetros serão construídos do zero.

A previsão é que as obras comecem em agosto deste ano, e a operação do VLT tenha início no segundo semestre de 2026.

“Nós estamos completamente comprometidos a entregar esse veículo leve sobre trilhos. Nós vamos fazer aqui e em Campina Grande, porque o Nordeste merece um VLT dessa natureza e eu tenho certeza que vai ser um dos mais modernos do Brasil”, garantiu Tufi Daher, diretor-presidente da Transnordestina Logística, empresa responsável pelas obras.

Além do Ministério dos Transportes e da Transnordestina Logística (FTL), a Prefeitura de Arapiraca e o Governo de Alagoas também são parceiros do projeto.

“É um projeto que vai trazer baixo custo para a população, viabilizar a mobilidade urbana e vai continuar colocando o estado de Alagoas como líder dos principais indicadores, tanto no âmbito econômico como social”, celebrou o governador do estado, Paulo Dantas.

Sustentabilidade e desenvolvimento

A implantação do VLT contribui significativamente para a redução da emissão de poluentes e gases de efeito estufa, quando comparado aos veículos movidos a combustíveis fósseis. Além disso, o sistema diminui a poluição sonora, estimula o uso do transporte coletivo, reduz a dependência de automóveis particulares, melhora as condições de tráfego urbano e reforça um modelo de ocupação territorial mais sustentável.

O trecho de Arapiraca faz parte da ferrovia concedida à Ferrovia Transnordestina Logística na época da privatização da Malha Nordeste, em 1998. Sem operação desde 2011, a linha agora passará a transportar passageiros, a fim de resgatar o papel da ferrovia como vetor de crescimento e revitalização urbana.

“Isso é a conclusão de um grande sonho, que vai dar mais tranquilidade ao trabalhador e vai permitir que a gente planeje melhor a cidade. Será um indutor do desenvolvimento da nossa terra, então uma ação como essa não tem preço”, resumiu o prefeito de Arapiraca, Luciano Barbosa.

“Arapiraca é um motor de Alagoas. Quando essa cidade avança, todo o estado cresce, porque ela puxa o Agreste. E se o Agreste avança, Alagoas inteira avança”, concluiu Renan Filho.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 07/07/2025

BRASIL E CHINA FIRMAM PARCERIA ESTRATÉGICA PARA INTEGRAÇÃO FERROVIÁRIA CONTINENTAL

Memorando assinado nesta segunda (7) marca avanço na integração logística sul-americana e amplia cooperação internacional no setor. Corredor ligará Brasil e Peru



Representantes do Brasil e da China formalizam aliança para desenvolvimento ferroviário que marca agenda de cooperação entre os países. Foto: Michel Corvello/MT

O Governo Federal deu mais um passo rumo à modernização da infraestrutura de transportes do país. Nesta segunda-feira (7), o Ministério dos Transportes, por meio da Infra S.A., firmou um memorando de entendimento com o Instituto de Planejamento e Pesquisa Econômica da China State Railway Group, braço estratégico da maior empresa pública ferroviária

do mundo.

Durante a cerimônia, o secretário nacional de Transporte Ferroviário, Leonardo Ribeiro, ressaltou a relevância estratégica da parceria. “Celebramos hoje a assinatura deste memorando de entendimento, um marco na cooperação entre o Brasil e a China na área ferroviária. Este não é apenas um gesto formal, é o primeiro passo de uma jornada técnica, institucional e diplomática que visa aproximar continentes, reduzir distâncias e fortalecer laços entre nações que compartilham uma visão de longo prazo”, afirmou.

O acordo prevê a realização de estudos conjuntos para avaliar a viabilidade de um novo corredor ferroviário bioceânico, ligando o Brasil ao Oceano Pacífico, por meio do Porto de Chancay, no Peru. A proposta busca reposicionar o país no comércio internacional, promovendo ganhos logísticos, econômicos e ambientais, especialmente para as exportações brasileiras com destino ao mercado asiático.

O secretário especial do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) da Casa Civil, Maurício Muniz, destacou que o projeto integra uma diretriz definida pelos presidentes do Brasil, Luiz Inácio



Lula da Silva, e da China, Xi Jinping, dentro da nova agenda de cooperação estratégica entre os países.

“Tenho confiança que nossas instituições estão estruturadas e melhor organizadas, o Ministério dos Transportes e a Infra S.A., assim como o governo chinês, dando todo o suporte para que esses estudos dessa vez se concluam e tragam bons resultados para os nossos países”, destacou.

A diretora de Administração e Finanças da Infra S.A., Elisabeth Braga, enfatizou o papel da empresa no desenvolvimento técnico do projeto.

“Estamos iniciando uma parceria estratégica para construir os melhores estudos para alavancar a infraestrutura ferroviária no Brasil, em especial, esse estudo específico da conexão do continente americano na parte sul do continente. A Infra S.A. está pronta para desenvolver essa parceria”, ressaltou.

A assinatura do memorando é resultado de uma articulação iniciada em abril, quando uma delegação chinesa visitou o Brasil e percorreu obras estratégicas como a Fiol 1 e a Fico. Em maio, durante missão oficial à China, o secretário Leonardo Ribeiro acompanhou o ministro da Casa Civil, Rui Costa, em agendas com autoridades chinesas, aprofundando o diálogo técnico-institucional que culminou na formalização da parceria.

Desde então, equipes dos dois países vêm conduzindo análises detalhadas sobre a logística brasileira, com foco no escoamento da produção agrícola e mineral do Centro-Oeste para os portos do Arco Norte e do Sudeste. O eixo ferroviário Fico-Fiol, cujo leilão está previsto para o primeiro semestre de 2026, é a base estruturante do corredor em estudo.

O projeto considera ainda a integração com outros modais, como rodovias e hidrovias, e está alinhado às diretrizes do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), responsável pelo mapeamento das rotas bioceânicas na América do Sul. O objetivo é consolidar uma malha logística integrada, sustentável e conectada aos principais corredores comerciais do mundo.

Representando o lado chinês, o diretor-geral da China State Railway Group, Wang Jie, reforçou o compromisso da empresa com a cooperação.

“Esta parceria é um fruto da sabedoria e da confiança mútua, e vai contribuir no dinamismo e desenvolvimento dos transportes em nossos países. Que a amizade entre o Brasil e a China perdure por longo tempo e continue a frutificar”, disse.

Parceria global

A parceria com a China insere o Brasil em uma nova dinâmica de planejamento estratégico de longo prazo. Com ampla experiência no setor ferroviário, a China State Railway Group é referência mundial em eficiência, inovação e velocidade de expansão. Apenas nos quatro primeiros meses de 2025, o sistema chinês transportou mais de 1,46 bilhão de passageiros, estabelecendo um novo recorde. A empresa opera a maior malha de trens de alta velocidade do planeta e acumula projetos de destaque internacional, como a ferrovia Jacarta–Bandung, na Indonésia.

O Brasil, por sua vez, fortalece sua agenda de integração regional e infraestrutura sustentável, alinhada aos princípios da cooperação Sul-Sul e às metas do Novo PAC. A expectativa é que os estudos em andamento deem suporte a futuros investimentos e concessões ferroviárias, contribuindo para reduzir o custo logístico e ampliar a eficiência do transporte de cargas no país.

“O Brasil está preparado para liderar uma nova era de infraestrutura logística. E essa liderança se fará com responsabilidade, com engenharia de qualidade, com parcerias sólidas e com trilhos voltados para o futuro. É por isso que estamos trazendo os melhores do campo ferroviário para nos dar subsídios”, concluiu o secretário Leonardo Ribeiro.



Também participaram da cerimônia representantes da Casa Civil, do Ministério do Planejamento e da Embaixada da China no Brasil.

Assista à reunião na íntegra no canal do Ministério dos Transportes no YouTube.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 07/07/2025

BRASIL E CHINA FIRMAM PARCERIA HISTÓRICA EM PLANEJAMENTO FERROVIÁRIO NESTA SEGUNDA (7)

Assinatura de memorando entre MT e maior empresa ferroviária pública do mundo marca avanço da participação chinesa nas concessões do setor no Brasil

O Ministério dos Transportes, por meio da Infra S.A., assina, nesta segunda-feira (7), um memorando com a China para realização de pesquisa e planejamento sobre um sistema de transporte integrado no Brasil. O objetivo é impulsionar a participação da China no setor de transporte ferroviário e promover a integração logística entre os dois países para conectar o Brasil ao Porto de Chancay, no Peru.

O eixo analisado poderá se tornar a espinha dorsal de uma nova rota bioceânica, reposicionando o Brasil no comércio internacional e trazendo vantagens para as exportações à Ásia.

O acordo, firmado entre o Governo Federal e a China Railway Economic and Planning Research Institute Co., Ltd., braço estratégico do China State Railway Group, maior empresa ferroviária pública do mundo, prevê a parceria entre equipes brasileiras e chinesas, no sentido de aprofundar uma pesquisa estruturante sobre a estrutura logística nacional, com foco na intermodalidade e na sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Participam ainda do evento representantes da Casa Civil, do Ministério do Planejamento, da Infra S.A. e da Embaixada da China no Brasil.

Cobertura de imprensa

Não é necessário credenciamento prévio para jornalistas interessados na cobertura do evento. A cerimônia será transmitida pelo canal do Ministério dos Transportes no YouTube.

Serviço

Assinatura de memorando sobre sistema de transporte integrado entre Brasil e China

Data: Segunda-feira, 7 de julho

Horário: 9h

Local: Sala Interativa do Ministério dos Transportes – Bloco R, Esplanada dos Ministérios, Brasília (DF)

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 06/07/2025



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – UM COMPROMISSO ESSENCIAL

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A declaração conjunta dos países do Brics, emitida nessa segunda-feira, dia 7, durante a Cúpula de Líderes no Rio de Janeiro, reverberou um importante apelo global: a exigência por um maior comprometimento financeiro das nações desenvolvidas na luta contra as mudanças climáticas. O documento, que faz referência direta ao ambicioso Mapa do Caminho de Baku a Belém US\$ 1,3



trilhão, posiciona o grupo como uma voz ativa na busca por equidade e responsabilidade no financiamento climático global.

Os Brics expressaram “séria preocupação com as lacunas de ambição e implementação nos esforços de mitigação dos países desenvolvidos no período anterior a 2020”, instando-os a fortalecer suas metas para 2030 e a alcançar emissões líquidas zero “significativamente antes de 2050, preferencialmente até 2030”. Esse posicionamento reflete a urgência de uma ação climática mais robusta e imediata por parte daqueles que historicamente mais contribuíram para o problema.

A declaração reforça o compromisso com o multilateralismo, enxergando a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e o Acordo de Paris como os pilares da cooperação internacional. A defesa de que a mobilização de recursos deve recair sobre os países ricos em relação aos países em desenvolvimento, considerando suas capacidades e responsabilidades diferenciadas, é um ponto central. Essa perspectiva reconhece que, embora o capital global para enfrentar os desafios climáticos seja suficiente, sua distribuição é desigual, e o financiamento deve ocorrer via transferências diretas, sem imposição de contrapartidas que agravem o endividamento das economias beneficiárias.

O texto enfatiza que o financiamento para adaptação deve ser “primariamente concessional, baseado em doações e acessível às comunidades locais”, evitando o aumento substancial do endividamento das economias em desenvolvimento. A destinação desses recursos públicos para entidades operacionais do Mecanismo Financeiro da UNFCCC, como o Fundo Verde para o Clima (GCF) e o Fundo de Adaptação, demonstra uma clara intenção de fortalecer os canais multilaterais existentes.

É inegável a importância de os países desenvolvidos financiarem ações de descarbonização para mitigar os efeitos das mudanças climáticas. Sem um fluxo adequado de recursos para nações em desenvolvimento, a transição para economias de baixo carbono em escala global se torna inviável. Os países do Brics também defendem a atuação conjunta para estimular o financiamento privado, com destaque para instrumentos de finanças mistas e a menção ao Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF), visto como um mecanismo promissor para a conservação de florestas.

A abordagem do mercado de carbono como um caminho para incentivar a participação do setor privado nos compromissos climáticos, aliada ao apoio ao fortalecimento dos planejamentos nacionais que embasam as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), mostra uma compreensão abrangente das ferramentas disponíveis.

Em suma, a posição dos países do Brics na Cúpula do Rio de Janeiro reforça a urgência e a equidade no financiamento climático. O chamado por um maior comprometimento dos países desenvolvidos em financiar ações de descarbonização é fundamental para que o mundo possa, de fato, mitigar os efeitos das mudanças climáticas e construir um futuro mais sustentável para todos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/07/2025

NACIONAL - HUB – CURTAS - COSTA FILHO APRESENTA PROGRAMA INVESTE + AEROPORTOS A INVESTIDORES EM SP

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO** E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

AEROPORTOS

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, participa nesta terça-feira (8), em São Paulo, de reunião com investidores na sede da XP. No encontro, o titular da pasta vai detalhar as propostas do programa Investe + Aeroportos, que está em consulta pública desde maio e tem como objetivo ampliar a atratividade do setor aéreo para o capital privado.



FLEXIBILIZAÇÃO

A iniciativa prevê a flexibilização de regras para aprovação de projetos, com foco na modernização da infraestrutura aeroportuária, aumento da segurança jurídica e diversificação dos serviços oferecidos nos terminais. A expectativa é facilitar a realização de novos investimentos, inclusive em atividades não diretamente ligadas ao embarque e desembarque de passageiros.

OBRAS EM SP

Na segunda-feira (7), em São Paulo, Silvio Costa Filho se reuniu com o presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini. Conforme o próprio ministro revelou em seus perfis nas redes sociais, eles conversaram sobre obras estratégicas para o setor portuário do estado de São Paulo.

BMW EM ITAJAÍ

O Porto de Itajaí, em Santa Catarina, recebeu durante o final de semana uma operação de desembarque de veículos de luxo da montadora alemã BMW. Segundo a Superintendência do Porto de Itajaí, foram descarregados 777 veículos. Os carros chegaram no navio Florida Highway, que atracou no complexo portuário de Itajaí na manhã de domingo, dia 6. Com bandeira do Panamá, a embarcação é do tipo Roll-on Roll-off, estrutura que permite a descarga dos automóveis por meio de rampas, facilitando a movimentação direta da carga.

TRANSFERÊNCIA

Paralisada há mais de uma década devido ao assoreamento, a Hidrovia do São Francisco terá sua gestão transferida do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) para a Companhia das Docas do Estado da Bahia (Codeba). A mudança, segundo o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), deve ocorrer ainda neste mês de julho, e tem como objetivo dar mais agilidade ao projeto da Nova Hidrovia do São Francisco, que prevê a retomada da navegação entre Pirapora (MG) e Juazeiro (BA)/Petrolina (PE).

MAIOR EFICIÊNCIA

“A transferência da gestão da Hidrovia do São Francisco para a Codeba está alinhada com a política nacional de fomento à navegação interior, que busca ampliar a eficiência da gestão pública e valorizar ativos logísticos com alto potencial de desenvolvimento regional”, explicou Otto Luiz Burlier, diretor do Departamento de Navegação e Fomento da Secretaria Nacional de Hidrovias e Navegação do MPor. A descentralização permitirá que a Codeba assuma os estudos técnicos, ambientais e econômicos necessários para reativar a hidrovia.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 08/07/2025

NACIONAL - BRASIL E CHINA FIRMAM ACORDO PARA ESTUDOS DO CORREDOR FERROVIÁRIO BIOCEÂNICO

Parceria entre Infra S.A. e grupo chinês prevê análise da viabilidade técnica e logística de rota bioceânica até o porto de Chancay, no Peru

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br

O diretor-geral da China State Railway Group, Wang Jie, assina o acordo acompanhado de Leonardo Ribeiro, secretário de Transporte Ferroviário, e Elisabeth Braga, da Infra S.A.

O Brasil e a China assinaram na segunda-feira (7), em Brasília, um memorando de entendimento para a realização de estudos conjuntos sobre o corredor ferroviário bioceânico que integrará o Oceano Atlântico ao Pacífico. A parceria visa analisar a viabilidade técnica, econômica e logística do

projeto que conectará as ferrovias brasileiras Fiol (Ferrovia de Integração Oeste-Leste), Fico (Ferrovia Centro-Oeste) e a Ferrovia Norte-Sul (FNS) ao porto de Chancay, no Peru, inaugurado recentemente pelos chineses.

A cerimônia ocorreu no Ministério dos Transportes, com a participação da Infra S.A., estatal vinculada à pasta, e do China Railway Economic and Planning Research Institute, braço do grupo China State Railway Group, a maior empresa pública ferroviária do mundo. O acordo marca o início de uma cooperação técnica, institucional e diplomática para integrar modais e ampliar a eficiência logística entre os países, com foco na exportação brasileira para o mercado asiático.

O corredor ferroviário bioceânico terá como ponto inicial a região de Ilhéus (BA), por meio da Fiol, que segue até Mara Rosa (GO). De Mara Rosa parte a Fico, que termina em Lucas do Rio Verde (MT), ponto de conexão com a Ferrovia Norte-Sul, que vai do Maranhão a São Paulo. A ferrovia atravessará a fronteira com a Bolívia, seguirá pelo estado de Rondônia, o sul do Acre e chegará ao porto peruano de Chancay, distante cerca de 70 km de Lima.

Segundo o secretário nacional de Transporte Ferroviário, Leonardo Ribeiro, a parceria com a China é estratégica para aproximar continentes e fortalecer laços de cooperação. “Este não é apenas um gesto formal, é o primeiro passo de uma jornada técnica, institucional e diplomática que visa aproximar continentes, reduzir distâncias e fortalecer laços entre nações que compartilham uma visão de longo prazo”, afirmou.

O secretário especial do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) da Casa Civil, Maurício Muniz, ressaltou que o projeto faz parte de uma agenda bilateral estabelecida entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Xi Jinping, firmada em novembro de 2024. A iniciativa integra o projeto Rotas de Integração Sul-Americana, lançado em 2023 pelo Ministério do Planejamento e Orçamento, que prioriza a conexão entre modais rodoviários, ferroviários, fluviais e portuários em áreas de fronteira com países vizinhos.

A diretora de Administração e Finanças da Infra S.A., Elisabeth Braga, destacou o papel da estatal no desenvolvimento dos estudos técnicos e a importância da cooperação com o grupo chinês para fortalecer a infraestrutura ferroviária no Brasil e na região.

Alinhamento

A iniciativa também se alinha às diretrizes do Ministério do Planejamento, responsável pelo mapeamento das rotas bioceânicas na América do Sul, visando a consolidação de uma malha logística integrada, sustentável e conectada aos principais corredores comerciais globais.

O diretor-geral da China State Railway Group, Wang Jie, destacou o compromisso da empresa com a cooperação bilateral e seu histórico de eficiência e inovação. “Esta parceria é um fruto da sabedoria e da confiança mútua, e vai contribuir no dinamismo e desenvolvimento dos transportes em nossos países. Que a amizade entre o Brasil e a China perdure por longo tempo e continue a frutificar”, declarou.

O acordo foi assinado às vésperas do encerramento da Reunião de Líderes do Brics, realizada no Rio de Janeiro. Na declaração conjunta do grupo, emitida no domingo (6), os países reafirmaram o compromisso com a ampliação da infraestrutura de transportes entre as nações em desenvolvimento, respeitando soberania e integridade territorial.

“Esperamos promover ainda mais o diálogo sobre transportes para atender às demandas de todas as partes interessadas e aprimorar o potencial de transporte dos países do Brics”, destacou o documento, que também ressaltou a importância da infraestrutura sustentável para o crescimento econômico e a conectividade regional.

O projeto do corredor bioceânico busca reposicionar o Brasil no comércio internacional, promovendo ganhos logísticos, econômicos e ambientais. Com a integração de ferrovias, rodovias, hidrovias e

portos, o país pretende reduzir custos logísticos e ampliar a eficiência no transporte de cargas, especialmente da produção agrícola e mineral do Centro-Oeste para os mercados asiáticos.

O leilão do trecho FicoFiol está previsto para o primeiro semestre de 2026, e os estudos técnicos em andamento devem subsidiar futuros investimentos e concessões no setor ferroviário brasileiro.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/07/2025

NACIONAL - BRICS COBRA PAÍSES RICOS POR MAIS AMBIÇÃO CLIMÁTICA ATÉ A COP30

Declaração conjunta defende revisão das metas de emissão, mais recursos para adaptação e transferência direta de financiamento aos países em desenvolvimento

Da Redação redacao.jornal@redebnews.com.br

O Brics avalia que a mobilização de recursos cabe aos países ricos em relação aos países em desenvolvimento, levando em conta capacidades e responsabilidades diferenciadas. Foto: Ricardo Stuckert/PR

Os países do Brics divulgaram na segunda-feira (7) uma declaração conjunta em que cobram maior comprometimento das nações desenvolvidas com o financiamento climático global. O documento foi publicado durante a Cúpula de Líderes do grupo, realizada no Rio de Janeiro, e faz referência direta ao chamado Mapa do Caminho de Baku a Belém US\$ 1,3 trilhão, que propõe a mobilização desse montante até a realização da COP30, em novembro, na capital paraense.

“Expressamos séria preocupação com as lacunas de ambição e implementação nos esforços de mitigação dos países desenvolvidos no período anterior a 2020. Instamos esses países a suprir com urgência tais lacunas, a revisar e fortalecer as metas para 2030 em suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) e a alcançar emissões líquidas zero de GEE (gases de efeito estufa) significativamente antes de 2050, preferencialmente até 2030, e emissões líquidas negativas imediatamente após”, afirma o documento.



A declaração também reforça o compromisso com o multilateralismo e aponta a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e o Acordo de Paris como os principais instrumentos de cooperação internacional na luta contra a mudança do clima. O grupo defende que a mobilização de recursos cabe aos países ricos em relação aos países em desenvolvimento, levando em conta capacidades e responsabilidades diferenciadas.

Segundo o texto, há capital global suficiente para enfrentar os desafios climáticos, mas os recursos estão distribuídos de maneira desigual. O financiamento, alerta o grupo, deve ocorrer por meio de transferências diretas, sem a imposição de contrapartidas que agravem a situação econômica dos países beneficiários. “Enfatizamos que o financiamento para adaptação deve ser primariamente concessional, baseado em doações e acessível às comunidades locais, não devendo aumentar substancialmente o endividamento das economias em desenvolvimento”, diz a declaração.

Os recursos públicos previstos teriam como destino entidades operacionais do Mecanismo Financeiro da UNFCCC, como o Fundo Verde para o Clima (GCF), o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), o Fundo de Adaptação, o Fundo de Resposta a Perdas e Danos (FRLD), o Fundo para Países Menos Desenvolvidos e o Fundo Especial para Mudança do Clima.

O Brics também defende a atuação conjunta para estimular o financiamento privado, com destaque para instrumentos de finanças mistas. Entre as propostas mencionadas está o Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF), que deverá ser lançado oficialmente na COP30 e é visto como um mecanismo promissor para garantir fluxos estáveis de longo prazo voltados à conservação de florestas.

A declaração ainda aborda o mercado de carbono, considerado um dos caminhos para incentivar a participação do setor privado nos compromissos climáticos. O grupo se comprometeu a promover cooperação e troca de experiências na área, além de apoiar o fortalecimento dos planejamentos nacionais que embasam as NDCs.

O texto também rejeita medidas unilaterais de cunho ambiental com impacto comercial, consideradas punitivas e discriminatórias. Entre os mecanismos criticados estão os ajustes de carbono nas fronteiras (CBAMs), requisitos de diligência prévia e imposições tarifárias que, segundo os países do Brics, podem comprometer os esforços globais para conter o desmatamento e mitigar os efeitos das mudanças climáticas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 08/07/2025

NACIONAL - LULA MINIMIZA AMEAÇA DE TRUMP SOBRE TARIFAS A PAÍSES ALINHADOS AO BLOCO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou que a ameaça do ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de taxar em 10% países que se alinhem ao Brics não gerou preocupação entre os líderes do bloco durante a cúpula realizada no Rio de Janeiro, encerrada na segunda-feira (7).

“Na reunião do Brics ninguém tocou nesse assunto, ou seja, como se não tivesse ninguém falado. Não demos nenhuma importância a isso”, disse Lula em entrevista ao término do encontro que reuniu representantes dos 11 países-membros e de dez nações parceiras.

O presidente classificou a declaração, feita por Trump em rede social, como irresponsável. “Sinceramente, eu nem acho que eu deveria comentar, porque eu não acho uma coisa muito responsável e séria o presidente da república de um país do tamanho dos Estados Unidos ficar ameaçando o mundo através da internet”, declarou.

Lula ressaltou a soberania dos países e lembrou que, caso os Estados Unidos adotem tarifas, outras nações têm o direito de responder na mesma moeda, com base no princípio da reciprocidade. “Respeito é muito bom. A gente gosta de dar e gosta de receber. E é preciso que as pessoas leiam o significado da palavra soberania. Cada país é dono do seu nariz”, afirmou.

Bolsonaro

O presidente também comentou as declarações de Trump sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que, segundo o ex-presidente americano, estaria sofrendo uma “caça às bruxas” e deveria ser deixado em paz. Lula respondeu que o Brasil tem leis, regras e é governado pelo povo brasileiro. “Portanto, deem palpite na sua vida e não na nossa”, concluiu.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 08/07/2025

REGIÃO NORDESTE - GOVERNO CONFIRMA INÍCIO DA IMPLANTAÇÃO DO VLT EM ARAPIRACA

Projeto prevê investimento de R\$ 200 milhões em sistema de 13 km que deve beneficiar sete bairros e milhares de passageiros



“O VLT de Arapiraca é o maior investimento de mobilidade urbana que Alagoas está recebendo”, disse o ministro dos Transportes, Renan Filho, durante o evento de lançamento. Foto: Felipe Brasil/MT

O Ministério dos Transportes anunciou na segunda-feira (7) o início da implantação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) em Arapiraca (AL), com previsão de início das obras em agosto e operação no segundo semestre de 2026. Segundo a pasta, o projeto representa um novo passo na ampliação da mobilidade urbana na segunda

maior cidade alagoana e terá investimento estimado em R\$ 200 milhões.

A nova linha do VLT contará com 13 quilômetros de extensão, dos quais nove serão aproveitados a partir da ferrovia existente, que passará por revitalização. Os quatro quilômetros restantes serão construídos do zero. O sistema ligará a estação João Paulo II à Universidade Federal de Alagoas (UFAL), passando por sete bairros e com capacidade para transportar 400 pessoas por viagem. Serão três comboios, cada um com dois vagões.

De acordo com o Ministério dos Transportes, o VLT de Arapiraca será o maior investimento em mobilidade urbana no estado de Alagoas. A pasta afirma que a iniciativa tem como objetivo facilitar o deslocamento diário da população, incluindo trabalhadores, estudantes e usuários de serviços públicos.

“O VLT de Arapiraca é o maior investimento de mobilidade urbana que Alagoas está recebendo. É um investimento vultoso, que vai facilitar a vida de quem vai à feira fazer compras, de quem precisa ir ao médico, do estudante no dia a dia para chegar à sua escola ou à universidade”, afirmou o ministro dos Transportes, Renan Filho.

A implantação do sistema será conduzida pela Transnordestina Logística (FTL), responsável pela ferrovia concedida na época da privatização da Malha Nordeste, em 1998. O trecho de Arapiraca está desativado desde 2011 e voltará a operar, agora com foco no transporte de passageiros.

“Nós estamos completamente comprometidos a entregar esse veículo leve sobre trilhos. Nós vamos fazer aqui e em Campina Grande, porque o Nordeste merece um VLT dessa natureza e eu tenho certeza que vai ser um dos mais modernos do Brasil”, disse Tufi Daher, diretor-presidente da FTL.

A iniciativa é fruto de uma parceria entre o Ministério dos Transportes, o Governo de Alagoas, a Prefeitura de Arapiraca e a Transnordestina Logística. Segundo o governo federal, o projeto contribui para a redução de emissões de poluentes e de gases de efeito estufa, além de diminuir a poluição sonora e estimular o uso do transporte coletivo em substituição aos veículos individuais. A proposta também está alinhada a modelos de urbanização mais sustentáveis e à requalificação de áreas ferroviárias.

Benefícios

Para o governador Paulo Dantas, o VLT trará benefícios econômicos e sociais para o estado. “É um projeto que vai trazer baixo custo para a população, viabilizar a mobilidade urbana e vai continuar colocando o estado de Alagoas como líder dos principais indicadores, tanto no âmbito econômico como social”, declarou.

O prefeito de Arapiraca, Luciano Barbosa, também celebrou a iniciativa. “Isso é a conclusão de um grande sonho, que vai dar mais tranquilidade ao trabalhador e vai permitir que a gente planeje melhor a cidade. Será um indutor do desenvolvimento da nossa terra, então uma ação como essa não tem preço.”



Renan Filho concluiu destacando a importância regional do município no contexto do estado. “Arapiraca é um motor de Alagoas. Quando essa cidade avança, todo o estado cresce, porque ela puxa o Agreste. E se o Agreste avança, Alagoas inteira avança”, afirmou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/07/2025

NACIONAL - JBS FAZ PRIMEIRO EMBARQUE DE CARNE BOVINA PARA O VIETNÃ

Unidade de Mozarlândia (GO) foi a responsável pela remessa inicial de 27 toneladas; país asiático é visto como mercado promissor para proteínas animais

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

A JBS embarcou no último sábado (5) o primeiro carregamento de carne bovina com destino ao Vietnã, com 27 toneladas processadas na unidade da Friboi de Mozarlândia (GO), recentemente habilitada para exportações ao país asiático. A cerimônia que marcou o primeiro embarque de carne brasileira para o Vietnã, realizada no Rio de Janeiro, contou com a presença do primeiro ministro vietnamita Pham Minh Chinh e do ministro da Agricultura, Carlos Fávaro.

Para a companhia, a abertura do mercado vietnamita representa um movimento estratégico na Ásia, região com crescente demanda por proteína animal e protagonismo econômico. Além de Mozarlândia, a unidade da JBS de Goiânia recebeu habilitação para exportar o produto ao Vietnã.

Com uma população que já ultrapassa 101 milhões de habitantes e crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) esmado em 7,6% no segundo trimestre deste ano em relação ao mesmo período de 2024, o país se consolida como um dos mercados mais promissores do Sudeste Asiático para proteínas animais.

Em discurso durante o evento, a diretora-executiva de Assuntos Corporativos da JBS, Marcela Rocha, destacou a relevância da abertura do Vietnã para o Brasil.

“Estar presente nesse mercado é positivo para toda a cadeia do agronegócio nacional: produtores rurais, indústrias, fornecedores e trabalhadores. Trata-se do setor que representa 20% do PIB, gera emprego e movimentam economias regionais”, disse.

Em 2024, os vietnamitas importaram cerca de 300 mil toneladas de carne bovina e de búfalo, com destaque para produtos voltados ao consumo interno de uma classe média em expansão. Na avaliação da empresa, o cenário de crescimento sustentado e urbanização acelerada deve impulsionar ainda mais a demanda nos próximos anos e posiciona o Brasil como um fornecedor estratégico para atender esse mercado.

AJBS informa também que foi a primeira empresa brasileira do setor a investir diretamente no território vietnamita. Desde 2014, a companhia opera no país com uma planta de couro no distrito de Dong Nai, especializada em acabamentos para os setores de estofados e calçados. A unidade emprega mais de 600 colaboradores e pouco mais de 60% da produção é destinada ao próprio mercado vietnamita.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/07/2025

NACIONAL - VANDER COSTA DEFENDE TRANSPORTE COLETIVO COMO EIXO DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Presidente do Sistema Transporte destaca urgência de políticas públicas voltadas à mobilidade urbana e propõe medidas de baixo custo para reduzir emissões

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Ao abordar desafios da transição energética no transporte, Vander Costa apontou medidas estruturais e de baixo custo que podem contribuir para a redução de poluentes no Brasil

O presidente do Sistema Transporte, Vander Costa, defendeu a adoção de políticas públicas que priorizem o transporte coletivo como instrumento para reduzir emissões e melhorar a qualidade de vida nas cidades. A declaração foi dada em Portugal, durante o

painel Mobilidade em Transformação: O Papel do Transporte na Revolução Energética, no 13º Fórum Jurídico de Lisboa, realizado no último dia 3, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

O Sistema Transporte é composto pela Confederação Nacional do Transporte (CNT), pelo Serviço Social do Transporte e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Sest-Senat), além do ITL (Instituto de Transporte e Logística). A estrutura atua em defesa dos interesses do setor transportador, com foco em qualificação profissional, saúde, pesquisa e desenvolvimento logístico.

“Apesar de ser um princípio constitucional, o que vemos nas principais cidades do Brasil é o incentivo ao transporte individual, seja por moto ou automóvel. Precisamos mudar essa lógica e valorizar o transporte coletivo como solução para a mobilidade e para o meio ambiente”, afirmou.

Vander Costa dividiu o painel com representantes do setor produtivo e de instituições financeiras. Ao abordar os desafios da transição energética no transporte, ele apontou medidas estruturais e de baixo custo que podem contribuir para a redução de poluentes no Brasil. Uma delas é a renovação da frota nacional. Segundo o presidente do Sistema Transporte, a simples substituição de veículos com mais de 20 anos por modelos novos pode resultar em uma queda de até 95% nas emissões, sem depender exclusivamente da eletrificação.

Entre os pontos levantados, Vander também defendeu a revisão do modelo tributário com a criação de um IPVA progressivo, ajustado ao nível de poluição dos veículos, além do incentivo ao uso de biocombustíveis. Ele destacou o papel do etanol, que possui menor impacto ambiental ao longo de sua cadeia produtiva, e fez um alerta sobre os riscos do biodiesel da forma como é atualmente especificado no país. “Segundo estudos acadêmicos, essa prática pode aumentar as emissões devido à perda de eficiência dos motores”, afirmou.

Outra alternativa apresentada foi o uso de biogás a partir de resíduos urbanos para abastecimento de frotas municipais. Segundo ele, além de sustentável, essa solução pode reduzir os custos operacionais. Ao final da exposição, Vander mencionou a entrega de propostas concretas para a descarbonização do setor em fóruns internacionais e reforçou o compromisso do Sistema Transporte com a agenda ambiental.

A COP30, que será realizada em novembro deste ano, em Belém (PA), contará com presença ativa da entidade, por meio da Estação do Desenvolvimento, um espaço criado para fomentar o debate sobre o futuro sustentável da mobilidade no país.

O painel contou com moderação de Sérgio Moraes, diretor de Jurídico & Governança do Grupo Santa, e reuniu ainda o ministro do Tribunal de Contas da União, Aroldo Cedraz; o advogado-geral da Petrobras, Wellington César Lima; o diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres, Lucas Asfor Rocha; o diretor jurídico do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Walter Baere; e o vice-presidente da Cosan S.A., Guilherme Penin.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 08/07/2025

REGIÃO SUDESTE - CONDIÇÕES DE TRABALHO NO CAMPO GANHAM ESPAÇO EM DEBATE SOBRE O CAFÉ

Evento reuniu representantes do governo, da CNA e de organismos internacionais para discutir parcerias e boas práticas no setor cafeeiro

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



O presidente da Comissão Nacional do Café da CNA, Fabrício Andrade, participou do painel “Promovendo o Trabalho Decente no Setor Cafeeiro: Oportunidades de Cooperação”

O 10º Coffee Dinner & Summit, realizado entre os dias 2 e 4 deste mês, em Campinas (SP), abriu espaço para uma discussão aprofundada sobre o trabalho decente na cafeicultura brasileira. Um dos destaques da programação foi o painel “Promovendo o Trabalho Decente no Setor Cafeeiro: Oportunidades de Cooperação”, que reuniu representantes do governo brasileiro, de organismos internacionais e do

setor privado para discutir legislações, parcerias e boas práticas voltadas à promoção de condições justas ao longo da cadeia produtiva do café.

O debate contou com a participação de representantes do Ministério do Trabalho e Emprego, da Embaixada da Alemanha no Brasil, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da Associação Alemã de Café e da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), representada por Fabrício Andrade, presidente da Comissão Nacional do Café da entidade.

Para Fabrício, a presença da CNA no evento reforça a importância do diálogo entre os diferentes setores envolvidos. “A participação no Coffee Dinner & Summit foi fundamental para reforçarmos o compromisso da CNA com uma cafeicultura socialmente justa e economicamente sustentável. Temos avançado em iniciativas que promovem o trabalho decente e que geram atratividade aos jovens pela cafeicultura, fortalecendo a posição do Brasil como referência mundial em práticas responsáveis ao longo da cadeia produtiva do café.”

A CNA também esteve representada por Thiago Orletti, vice-presidente da Comissão Nacional do Café, que destacou o papel estratégico do evento na articulação de parcerias e no fortalecimento da imagem do café brasileiro no cenário internacional. “Foi uma oportunidade de dialogar com diferentes elos da cadeia produtiva e de fortalecer parcerias que contribuem para a valorização do nosso produto e do trabalho do produtor rural.”

Promovido anualmente, o Coffee Dinner & Summit é considerado um dos principais fóruns globais do setor cafeeiro. A edição deste ano reuniu lideranças nacionais e internacionais para discutir tendências de mercado, sustentabilidade e os desafios da cafeicultura no Brasil e no mundo.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 08/07/2025

REGIÃO NORDESTE - PEDRA FUNDAMENTAL MARCA INÍCIO DAS OBRAS DO PORTO SECO DO CEARÁ



Autoridades participaram do lançamento da pedra fundamental da obra do terminal, que deve entrar em operação em agosto de 2026

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

A cerimônia de lançamento ocorreu na fazenda Serrote dos Bois, no distrito de Lacerda, com o

governador Elmano de Freitas, além de autoridades municipais, estaduais e federais

O lançamento da pedra fundamental marcou, nesta segunda-feira (7), o início das obras do primeiro porto seco do Ceará. O empreendimento, da multinacional brasileira Value Global Group, será instalado na zona rural de Quixeramobim, no Sertão Central, e terá cerca de 360 hectares de área na primeira fase.

O Terminal Multimodal e Multipropósito de Cargas José Dias de Macêdo deve entrar em operação em agosto de 2026, com previsão de investimentos de R\$ 350 milhões apenas na primeira etapa. Já a segunda fase, com conclusão estimada para dezembro de 2027, prevê o processo de alfandegamento junto à Receita Federal, permitindo que o local funcione como Estação Aduaneira do Interior (EADI), popularmente chamada de porto seco. De acordo com a empresa, o investimento total aplicado pode chegar a R\$ 1 bilhão.

A cerimônia de lançamento ocorreu na fazenda Serrote dos Bois, no distrito de Lacerda, e contou com a presença do governador Elmano de Freitas (PT), além de autoridades municipais, estaduais e federais.

“Olha, não tenho nenhuma dúvida que nós estamos aqui dando início a uma grande transformação de oportunidades, de chances de emprego, de crescimento, de trabalho para o povo do sertão central do Ceará. É todo um ecossistema que nós estamos instituindo no estado do Ceará”, afirmou o governador.



Pedra fundamental do terminal foi lançada nesta segunda-feira (7/7). (Foto: Divulgação)

O prefeito de Quixeramobim, Cirilo Pimenta, também esteve no evento e afirmou que hoje foi um dos dias mais importantes da história do sertão central do Ceará. “Eu fiz questão de chamar todos os prefeitos da região para que eles pudessem participar deste momento importante de transformação para a economia da nossa região. A partir do Porto Seco, muito do que é produzido no nordeste brasileiro vai para outras partes do mundo através da Transnordestina”.

Segundo a Value, a primeira fase já envolve a contratação de três construtoras, duas assessorias ambientais, uma fornecedora de combustível, uma empresa de telecomunicações, três empresas de segurança, uma empresa de tecnologia, transportadoras e um serviço de alimentação coletiva. Cerca de 1.300 pessoas devem trabalhar direta ou indiretamente nessa etapa.

O CEO da empresa, Ricardo Azevedo, ressaltou o tempo de maturação do projeto. “Passa um filme na cabeça, foram 15 anos de planejamento até chegarmos ao dia de hoje. Por isso, preciso fazer um agradecimento especial pela parceria com o governo do estado. Agora vamos trabalhar para atrair ainda mais empreendedores para o nosso terminal”.

O terminal será conectado à ferrovia Transnordestina, cuja chegada ao município está prevista para julho de 2026. A estimativa é que este seja o primeiro complexo logístico multimodal do Estado a operar integrado à ferrovia, que cruza os estados do Ceará, Pernambuco e Piauí.

O empreendimento já atraiu empresas interessadas. Estão assinados memorandos de entendimento com duas tradings agrícolas, sete fábricas de ração animal, três mineradoras de calcário, uma mineradora de lítio, duas empresas de e-commerce e três fabricantes de calçados. Também foram firmados pré-contratos com a Transnordestina Logística S.A. (TLSA), Vibra Energia, Grupo Avelino, Engenharia Industrial, Comerc Energia e a J. Macêdo.

Homenagem

O nome do terminal homenageia o empresário cearense José Dias de Macêdo, fundador da J. Macêdo, falecido em 2018. Ele foi responsável por empreendimentos pioneiros no Ceará, como o primeiro moinho de trigo (1955), o primeiro frigorífico industrial (1959) e a primeira fábrica de pneus do Nordeste (1976).

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 08/07/2025

BRASIL EXPORT - MERCOSUL EXPORT: INFRAJUR DESTACA DESAFIOS JURÍDICOS DA INTEGRAÇÃO LOGÍSTICA NO BLOCO

Apresentação do vice-presidente do Tribunal Marítimo, Marcelo David Gonçalves, aborda obstáculos regulatórios ao transporte entre países

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

A harmonização dos acordos bilaterais de transporte no Mercosul e os desafios jurídicos para a integração logística regional serão discutidos pelo vice-presidente do Tribunal Marítimo, Marcelo David Gonçalves, no InfraJur — Encontro de Direito de Logística, Infraestrutura e Transportes. O evento está inserido na programação do Mercosul Export 2025, fórum internacional que será realizado nos dias 17 e 18 deste mês, no Grand Bourbon Hotel Asunción, em Assunção, no Paraguai.

Em sua apresentação, marcada para as 16h30 do dia 17, Marcelo Gonçalves abordará as dificuldades jurídicas que ainda limitam a fluidez das operações de transporte entre os países do bloco sul-americano, destacando a diversidade de regulações, as lacunas normativas e a necessidade de uma convergência entre os marcos legais nacionais. O InfraJur tem abertura prevista para as 16h15, com a participação do desembargador Celso Peel, coordenador científico do Conselho Jurídico do Brasil Export, e Fábio Silveira, sócio do Gallo Advogados.

ALADI Outra atração do Mercosul Export será o secretário-geral da Associação Lano-Americana de Integração (ALADI), Sergio Abreu. Ele participará da abertura e do primeiro painel do evento, “Os impactos e a relevância da hidrovía Paraguai Paraná para a economia do Mercosul”, marcado para as 17 horas do dia 17. Promovido pelo Grupo Brasil Export, o Mercosul Export chega à sua terceira edição após dois eventos com sede em Montevidéu, no Uruguai. A programação inclui painéis com representantes dos setores público, privado e acadêmico, bem como autoridades dos setores portuário, ferroviário, rodoviário e aeroportuário. Todas as atividades do fórum terão transmissão online e gratuita do canal da TVBE News no YouTube (@tv_benews).

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 08/07/2025

GUARDA PORTUÁRIA PROMOVE TREINAMENTO ANTIBOMBA

Da Redação



Divulgação/APS

A Guarda Portuária de Santos promoveu, na última semana, um curso intensivo de Gerenciamento de Ameaças de Bombas, reforçando o compromisso da APS com a segurança do maior complexo logístico do hemisfério sul. Ministrado pela Associação Brasileira de Prevenção e Atendimento a Emergências Portuárias (Abrapam), o curso contou com formação teórica e um simulado prático, no terminal Concais.

A capacitação reuniu mais de cem participantes, incluindo forças de segurança estaduais e municipais, representantes da Marinha, das Prefeituras da Baixada Santista, de autoridades do Porto e de diversos terminais que operam cargas no complexo.

Rafael Gonçalves, supervisor da Guarda Portuária, explica que o objetivo do treinamento é capacitar o maior número possível de atores para identificar, reagir e gerenciar situações de risco. “A integração entre Guarda Portuária e demais agentes é fundamental para mitigar e combater ameaças à vida e segurança geral das operações do principal corredor logístico do país”, afirma.

A aula prática simulou uma situação real de varredura para encontrar dispositivos explosivos, com evacuação, isolamento, bloqueio de vias e abordagem de suspeitos. Já o módulo teórico, que ocorreu no Centro de Treinamento da APS, tratou dos artefatos explosivos, protocolos de segurança, avaliação de risco e melhores práticas internacionais de resposta a eventos críticos em áreas sensíveis.

“Treinamentos como este são fundamentais para integrar as equipes de segurança pública e privada, garantindo uma resposta coordenada e eficiente diante de ameaças reais”, avalia Erasmo Gomes, diretor da Abrapam e instrutor responsável pelo treinamento.

Fonte: Jornal da Orla - SP

Data: 08/07/2025

ECONOMIA - NAVIO-AERÓDROMO MUDA ROTINA NO PORTO DE SANTOS

Por Mariana Nerome



O Navio-Aeródromo Multipropósito Atlântico, maior embarcação da Esquadra Brasileira, recebeu centenas de visitantes neste domingo (6) durante seis horas de visitação pública no Porto de Santos. As famílias aproveitaram o acesso gratuito aos compartimentos e decks da capitânia, que permaneceu aberta ao público no Cais da Marinha.

A embarcação, que foi construída na década de 1990, na Inglaterra, atua no controle de áreas marítimas e na projeção de poder sobre terra, mar e ar. O navio integra operações navais e missões humanitárias em diferentes

continentes desde 2000.

Para o engenheiro de sistemas Fernando Korczel, de 41 anos, trata-se de um passeio para todas as idades. “É um evento bem diferente, eu nunca tinha visto. É bem interessante você passear aqui e ver coisas novas”, disse o paulistano, que percorreu o navio acompanhado da esposa.

A corretora de seguros Dara Albino, de 29 anos, moradora do Guarujá, também esteve na embarcação pela primeira vez. “A gente queria ter vindo da outra vez que teve, mas aí não tivemos a oportunidade, agora sim. O meu filho pequeno está amando”, contou.

HISTÓRIA

O NAM Atlântico participou de operações no Kosovo, América Central, Oriente Médio e Ásia. Em 2017, integrou a Operação Ruman, oferecendo apoio humanitário às ilhas do Caribe atingidas pelo furacão Irma. A embarcação também atuou na Operação Palliser, em Serra Leoa, em 2000, e na Operação Unified Protector, na Líbia, em 2011.

DOAÇÕES

A instituição da Marinha do Brasil, em parceria com a Sociedade Amigos da Marinha (Soamar-Santos), convidou os visitantes a colaborarem voluntariamente com a doação de fraldas descartáveis

(geriátricas e infantis) e alimentos não perecíveis. Os donativos serão destinados a instituições da Baixada Santista.

Fonte: *Jornal da Orla - SP*

Data: 08/07/2025

GUARUJÁ RECEBE CURSOS DE CAPACITAÇÃO PORTUÁRIA

Da Redação



O Sest Senat de Guarujá disponibilizou 90 vagas distribuídas em três modalidades de capacitação profissional gratuita. Os cursos abrangem as áreas de Logística, Auxiliar Administrativo e Operador de Empilhadeira, com 30 vagas cada. O período de inscrições vai até o dia 13 de julho, por meio do portal www.qualificasp.sp.gov.br. As aulas presenciais iniciam em 21 de julho no Sest Senat, localizado na Avenida Vereador Lydio Martins Corrêa, 1600, no bairro Vila Zilda e acontecerão no período vespertino, das 13 às 18 horas. Os participantes recebem certificado de conclusão ao final do curso.

As vagas se dividem em duas categorias: “Meu Primeiro Emprego” e “Novo Emprego”. A primeira categoria é destinada ao curso de Auxiliar Administrativo para jovens entre 16 e 24 anos. A segunda categoria contempla os cursos de Logística e Operador de Empilhadeira, com idade mínima de 16 e 18 anos, respectivamente.

Para realizar a inscrição, os interessados devem acessar o portal do Qualifica SP, clicar em “Vagas Abertas” e selecionar a categoria desejada. Na sequência, escolher Guarujá como município e o curso pretendido. O cadastro requer login na conta gov.br e preenchimento dos dados pessoais. A convocação dos selecionados acontece por e-mail.

DEMANDA

De acordo com a secretária de Desenvolvimento Econômico e Portuário do Guarujá, Thaís Margarido, a demanda pelos cursos surge em função das grandes obras previstas para o município, como o Túnel Santos-Guarujá. “Eles proporcionarão mão de obra qualificada para os novos rumos da cidade”, comentou a secretária.

Fonte: *Jornal da Orla - SP*

Data: 08/07/2025

MINISTRO AUTORIZA LICITAÇÃO PARA CONCESSÃO DO CANAL DO PORTO DE SANTOS

Da Redação



Divulgação/APS

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, anunciou nesta sexta-feira (4) o início do processo de licitação da concessão do canal de acesso do Porto de Santos (SP). A abertura do processo ocorreu na quinta-feira (3), com o projeto tendo sido enviado pela pasta à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) para a realização de consultas e audiência pública. Segundo divulgado pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), a concessão tem investimentos previstos de R\$ 6,45 bilhões e o leilão deverá ser realizado ainda este ano.

“Esse projeto vai ampliar a eficiência e a capacidade de operação portuária, permitindo o acesso de navios ainda maiores ao Porto de Santos e uma operação mais sustentável”, afirmou Costa Filho.

De acordo com o MPor, o leilão do canal de acesso do Porto de Santos deverá seguir o modelo definido para o canal do Porto de Paranaguá, que teve seu projeto já aprovado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e que terá o certame realizado no mês de agosto.

O projeto da concessão do canal do Porto de Santos prevê que o consórcio vencedor fique responsável pelos serviços de dragagem de aprofundamento do maior complexo portuário do país, passando para um calado de 17 metros, além de ficar responsável pela manutenção da profundidade.

“Com a dragagem do canal, vamos elevar a capacidade do porto para receber navios de maior porte e ampliar a movimentação de cargas. O calado será ampliado gradualmente de 15 metros de profundidade para 17 metros”, disse o secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Alex Ávila.

EXPANSÃO E PROJETOS

A Autoridade Portuária de Santos (APS) tem acompanhado de perto os preparativos para uma nova fase de investimentos. Ao Jornal da Orla, Anderson Pomini destacou que o complexo portuário vive um momento histórico, com planos de investimento massivos em obras de infraestrutura para ampliar sua capacidade e eficiência. “É um momento histórico que o porto vive, e tenho o prazer e a honra de participar deste tempo”, avaliou Pomini.

Fonte: Jornal da Orla - SP

Data: 08/07/2025



BAHIA ECONÔMICA - BA

EXPORTAÇÕES BAIANAS TÊM RECUO DE 1,4% NO PRIMEIRO SEMESTRE

Por Bruna Carvalho - 08/07/2025 13:00



Foto: Jean Vagner/SEI

As exportações baianas somaram US\$ 5,30 bilhões no primeiro semestre do ano, uma queda de 1,4% em relação ao mesmo período de 2024. Esse percentual de redução está relacionado com a retração dos preços das principais commodities exportadas pelo estado (com exceção do café e dos derivados de cacau), já que o volume embarcado cresceu 3,7% no mesmo período, evitando uma contração mais expressiva dos valores. Os preços internacionais dos bens mais importantes da pauta estadual tiveram uma queda média de 4,9% no período ante 2024.

Já as importações alcançaram US\$ 4,53 bilhões, também com recuo de 19,4% devido à redução no ritmo da atividade econômica o que resultou numa queda de 24,7% no volume desembarcado, enquanto que os preços subiram em média 7%, todos no comparativo interanual.

As informações foram analisadas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria de Planejamento (Seplan), a partir da base de dados da

Secretaria de Comércio Exterior, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

Com os resultados mensais oscilando bastante, junho fechou com vendas ao exterior de US\$ 800,9 milhões – queda de 21%. As maiores reduções ocorreram nos segmentos de derivados de petróleo (-89%), químicos (-12,6%) papel e celulose (-11,5%), e derivados de cacau (-25,3%).

A retração das exportações no semestre continua puxada pela indústria (-11,8%), em todos os seus segmentos, com destaque para as quedas no refino (-24,8%), nos produtos químicos (-26,3%), papel e celulose (-3,4%) e metalurgia (-2,2%), dentre os mais importantes.

As exportações agropecuárias baianas subiram 10,3% no primeiro semestre deste ano em relação ao mesmo período do ano anterior. Algodão, café e derivados de cacau puxaram o desempenho positivo. No caso da indústria extrativa, também houve avanço de 7,8%, puxado pela valorização do ouro no mercado internacional.

As exportações baianas para China, principal destino dos produtos baianos com uma participação no semestre de 23,6%, caíram 7,7% no semestre, em relação ao mesmo período do ano anterior, reflexo do enfraquecimento dos preços. O volume embarcado para o país, por sua vez subiu 4,4%. Na mesma base de comparação, as vendas para os EUA também caíram 1,2%, mantendo o déficit para o estado em US\$ 774,5 milhões no período. A desaceleração de exportação aos EUA pode ser resultado de uma demanda menor ou aumento de preço decorrente da política tarifária.

Para a América do Sul as exportações baianas tiveram alta de 24,7%, com destaque para o aumento das vendas para a Argentina em 20%, motivado pela valorização do cacau, e incremento das vendas de pneumáticos e óleo diesel.

Nas importações, destaque para as compras de bens de capital que saltaram 80,6%, atingindo US\$ 415,1 milhões, resultado dos novos empreendimentos em curso no estado que incluem a instalação de novas unidades produtivas, como o de energias renováveis e a indústria automotiva.

O superávit comercial da Bahia no primeiro semestre chegou a US\$ 770,4 milhões, contra um déficit de US\$ 249,5 milhões em igual período do ano passado. A corrente de comércio, soma de exportações e importações, alcançou US\$ 9, 83 bilhões, com uma retração de 10,6%.

Fonte: Bahia Econômica

Data: 08/07/2025



JORNAL O GLOBO – RJ

MANIFESTO ASSINADO POR 350 ENTIDADES PEDE A PARLAMENTARES QUE NÃO COLOQUEM PL DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL EM VOTAÇÃO

Por Luciana Casemiro



Entidades encaminharam o texto apontando os riscos das novas regras propostas pelo PL 2159/2021 ao presidente da Câmara, Hugo Motta, nesta terça-feira — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo

Um manifesto, assinado por mais de 350 organizações e movimentos sociais, contra o Projeto de Lei 2159/2021, que modifica as regras do licenciamento

ambiental no país, foi entregue ao presidente da Câmara, Hugo Motta, ao relator do projeto, deputado Zé Vitor, e ao líder do governo, deputado José Guimarães, entre outras lideranças parlamentares e representantes do Executivo, nesta terça-feira. No texto, as entidades listam os riscos representados pelo projeto e pedem para que não seja colocado em votação. Na semana passada, o relator do projeto de lei informou que a previsão é que seja apreciado antes do recesso.

Ambientalistas, cientistas, juristas, profissionais da saúde, e representantes de movimentos sociais e de comunidades indígenas e tradicionais signatários do manifesto apontam que "o projeto representa um enorme retrocesso institucional para o Brasil e a derrocada de mais de 40 anos de construção da legislação ambiental nacional. O texto, na forma em que se encontra, compromete fundamentos constitucionais da política ambiental e viola direitos essenciais, como o acesso à saúde e a um meio ambiente ecologicamente equilibrado."

- O PL da forma que está redigido é um suicídio civilizacional, pois vai impactar severamente as chuvas e corpos hídricos de todo o Brasil e da maior parte da América do Sul. Algo dessa dimensão chama à responsabilidade o Pacto dos Três Poderes pela Transição Ecológica, pois algo dessa dimensão não pode ficar a cargo de um Congresso que irresponsavelmente quer usar essa pauta para marcar posição em uma briga com os demais Poderes - ressalta Marcos Woortmann, coordenador de Política Socioambiental do Instituto Democracia e Sociedade (IDS).

Na visão dos especialistas, o projeto de lei é insustentável juridicamente. No texto, admite-se que o licenciamento ambiental possa ser aperfeiçoado, mas destaca-se que "uma reforma verdadeira exige compromisso com os princípios constitucionais, o meio ambiente, a participação pública, a escuta setorial, a saúde e a ciência. Não pode, definitivamente, ser feita dessa forma e às vésperas da COP 30, quando o Brasil tem a responsabilidade de mostrar liderança e coerência no enfrentamento da crise climática."

Entre as organizações signatárias do manifesto estão a Articulação de Povos Indígenas do Brasil (Apib), a Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente, Comissão Arns, a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), CUT, Frente Parlamentar Ambientalista, Ibase, Instituto Ethos, MAB, MST, SBPC e Observatório do Clima.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 08/07/2025

IOF: MOTTA E LÍDERES DEVEM SE REUNIR COM FAZENDA ANTES DE AUDIÊNCIA COM MORAES

Presidente da Câmara quer tentar acordo com o governo antes de interferência do STF se concretizar

Por Victoria Abel — Brasília



Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, abraça o presidente da Câmara, Hugo Motta — Foto: Cristiano Mariz

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), deve se reunir com integrantes do Ministério da Fazenda nesta semana, antes da audiência com o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, que vai tratar sobre um acordo em torno da derrubada ou não do decreto presidencial que aumentou o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

O objetivo, de acordo com aliados de Motta, é chegar a um acordo com o governo antes que o STF faça uma interferência mais direta no assunto.

Na última sexta-feira, Moraes manteve em decisão publicada nesta sexta-feira o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sem o aumento que havia sido decidido pelo governo em decreto.

O despacho do magistrado determina que sejam suspensos os decretos do Executivo e também o projeto aprovado pelo Congresso que havia revogado a medida da gestão Lula. Com a decisão, fica mantido o estágio atual, em que as alíquotas do IOF permanecem às anteriores à elevação do tributo.

Em uma tentativa de solucionar a queda de braço envolvendo o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras, o ministro Alexandre de Moraes determinou na sexta-feira a suspensão dos decretos que tratavam do assunto e abriu caminho para que governo e Congresso cheguem a um acordo.

A decisão de Moraes suspendeu tanto as normas editadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quanto o projeto aprovado pelos parlamentares que sustou o aumento no IOF. Com isso, ficou mantido o estágio atual, em que as alíquotas permanecem as anteriores à elevação do tributo.

O ministro marcou para o dia 15 audiência de conciliação, que terá a participação de representantes do governo, do Congresso e da Procuradoria-Geral da República. A expectativa é que, até lá, governo e Congresso apresentem proposta para resolver o impasse.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 08/07/2025

GALÍPOLO DIZ QUE PREPARA NOVO MODELO PARA FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO: 'VAI SER UM PROCESSO LONGO'

Proposta capitaneada pelo Banco Central tem como objetivo destravar financiamento para compra da casa própria

Por Bernardo Lima — Brasília



O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, em sessão solene na Câmara — Foto: Cristiano Mariz/Agência O Globo

O presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, disse nesta terça-feira que a autoridade monetária prepara um modelo para dar nova alternativa à caderneta de poupança para o financiamento imobiliário. No entanto, segundo ele, o processo de transição será "longo".

— Estamos trabalhando para ver se a gente consegue fazer esse caminho de transição, do modelo antigo para um modelo novo. Não vai ser nada do dia para noite, vai ser um processo longo, a poupança está aí há muitos anos. Utilize a poupança para financiar esta transição para um modelo novo, que vai poder nos tornar mais parecido que a gente vê com nossos pares do ponto de vista do crédito imobiliário — disse durante reunião na Frente Parlamentar Empresarial (FPE).

Como mostrou o GLOBO, proposta, que é capitaneada pelo BC, já foi levada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que pediu celeridade na formatação do novo modelo de financiamento habitacional. Em meio à queda da popularidade, Lula quer garantir recursos para a compra da casa própria pela classe média.

O objetivo é destravar o financiamento da casa própria para a classe média. Tendo isso em vista, o governo estuda o novo formato para ser usado na compra de imóveis de até R\$ 1,5 milhão. As

mudanças incluem flexibilizar o volume de recursos da poupança que fica retido no BC e criar um mecanismo para aumentar a atratividade dos contratos corrigidos pelo IPCA — índice oficial de inflação.

Atualmente, os depósitos na poupança são a principal fonte de recursos para o crédito imobiliário, mas sua participação vem caindo junto com redução no saldo da caderneta em meio ao aumento do acesso da população a aplicações financeiras mais rentáveis.

— E a poupança é ainda hoje a principal fonte de recursos para financiar o mercado imobiliário. Mas como podemos ver aqui, a gente tem uma participação do financiamento do crédito imobiliário no PIB muito menor do que os nossos pares, como Chile, Tailândia, África do Sul, e México — disse Galípulo nesta terça.

No fim de 2021, a poupança representava 46% do "funding" do financiamento habitacional contra 32% no encerramento do ano passado, segundo dados da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip).

Fonte: O Globo - RJ
Data: 08/07/2025

JAPÃO CRIA FORÇA-TAREFA PARA NEGOCIAR COM TRUMP. VEJA A ESTRATÉGIA DOS 14 PAÍSES QUE RECEBERAM ULTIMATO DOS EUA

Juntas, as 14 nações que receberam cartas do governo americano com aviso de sobretaxa a partir de 1º de agosto exportaram US\$ 465 bilhões para os EUA no ano passado

Por O Globo, com agências internacionais — Washington



Donald Trump anuncia novas tarifas, válidas a partir de 1º de agosto caso países não cheguem a acordos comerciais com seu governo — Foto: AFP

Um dia depois de o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, ter enviado cartas a 14 países para informá-los sobre as novas tarifas que passarão a vigorar a partir de 1º de agosto, caso um acordo comercial com seu governo não seja alcançado, o primeiro-ministro do Japão, Shigeru Ishiba, convocou na manhã desta terça-feira uma força-tarefa de seu gabinete para tentar dar continuidade às negociações

com Trump.

Ishiba disse que lamentava o fato de os EUA ter anunciado tarifas adicionais - no caso japonês de 25% - mas confirmou que o país continuará as negociações em busca de um acordo comercial bilateral que beneficie ambos os países. Outros parceiros comerciais dos EUA correm contra o tempo para chegar a um acordo antes de 1º de agosto.

Em 2 de abril, Trump anunciou as chamadas tarifas recíprocas, que passariam a incidir sobre as importações americanas. Logo depois, deu uma trégua de 90 dias para negociação. O prazo terminaria amanhã, mas o governo americano, na prática, deu mais três semanas para buscar um consenso, ao informar nas cartas emitidas aos parceiros o novo prazo para que as sobretaxas entrem em vigor .

Juntas, as 14 nações que receberam cartas do governo americano exportaram US\$ 465 bilhões para os EUA no ano passado, segundo dados do Departamento de Comércio dos EUA. As tarifas citadas nas cartas são de até 40%

Veja abaixo como cada país é afetado e qual a estratégia para negociar um acordo com os EUA:



Japão

O Japão, aliado próximo de Washington e principal fonte de investimento estrangeiro nos Estados Unidos, já foi atingido por tarifas de 25% sobre sua indústria automobilística. Agora, pode enfrentar sobretaxas “recíprocas” de 25% sobre todos os produtos exportados para os EUA. Ainda assim, o patamar fica abaixo dos 35% inicialmente aventado em abril.

A força-tarefa convocada hoje pelo premier japonês vai conduzir as negociações com os diplomatas americanos.

Coreia do Sul

Já penalizada por tarifas sobre o aço e o setor automobilístico, a Coreia do Sul se vê ameaçada por uma sobretaxa de 25% sobre o restante de suas exportações, conforme a carta do governo Trump. O governo se mostrou otimista:

"Os Estados Unidos concordam (...) que ainda há tempo antes que as tarifas entrem em vigor e esperam que as duas partes possam chegar a um acordo", declarou o governo sul-coreano nesta terça-feira.

Mas o ministério das Finanças da Coreia do Sul alertou que, se as flutuações do mercado se tornarem “excessivas”, o governo tomará “ações imediatas e ousadas de acordo com seus planos de contingência”. A pasta, no entanto, não detalhou de imediato quais medidas poderiam ser adotadas.

Indonésia

Ameaçada por tarifas de 32%, a Indonésia pretende aumentar suas importações agrícolas e energéticas dos Estados Unidos para concluir um acordo, segundo declarou recentemente à AFP o ministro da Economia, Airlangga Hartarto.

Na segunda-feira, o governo anunciou que assinou um acordo para importar pelo menos um milhão de toneladas de trigo americano por ano durante os próximos cinco anos.

Camboja, Mianmar, Laos

Trump anunciou em abril uma tarifa de 49% sobre produtos vindos do Camboja. A carta enviada na segunda-feira reduz para 36% as tarifas para este pequeno país, que abriga diversas fábricas de propriedade chinesa.

Mianmar e Laos, sobre os quais Washington impôs uma tarifa de 40%, dependem fortemente dos investimentos chineses.

Tailândia

Ameaçada por tarifas de 36%, a Tailândia propõe melhorar o acesso ao seu mercado para produtos agrícolas e industriais dos Estados Unidos, além de aumentar suas compras nos setores energético e aeroespacial, para conseguir uma redução na alíquota.

Malásia

Paira sobre a Malásia, uma economia dividida entre China e Estados Unidos, uma tarifa de 25% a ser importa pelos americanos. Nesta terça-feira, o governo malaio afirmou estar “comprometido a continuar o diálogo com vistas a alcançar um acordo comercial equilibrado, mutuamente benéfico e abrangente”.

Bangladesh

Bangladesh, segundo maior produtor têxtil do mundo, está ameaçado por tarifas de 35%. Dava esperava assinar um acordo com os Estados Unidos no início deste mês.

Veja as novas tarifas ameaçadas por Trump

Essas sobretaxas vão entrar em vigor a partir de 1º de agosto, caso EUA e esses países não cheguem a um acordo.

- Japão : 25%
- Coreia do Sul: 25%
- Tailândia: 36%
- Malásia: 25%
- Indonésia: 32%
- África do Sul: 30%
- Camboja: 36%
- Bangladesh: 35%
- Cazaquistão: 25%
- Tunísia: 25%
- Sérvia: 35%
- Laos: 40%
- Myanamar: 40%
- Bósnia-Herzegovina: 30%

Fonte: O Globo - RJ

Data: 08/07/2025

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

TRUMP DIZ QUE COBRE TERÁ TARIFA DE 50%; VALOR DO METAL DISPARA 13% EM NOVA YORK

O secretário do Comércio, Howard Lutnick, afirmou que a tarifa deve entrar em vigor 'no final de julho ou em 1º de agosto' e que o objetivo é 'trazer a produção de volta para os EUA'

Por Patricia Lara e Matheus Andrade

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou que, ainda nesta terça-feira, 8, anunciará tarifa de 50% sobre o cobre que vem de fora para o território americano. Essa taxa é no mesmo nível da que está em vigor, desde 4 de junho, para importações de aço e alumínio.

Mais tarde, em entrevista à CNBC, o secretário do Comércio dos Estados Unidos, Howard Lutnick, afirmou que a tarifa ao cobre deve entrar em vigor "no final de julho ou em 1º de agosto".

Lutnick afirmou que o governo americano conduziu um extenso estudo sobre as condições de mercado e concluiu que a commodity metálica deve ser alvo de sobretaxa igual à cobrada de alumínio e aço. O objetivo é "trazer a produção de volta" para os EUA, de acordo com o secretário.

Os contratos futuros de cobre dispararam mais de 13% em Nova York, seguindo o anúncio da tarifa de 50% sobre o metal. O mercado vinha operando nas últimas semanas com grande expectativa pelo alcance da medida, e o resultado foi uma súbita disparada dos preços nos EUA perto do final da sessão, enquanto a alta foi bem mais contida em Londres, avançando menos de 1%.



Trump discursa em reunião de gabinete na Casa Branca, nesta terça-feira, 8 Foto: Evan Vucci/AP

O cobre para setembro fechou em alta de 13,12%, a US\$ 5,6855 a libra-peso, na Comex, divisão de metais da New York Mercantile Exchange (Nymex). O cobre para três meses avançava 0,22%, a 9.805,50 a tonelada, na London Metal Exchange (LME), por volta das 14h (de Brasília).

Entre outros fatores além da incerteza tarifária, dados do Banco Central do Chile (BCM) amorteceram a recuperação do mercado de cobre. De acordo com esses dados, as receitas dos exportadores chilenos de cobre em junho foram as maiores em três anos, aponta o Commerzbank. Embora isso se deva principalmente aos preços mais altos do cobre, ele cria as condições preliminares para um aumento na oferta no futuro, avalia.

Os participantes do mercado também devem ficar de olho no desenvolvimento dos estoques da LME para futuras variações de preço. O ligeiro aumento nos estoques disponíveis na LME desde meados de junho estagnou.

No entanto, se continuar nos próximos dias — a LME está relatando novamente um fluxo mais forte de estoques disponíveis de cobre - isso provavelmente contribuirá para uma correção no mercado de cobre, conclui.

Entre outros metais negociados na LME, por volta das 14h (horário de Brasília), o alumínio subia 1,29%, cotado a US\$ 2.596,50 por tonelada, enquanto o chumbo avançava 1,13%, a US\$ 2.060,50.

O níquel operava em baixa de 0,50%, a US\$ 15.055,00, o estanho tinha alta de 1,71%, a US\$ 33.495,00, e o zinco subia 1,88%, cotado a US\$ 2.735,00. /Com André Marinho

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 08/07/2025

RETOMADA ARGENTINA: PETROLEIRAS TOMAM EMPRÉSTIMO DE US\$ 2 BI PARA FINANCIAR OLEODUTO EM VACA MUERTA

Grupo de 8 companhias define a transação como marco histórico para a Argentina, ao reabrir o mercado internacional de financiamento de projetos, fechado desde 2019

Por Matheus Andrade

A VMOS assinou um contrato de empréstimo de US\$ 2 bilhões para financiar a construção do projeto do Oleoduto Vaca Muerta Sul — o projeto privado de infraestrutura mais importante em décadas na Argentina.

Em comunicado, os acionistas do grupo afirmam que esta iniciativa estratégica liberará todo o potencial de exportação de petróleo do país, e que a transação representa um marco histórico para a Argentina, pois representa a reabertura do mercado internacional de financiamento de projetos, fechado desde 2019.

É o maior empréstimo comercial para um projeto de infraestrutura na história da Argentina e um dos cinco maiores do setor de petróleo e gás na América Latina.



Extração de petróleo na Vaca Muerta, em dezembro de 2016 Foto: SobrevolandPatagonia/Adobe Stock

Já o financiamento foi liderado por cinco bancos: Citi, Deutsche Bank, Itaú, JP Morgan e Santander, e inclui a participação de um grupo de 14 bancos internacionais líderes e investidores institucionais.

O empréstimo financiará 70% do capital necessário para o projeto, com os 30% restantes aportados pelos parceiros. As operações estão previstas para começar no final de 2026, com uma capacidade inicial de transporte de 180 mil barris por dia, aumentando para uma capacidade máxima de 550 mil barris por dia em 2027.

O Brasil tem interesse na produção de Vaca Muerta. O governo brasileiro, por meio do Ministério de Minas e Energia (MME), assinou em 18 de novembro um memorando de entendimento para viabilizar a chegada de gás argentino dos campos de Vaca Muerta ao mercado brasileiro. A assinatura ocorreu durante a cúpula de líderes do G-20.

O acordo prevê a criação de um grupo de trabalho com técnicos dos dois países para identificar medidas de infraestrutura que permitam a chegada do gás ao território brasileiro, no que são cogitadas a inversão do gasoduto Brasil-Bolívia, o Gasbol, ou outras rotas, menos prováveis, que passariam pela construção novos gasodutos capazes de ligar a malha argentina diretamente ao Brasil em Uruguaiana (RS) ou atravessando os territórios do Paraguai ou do Uruguai.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 08/07/2025

‘BRASIL NÃO TEM NEM MARGEM PARA RESPONDER A ESSE MOMENTO EXTERNO ADVERSO’, DIZ ECONOMISTA

Economista e diretora do Cindes, autora do mais recente livro do Centro de Debate de Políticas Públicas, diz que País deve evitar qualquer movimento de retaliação aos EUA ou de fechamento da economia

Por Luiz Guilherme Gerbelli

A economista Sandra Rios avalia que o Brasil pode dar “um tiro no pé” se optar por adotar medidas protecionistas em resposta ao tarifaço promovido pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Na segunda-feira, 7, o governo americano começou a anunciar as tarifas individuais de cada parceiro comercial.

“A primeira coisa importante é evitar novos movimentos de fechamento da economia brasileira. Quer dizer, o Brasil não tem nem margem para responder a esse momento adverso externo, em que, eventualmente, vamos ser sobretaxados nos Estados Unidos. Isso seria dar um tiro no pé. Seria aumentar ainda mais o arsenal de proteção que a gente já tem”, afirma Sandra.

Diretora do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (Cindes), Sandra é uma das autoras do livro Integração Comercial Internacional do Brasil, lançado recentemente pelo Centro de Debate de Políticas Públicas (CDPP) e que pretende ser um guia com propostas para que o próximo governo avance na internacionalização da economia brasileira, fundamental para que a produtividade do País volte a crescer e melhore o desempenho do País.

“Eu acho que o Brasil chega no momento atual, em que o cenário internacional se torna mais adverso, numa posição muito desfavorável, porque o País já tem um grau de proteção muito elevado, mesmo para os padrões atuais”, afirma.

De acordo com a economista, a proposta do livro não é de uma abertura comercial radical. A ideia é que o Brasil implemente as medidas que possam levar a tarifa de importação a 6% - hoje ela é ao redor de 12% e distante de países com características econômicas parecidas.

“O Brasil fez o seu último movimento de abertura comercial e, portanto, de integração com o mundo no início da década de 90”, diz.

“Para o Brasil voltar a crescer, é preciso recuperar o crescimento da produtividade, que está estagnado há décadas, particularmente, a produtividade da indústria e dos serviços. Há uma vasta literatura que mostra que há uma relação direta entre o grau de proteção à indústria e aos serviços e o desempenho da produtividade”, acrescenta.

A seguir trechos da entrevista concedida ao Estadão.

O Brasil ficou para trás na internacionalização e, agora, o mundo está mais difícil. Como a sra. avalia essa situação?

Eu acho que o Brasil chega no momento atual, em que o cenário internacional se torna mais adverso, numa posição muito desfavorável, porque o País já tem um grau de proteção muito elevado, mesmo para os padrões atuais.

E não estamos falando só de medidas tarifárias?

O Brasil tem tarifas altas, mas também é um forte usuário de medidas de defesa comercial, como antidumping, por exemplo. O Brasil aplica um número de medidas antidumping desproporcional ao seu grau de inserção internacional e às suas importações. O Brasil é um usuário bastante forte de barreiras chamadas não tarifárias, como procedimentos aduaneiros complexos, licenciamento não automático de importações, normas técnicas e regulamentos técnicos que não são compatíveis com regulamentos internacionais e que dificultam as importações. Há uma série de regulações que são, muitas vezes, desenhadas para dificultar a importação. Isso não é só para bens, vale para serviços também.

A isso se adicionam as medidas de política industrial e que voltaram agora com mais ênfase, como o Nova Indústria Brasil, que também incorpora elementos voltados para estimular o conteúdo local, evitando a concorrência estrangeira. O acesso a determinados benefícios depende do adensamento das cadeias de valor, do porcentual de insumos e produtos que são integrados ao processo produtivo e que têm produção doméstica.

O que o Brasil pode fazer nesse cenário?

A primeira coisa importante é evitar novos movimentos de fechamento da economia brasileira. Quer dizer, o Brasil não tem nem margem para responder a esse momento adverso externo, em que, eventualmente, vamos ser sobretaxados nos Estados Unidos. Isso seria dar um tiro no pé. Seria aumentar ainda mais o arsenal de proteção que a gente já tem. Em primeiro lugar, é preciso ter consciência e promover esse debate. Essa visão, no Brasil, de que a gente deve privilegiar a produção doméstica e que o Brasil precisa produzir todos os elos da cadeia produtiva é muito arraigada. Eu acho que é importante ter clareza de que essa opção de política comercial e de política industrial, com esse viés de proteção, acabou levando o Brasil a essa situação que a gente tem hoje. Temos uma indústria bastante diversificada, relativamente sofisticada, mas pouco competitiva e que precisa de proteção e da perpetuidade dessa proteção para se manter. É com isso que a gente tem de se confrontar. Nesse ambiente, eu acho que a ideia de que você vai lidar com as barreiras que estão sendo impostas no exterior aumentando o seu arsenal de proteção doméstica é um equívoco. Isso só faria mal para a própria economia brasileira e para a própria indústria brasileira.

A ideia do livro é fomentar esse debate para ir preparando uma reforma mais abrangente que seria implementada, idealmente, por um novo governo. É um novo governo independente da orientação política que venha a ter, mas é porque abrir a economia requer uma decisão política e é mais fácil de ser implementada em um mandato presidencial. Por isso, propomos um conjunto de medidas a serem adotadas num prazo de quatro anos e que seriam previamente anunciadas com transparência e previsibilidade.



Sandra Rios, economista e diretora do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento Foto: Acervo pessoal/Sandra Rios

E como o Brasil se tornou fechado ao comércio internacional?

O Brasil fez o seu último movimento de abertura comercial e, portanto, de integração com o mundo no início da década de 90. Foi ali, nos cinco primeiros anos da década de 90, que a gente fez a abertura unilateral, a liberalização do Collor. Foi também nos primeiros cinco anos da década de 90 que nós criamos o Mercosul e que participamos ativamente da Rodada Uruguai, do GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, na sigla em inglês), que criou a OMC (Organização Mundial do Comércio) e promoveu a última rodada multilateral de liberalização comercial.



Esses movimentos colocaram o Brasil, em termos de grau de abertura e proteção da produção doméstica, em linha com outros países de semelhante desenvolvimento econômico. Digamos que o Brasil, no início da segunda metade da década de 90, estava relativamente bem posicionado para fazer um novo movimento de inserção internacional. O problema é que nós ficamos ali e não fizemos outros movimentos de integração internacional, não fizemos mais nenhum movimento de abertura da economia, nem unilateral nem em termos negociados.

O Brasil perdeu o bonde. Não só perdeu esse bonde, como o Brasil insiste em políticas de promoção da produção doméstica e em cadeias. Ou seja, a ideia de que você tem de produzir o máximo possível domesticamente e, de preferência, com integração vertical. Isso não é compatível com a inserção internacional. Ela requer justamente que você aceite alguma especialização e que você aceite colocar suas fichas em segmentos em que há mais capacidade competitiva, em troca de absorver produtos e serviços produzidos no exterior com mais eficiência.

Como convencer a sociedade da importância dos benefícios da economia?

O fio condutor que inspirou essa iniciativa do CDPP e que passa por todos os artigos publicados no livro é o fato de que, para o Brasil voltar a crescer, é preciso recuperar o crescimento da produtividade, que está estagnado há décadas, particularmente, a produtividade da indústria e dos serviços. Há uma vasta literatura que mostra que há uma relação direta entre o grau de proteção à indústria e aos serviços e o desempenho da produtividade. O Brasil está esgotando o seu bônus demográfico, o que significa que, para voltar a crescer, com aumento de salário real, a gente precisa ter ganhos de produtividade. Só com ganhos de produtividade é que é possível aumentar os salários em termos reais, sem gerar inflação. Então, o elo direto com a produtividade é muito claro.

Mas tem um outro fator que é muito importante também, que é o bem-estar social. E há uma série de estudos que mostram que a abertura comercial leva ao aumento do bem-estar social pela via da redução de preços e do acesso a insumos e produtos finais de melhor qualidade. Então, essa mensagem é a que a gente precisa passar para a sociedade.

E como convencer os empresários? Muitos se beneficiam dessa proteção

No caso dos empresários, a gente já tem visto, no período mais recente, um certo conflito de interesses dentro dos segmentos, dentro de cadeias produtivas. É uma coisa que não aparecia muito. Outro dia, tinha publicado no jornal um anúncio da Abiplast, que reúne os fabricantes de produtos de plástico, reclamando contra o aumento das tarifas de produtos químicos, que são insumos para os plásticos. Eu acho que, aos poucos, vai ficando claro que essas políticas têm custo e que, se a gente quer promover a maior inserção da economia brasileira no contexto global, precisamos fazer alguma coisa em relação a isso.

Na avaliação da sra. ao se internacionalizar, o Brasil pode se destacar?

Tem um movimento bastante importante que o Brasil pode aproveitar, que é essa busca por energia abundante e verde. O Brasil tem uma matriz bastante limpa e boa capacidade de oferta. É claro que precisa melhorar a regulação do setor elétrico, mas, ainda assim, a gente tem uma grande oportunidade. Tem dois vetores de mudanças e transformação que o mundo está passando e que o Brasil pode aproveitar. Uma é essa: a descarbonização, a transição verde. A outra é digitalização, que também conversa, de alguma maneira, com a descarbonização. O Brasil tem sofisticação suficiente, centros de pesquisa, empresas relativamente bem estabelecidas que, numa cooperação entre centros de pesquisa e universidades, podem aproveitar nichos desse processo de digitalização.

Essas oportunidades estão aí e independem dos governos. Você pode ter idas e vindas. É claro que, no atual governo dos Estados Unidos, talvez, essa agenda verde sofra um pouco de baixa, mas o mundo vai nessa direção, e a gente tem como aproveitar esse movimento.

Há sempre um discurso de que uma abertura vai quebrar vários setores. A proposta é que seja algo gradual, algo como um Plano Real para a internacionalização do Brasil?

A ideia é que você tenha um programa que seja anunciado no dia 1 (de governo). É claro que tem aí algumas questões que o governo vai ter de preparar. Por exemplo, não se pode promover uma abertura unilateral sem combinar com os parceiros do Mercosul. Tem algumas questões que

precisam ser tratadas logo no início do governo para viabilizar esse programa. Mas esse programa deve ser anunciado antes de ser implementado, deve ter suas etapas respeitadas. Não é uma proposta de abertura que vá eliminar a proteção à indústria nacional. O que a gente está propondo é levar o grau de proteção da indústria brasileira a níveis parecidos com os seus pares no mercado internacional. E, por pares, estamos falando de outros países de grau de desenvolvimento semelhante. Não estamos propondo levar, por exemplo, o grau de abertura da economia brasileira aos níveis médios da OCDE. A ideia é que o Brasil chegue no final desse processo de abertura com uma tarifa média em torno de 6%, comparado a 4,4 da OCDE.

Não é um grau de abertura radical. A gente propõe que essa abertura seja acompanhada pela negociação de outros acordos de preferências comerciais, que devem seguir um outro caminho. A implementação de uma série de iniciativas nessa área das barreiras não tarifárias, também, para buscar uma maior convergência com o que o resto do mundo pratica. A nossa preocupação não é salvar empresas ou setores que vão ser mais afetados, porque as próprias empresas têm de buscar os seus caminhos, eventualmente, alguma adaptação. O capital vai migrar de um segmento para outro. Mas é claro que a gente tem de ter preocupação com os trabalhadores dos segmentos mais afetados, que poderão levar algum tempo para se recolocar no mercado de trabalho. O livro tem um artigo que busca discutir políticas de suporte a esse processo.

A gente não considera que essas reformas sejam uma panaceia. Elas, sozinhas, não vão resolver o problema do retorno da produtividade e da competitividade, mas elas são reformas necessárias. Elas devem vir junto com um conjunto de outras reformas. Tem de implementar a reforma tributária, que já está nos primeiros passos. Para aproveitar o powershoring, tem de fazer a reforma do setor elétrico. É um conjunto de políticas num arcabouço mais abrangente que precisa avançar, sendo que, talvez, a educação seja o vetor principal.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 08/07/2025



VALOR ECONÔMICO (SP)

PAES CONVIDA SECRETÁRIO-GERAL DA ONU PARA FÓRUM DE LÍDERES LOCAIS NO RIO

O evento é ligado à COP30, que ocorrerá em Belém, no Pará

Por Camila Zarur, Valor — Rio



Prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes — Foto: Tomaz Silva/Agência Brasil

O prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), convidou o secretário-geral da Nações Unidas (ONU), António Guterres, para participar do Fórum de Líderes Locais, marcado para 3 a 5 de novembro na cidade carioca. O evento é ligado à COP30, que ocorrerá em Belém, no Pará, dos dias 10 a 21 do mesmo mês.

O convite ao chefe da ONU foi feito hoje, durante visita de Guterres ao Museu do Amanhã, na zona portuária do Rio. Guterres está na capital fluminense para participar da cúpula dos chefes de Estado do Brics, que terminou ontem.

“Agradeço a Organização das Nações Unidas por reconhecer o compromisso das cidades no enfrentamento das mudanças climáticas. A ONU tem um papel fundamental ao apoiar iniciativas e programas para promover a resiliência climática urbana. As cidades estão na ponta desse importante processo para reduzir os riscos de desastres relacionados ao clima”, disse Paes na conversa com Guterres.

O Fórum de Líderes Locais é organizado pela pela Bloomberg Philanthropies, do empresário Michael Bloomberg, em parceria com a presidência da COP30. O evento reunirá líderes subnacionais do mundo para discutir soluções climáticas locais.

No fim do encontro do Rio, as recomendações dos governos subnacionais serão passadas para a organização da COP30 e vão reforçar a importância de incluir as cidades nas discussões dos países.

Durante a visita, Paes presenteou Guterres com gravuras da cidade feitas pelo artista plástico Carlos Gustavo Nunes Pereira, conhecido como Guta; uma coleção de livros de Machado de Assis; o livro de Ruy Castro “Trincheira tropical: a Segunda Guerra Mundial no Rio”; e a coleção de plaquetes “Domingo eu vou ao Maracanã” sobre os quatro grandes times de futebol do Rio: Vasco, Botafogo, Fluminense e Flamengo, escritos por João Carlos Eboli, Helio de La Peña, Pedro Bial e Ruy Castro.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 08/07/2025

Os oceanos e a COP30

No geral, subestima-se a importância dos oceanos como regulador da vida no planeta e seu potencial para a adaptação à mudança do clima

Por Jean Ometto e Moacyr Araujo



— **Foto: Roberto Moreyra/Agência**

Dentre os assuntos a serem discutidos na COP30 em Belém, cresce a expectativa de que o tema Oceano tenha destaque. De fato, foi necessário esperar quase 10 anos após a assinatura do Acordo de Paris (COP21) para que os oceanos pudessem ser oficialmente citados no Global Stocktake, o relatório que avalia os progressos do acordo de 2015. Isso só ocorreu em 2023, na COP28, de Dubai. Mesmo no Brasil, que tem o sétimo maior litoral do mundo (excluindo os países formados por arquipélagos), o tema não tem sido tratado na proporção de sua importância para

a economia e proteção da biodiversidade. Isso pode mudar com a aprovação de políticas nacionais elaboradas recentemente, com destaque para a Lei do Mar (PL6969/13).

Os oceanos são responsáveis pela captura e armazenamento de mais de um terço do total de carbono lançado pela ação humana, impedindo uma concentração ainda maior de CO₂ na atmosfera. Ainda assim, persiste uma visão limitada sobre sua importância como regulador da vida no planeta e seu potencial para a adaptação à mudança do clima. No Brasil, a situação não é diferente. Com cerca de 8,5 mil quilômetros de costa, o país ainda não reconhece a importância do Oceano Atlântico como pilar estratégico para seu desenvolvimento socioeconômico.

Hoje observamos que as zonas costeiras em todo o mundo têm se transformado em um verdadeiro palco no qual se apresentam quase diariamente efeitos da mudança do clima. E é na zona costeira que vivem cerca de 2,15 bilhões de pessoas, ou seja, 37% da população mundial. Uma parcela significativa, estimada em 634 milhões de pessoas, vive em áreas costeiras a menos de 10 metros do nível médio do mar. Estas áreas são particularmente vulneráveis.

Ondas de calor fortalecidas por um oceano excessivamente quente atingem nossas cidades e a saúde das populações. Eventos atípicos de precipitação produzem inundações e deslizamentos de



encostas, e, não menos grave, a elevação contínua do nível do mar corrói progressivamente as linhas de costa. As populações vulnerabilizadas que habitam as zonas costeiras, como comunidades que vivem da pesca tradicional, ribeirinhos e caiçaras, entre outras, são as mais afetadas.

Considerando a tendência inequívoca de continuarmos aquecendo o planeta para além do 1,5°C estabelecido no Acordo de Paris, é de se esperar que os eventos climáticos extremos se tornem mais frequentes e intensos. No Brasil, como em outros países, esses efeitos já atingem cerca de 40% da zona costeira, podendo afetar mais de 50 milhões de pessoas. Portos estratégicos como os de Santos, Rio de Janeiro e Suape, em Pernambuco, estão em risco com o aumento do ritmo de tempestades e inundações, comprometendo a infraestrutura e o comércio doméstico e internacional.

Como agravante, a elevação do nível do mar torna a infraestrutura costeira ainda mais vulnerável a danos causados pelos eventos climáticos extremos. A realidade é que não só os níveis globais do mar estão subindo, mas a velocidade com que isso ocorre está aumentando. Essa aceleração resulta, principalmente, da ação combinada de dois processos principais: a expansão térmica da água, à medida que ela se aquece, e a adição de água doce ao oceano pelo derretimento de calotas de gelo terrestres e geleiras.

Segundo o Sexto Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC, 2023), a taxa média de elevação do nível do mar foi de 1,3 mm/ano entre 1901 e 1971, aumentando para 3,7 mm/ano entre 2006 e 2018. Ou seja, a velocidade média de aumento do nível do mar praticamente triplicou nos últimos dez anos se comparado com o que tivemos no século passado. Com os oceanos superaquecidos em 2024, o nível global do mar subiu ainda mais rápido do que o esperado. De acordo com uma análise liderada pela Agência Espacial dos Estados Unidos, a Nasa, a taxa de aumento em 2024 foi de 5,9 mm/ano, bem maior do que a expectativa prevista de 4,3 mm/ano, sendo a expansão térmica da água do mar um fator preponderante.

Os oceanos aquecem mais lentamente do que a atmosfera, mas em compensação acumulam mais facilmente o calor e esfriam muito lentamente, o que torna o aquecimento oceânico um processo quase irreversível. O aumento contínuo de sua temperatura, observado principalmente nos últimos 100 anos, tem também consequências importantes relacionadas à redução de sua capacidade de absorver o carbono atmosférico e de oxigenação de suas águas. Estamos perdendo progressivamente um importante aliado na luta pela redução de carbono atmosférico.

Precisamos acelerar os processos de adaptação e de fortalecimento da resiliência de nossa zona costeira. A Ciência nos indica, por exemplo, que os recifes de corais são capazes de reduzir em até 75% a energia das ondas, e que as florestas de manguezais, além de funcionarem como barreiras naturais contra a erosão, acumulam até três vezes mais carbono orgânico no seu solo do que florestas tropicais terrestres da Amazônia ou da Mata Atlântica, e até 10 vezes mais do que outros biomas, como a Caatinga ou o Cerrado. Como estratégia reconhecida mundialmente, o Brasil deveria promover com urgência a criação de Unidades de Conservação Marinhas envolvendo os sistemas coralíneos e os manguezais ao longo de toda a nossa linha de costa.

Precisamos mais do que a ajuda da natureza. A criação do Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas (Inpo-MCTI), o Planejamento Espacial Marinho do Brasil (em andamento) e o destaque ao oceano e zonas costeiras na revisão da Política Nacional de Mudança do Clima (PNMC), bem como nas Estratégias de Adaptação do Plano Clima (MMA), são ações recentes e necessárias. Por fim, o país ainda carece de base legal para garantir a continuidade das ações. Tramitando no Congresso desde 2013, a Lei do Mar (PL 6969/13), que institui a Política Nacional para a Conservação e o Uso Sustentável do Bioma Marinho Brasileiro, é um passo necessário na proteção dos oceanos e no enfrentamento da mudança do clima. Sua aprovação representaria um sinal claro do compromisso brasileiro com a proteção dos oceanos e reforçaria o protagonismo do país na COP30.

Moacyr Araujo é vice-reitor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e coordenador científico da Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais (Rede Clima)

Jean Ometto é pesquisador sênior no Inpe e membro do IPCC.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 08/07/2025

GOVERNO BRASILEIRO ASSINA COM A CHINA ACORDO PARA PROJETO DE FERROVIA QUE LIGA BRASIL AO PERU

Entendimento prevê a realização de pesquisas e planejamento de um corredor ferroviário bioceânico, do Acre ao Porto de Chancay, no Peru
Por Agência O Globo — Rio



— Foto: Ministério da Infraestrutura

O governo brasileiro assinou nesta segunda-feira (7) memorando com a China para estruturar projeto de ferrovia que liga o Brasil ao Peru. O acordo firmado pelo Ministério dos Transportes, por meio da estatal Infra S.A, prevê a realização de pesquisas e planejamento de um corredor ferroviário bioceânico, do Acre ao Porto de Chancay, no Peru.

Em cerimônia nesta segunda, o secretário Nacional de Transporte Ferroviário, Leonardo Ribeiro, disse que o acordo inaugura uma nova etapa da “cooperação ferroviária internacional”.

“O Brasil está preparado para liderar uma nova era de infraestrutura logística e essa liderança se fará com responsabilidade, engenharia de qualidade, com parcerias sólidas e com trilhos voltados para o futuro, é por isso que estamos trazendo os melhores no campo ferroviário para nos dar subsídios”, complementou Leonardo Ribeiro.

O acordo foi firmado entre a Infra. S.A, ligada ao Ministério dos Transportes, e a estatal chinesa China Railway Economic and Planning Research Institute.

Segundo o plano, a ferrovia vai criar um corredor entre o porto de Chancay, no Peru, construído em parceria com os chineses, e atravessar o Peru até o Rio Branco, no Acre. De lá, o projeto ferroviário prevê uma malha que cruzaria a capital do Acre, Rondônia, até o Mato-Grosso.

Segundo o Ministério dos Transportes, o projeto analisado poderá se tornar “a espinha dorsal de uma nova rota bioceânica, reposicionando o Brasil no comércio internacional e trazendo vantagens para as exportações à Ásia.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 08/07/2025

MRS LOGÍSTICA E USIMINAS PRORROGAM CONTRATO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO

No valor de R\$ 1,8 bilhão, acordo é retroativo a 1º de abril de 2025 e vai até 31 de março de 2026
Por Beatriz Kawai, Valor — São Paulo



Trem da MRS Logística — Foto: MRS/Divulgação

A MRS Logística assinou, em 27 de junho, o nono termo aditivo com a Mineração Usiminas, controlada da Usiminas, para prorrogar a vigência do contrato entre as partes. As empresas também incluíram procedimento para apuração de responsabilidades em casos de acidentes ferroviários no Porto Sudeste, envolvendo trens carregados.

O contrato tem valor de R\$ 1,8 bilhão. O acordo é retroativo a 1º de abril de 2025 e vai até 31 de março de 2026.

O acordo inicial de prestação de serviços de transporte ferroviário de carga foi acordado pelas empresas em 11 de setembro de 2017.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 08/07/2025

VLI PASSA A OPERAR CARGA EM FERROVIA DA VALE

Perto de acordo para FCA, grupo investe R\$ 600 milhões para gerir trens na Vitória-Minas

Por Taís Hirata — De São Paulo



Fábio Marchiori: “Não somos mais apenas detentores de concessão, somos operadores” — Foto: Leonardo Rodrigues/Valor

Em reta final da negociação para renovar a concessão da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), a VLI deverá fazer um investimento de R\$ 600 milhões para começar a operar trens na Estrada de Ferro Vitória-Minas (EFVM), da Vale, como agente transportador ferroviário - modalidade criada pela nova lei das ferrovias para que operadores atuem na concessão de terceiros.

A empresa já transportava carga pela ferrovia da Vale, pagando à mineradora um valor pelo chamado “direito de passagem”. A diferença é que agora a própria VLI vai transportar a carga, o que significa que a empresa poderá coletar e entregar carga ao longo da EFVM, criar instalações na linha e ter mais controle sobre a carga no trajeto, que se conecta à malha da FCA. A mudança deverá simplificar o modelo de pagamento à Vale e ampliar a eficiência, segundo Fábio Marchiori, presidente do grupo.

Quando o sistema estiver 100% implementado, a VLI deverá ter 22 pares de trens (ida e volta) por dia na ferrovia e assumirá a gestão de 17 pátios de manobra.

Do investimento total, R\$ 530 milhões serão destinados à compra de locomotivas e vagões. Outros R\$ 70 milhões serão aplicados em instalações na malha. Marchiori diz que hoje não há previsão de terminais, mas já será construída uma oficina de reparos.

“Já operamos dentro da Vitória-Minas 22 milhões de toneladas anuais. Nos próximos cinco a sete anos, devemos subir para 30 milhões, não só pelo acordo. Esse corredor conversa muito com o Espírito Santo, que vai ser beneficiado. É um corredor muito importante.”

Na nova operação, a siderurgia deverá ser o setor mais atendido. “Há muita coleta e entrega de material siderúrgico, coque, carvão e minério de ferro”, diz. Cargas como celulose, grãos e fertilizantes também deverão ser beneficiadas.

A VLI já assumiu oito pátios de manobras e iniciou as contratações e treinamentos dos funcionários da operação. Os maquinistas do grupo deverão entrar na via a partir de novembro, e haverá um período de transição de cerca de oito meses, até meados de 2026.

A empresa também está habilitada a atuar como agente transportador ferroviário de cargas em outras malhas do país, caso haja acordo com as concessionárias. “Não somos mais apenas detentores de concessão, somos agentes operadores”, diz o presidente. Porém, ele afirma que, no momento, não há conversas em curso.

A Vale é acionista da VLI com 29,6% de participação. O maior sócio é a Brookfield, com 36,5%. Os demais são FI-FGTS (15,9%), Mitsui (10%) e BNDESPar (8%).

A nova operação se dá em meio a negociações duras com o governo para renovar por 30 anos, a concessão da FCA, em troca de R\$ 30 bilhões em investimentos e pagamento de outorga. Nos últimos dias, a VLI entregou nova proposta de acordo ao Ministério dos Transportes, que irá analisar os termos.

Segundo fontes, ainda não há decisão sobre o tema, mas as conversas caminham bem. Recentemente, o secretário-executivo do ministério, George Santoro, disse que acredita que, até o início de agosto, haverá uma definição.

A VLI tem ainda planos de expansão de sua infraestrutura portuária, tanto em Santos quanto no Arco Norte, principalmente no Maranhão, segundo Marchiori. “Queremos fazer [os investimentos] em cocriação com clientes.”

O presidente diz que a situação financeira é confortável para os investimentos. Em maio, a VLI captou R\$ 1,5 bilhão. O grupo tem alavancagem financeira de 1,5 vez a dívida líquida pelo Ebitda (lucro antes juros, impostos, depreciação e amortização), com autorização do conselho para chegar a 3 vezes.

Fonte: Valor Econômico - SP

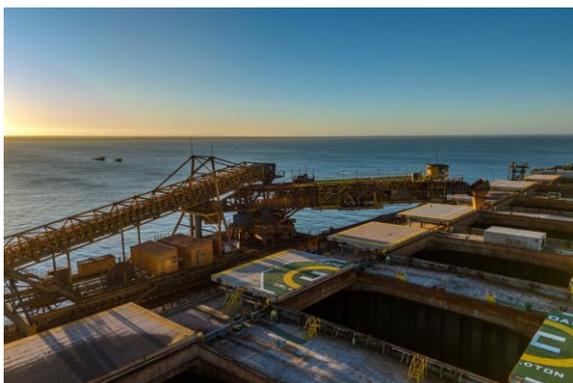
Data: 08/07/2025

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

RELATÓRIO DA FERROPORT DESTACA RECORDE DE MOVIMENTAÇÃO EM 2024 E AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

Da Redação Portos e logística 08/07/2025 - 17:09



A Ferroport divulgou relatório que mostra que, em 2024, a empresa bateu recorde de movimentação de cargas, com 25 milhões de toneladas, em 148 navios, e investiu R\$ 109 milhões em melhoria da infraestrutura e das condições de segurança. O faturamento foi de R\$ 1,3 bilhão, 6% a mais que em 2023, com margem Ebitda de 78% e lucro líquido de R\$ 462 milhões. Pelos resultados operacionais, a empresa foi incluída no Top 2 do Prêmio Antaq 2024, na categoria de maior Índice de Desempenho Ambiental (IDA) para terminais de uso privado (TUPs) do Brasil, com a melhor pontuação entre os terminais de minério de ferro.

A companhia, joint venture da mineradora Anglo American e da Prumo Logística, responsável pelo desenvolvimento estratégico do Porto do Açu e operadora do terminal de minério de ferro local, em São João da Barra, na região norte do estado Rio de Janeiro, A Ferroport opera no armazenamento e embarque do minério trazido pela Anglo American, que o extrai de mina em Conceição de Mato Dentro (MG) e o transporta por mineroduto de 529 quilômetros, cruzando 33 cidades até chegar ao Porto do Açu. No terminal, que funciona 24 horas por dia em todos os dias do ano e tem capacidade de 10 mil toneladas por hora, o produto passa por filtragem, é estocado e, em seguida, exportado.

Sustentabilidade

O documento, intitulado Relatório de Sustentabilidade de 2024, indica ainda que a empresa ampliou suas ações para redução de danos ao meio ambiente e de ampliação da diversidade, além de investimentos em energia eólica, da qual tira 100% da eletricidade que consome, uso de etanol em

100% de seus veículos flex, água de reuso, projetos de reflorestamento, com plantio de mais de 2,5 mil mudas, treinamento de seus empregados e aumento da participação feminina em seus quadros, incluindo cargos de comando.

Graças a essas ações e a seu plano de descarbonização, a companhia recebeu, pelo terceiro ano consecutivo, o Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG

Protocol, referente ao inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE). Além disso, firmou parceria com a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Caruara, em São João da Barra, para reflorestamento de 115 hectares (equivalentes a 140 campos de futebol) em área de restinga.

No Relatório de Sustentabilidade, que segue normas da Global Reporting Initiative (GRI), organização internacional sem fins lucrativos que desenvolve padrões de relato de sustentabilidade, a Ferroport destaca ainda que investiu R\$ 8 milhões em ações sociais, em projetos nas áreas de educação, esportes e cultura. A empresa também foi reconhecida, pela terceira vez, como excelente lugar para trabalhar pela Great Place to Work (GPTW), com nota geral 90, a sua maior da história, e adesão de 92% dos trabalhadores na pesquisa de clima. A companhia gera mais de 600 empregos diretos e indiretos em São João da Barra e região.

A Ferroport informa ainda, no relatório sobre suas atividades em 2024, que recebeu a Certificação ISO 37001, que atesta a eficácia do seu Sistema de Gestão Antissuborno, e manteve as Certificações dos Sistemas de Gestão Ambiental e de Saúde e Segurança Ocupacional, de acordo com as normas internacionais ISO 14001 e ISO 45001.

Além disso, o documento diz que foram investidos pela empresa, no ano passado, R\$ 2 milhões em programas de capacitação técnica e comportamental dos colaboradores e houve nove mil horas de aulas ligadas à segurança do trabalho. Outra questão destacada no balanço de 2024 da Ferroport foi o crescimento de 17% do número de mulheres nos quadros da empresa em relação a 2023, chegando a 30% de participação feminina no número total de colaboradores. Nos cargos de liderança, aponta o documento, o incremento no ano foi de 125%.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 08/07/2025

BRASIL E CHINA ASSINAM ACORDO PARA ESTUDAR FERROVIA ATÉ O PERU

Da Redação Portos e logística 08/07/2025 - 15:38



Corredor ferroviário ligará oceanos Atlântico e Pacífico

O Brasil e a China assinaram um acordo para iniciar estudos conjuntos sobre o corredor ferroviário que ligará os oceanos Atlântico e Pacífico. O projeto pretende integrar as ferrovias de Integração Oeste-Leste (Fiol) e Centro-Oeste (Fico) e a Ferrovia Norte-Sul (FNS) ao recém-inaugurado porto de Chancay, no Peru.

A assinatura do memorando ocorreu na segunda-feira (7) no Ministério dos Transportes, em Brasília. Os estudos serão conduzidos pela Infra S.A., estatal vinculada ao Ministério dos Transportes, e a China Railway Economic and Planning Research Institute.

O corredor ferroviário tem uma parte em execução no Brasil, por meio da Fiol, que parte de Ilhéus, na Bahia, e vai até Mara Rosa, em Goiás, e da Fico, que parte de Mara Rosa e se estende até Lucas do Rio Verde, em Mato Grosso. A cidade goiana será o entroncamento das duas ferrovias com a FNS, que vai de Açailândia, no Maranhão, a Estrela d'Oeste, em São Paulo.



Em Lucas do Rio Verde, ponto final da Fico, começará a Ferrovia Bioceânica, que passará pela fronteira do Mato Grosso com a Bolívia, todo o estado de Rondônia e o sul do Acre, na fronteira com o Peru. De lá, a ferrovia irá até o porto de Chancay, construído pelos chineses e inaugurado há 3 meses.

Rotas de Integração

A Ferrovia Bioceânica fará parte das Rotas de Integração Sul-Americana, projeto conduzido pelo Ministério do Planejamento e Orçamento. Lançado em 2023, o projeto pretende dar prioridade para obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para conectar modais rodoviários, fluviais e ferroviários em áreas de fronteira com países vizinhos.

Por meio do memorando assinado nesta segunda-feira, a estatal chinesa produzirá estudos aprofundados sobre a malha ferroviária brasileira, com base em dois pilares: o caráter multimodal do sistema de transportes, com unificação entre rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos e as obras e projetos já existentes no país.

Hoje, todo o território da futura Ferrovia Bioceânica tem rodovias federais brasileiras e peruanas, com integração plena, por meio das estradas BR-364 e BR-317, no Brasil, e Irsa Sur, no Peru, chegando até Chancay, distante apenas 70 quilômetros da capital peruana, Lima.

No caso específico da ferrovia bioceânica, o novo desenho foi formulado em parceria do Ministério do Planejamento com a Casa Civil e o Ministério dos Transportes. O projeto também foi amplamente debatido com autoridades do governo do Peru e também do Congresso da República peruana.

O projeto Rotas de Integração é um dos quatro eixos estratégicos firmados entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Xi Jinping, na assinatura do acordo Brasil-China, em novembro de 2024. Além do Rotas, o pacto reúne o Novo PAC, o Nova Indústria Brasil e o Plano de Transformação Ecológica.

Em abril deste ano, como parte do acordo entre Brasil e China, uma comitiva da China Railway Economic and Planning Research Institute visitou o Brasil, tendo conversado com representantes da Casa Civil, do Ministério dos Transportes e do Ministério do Planejamento e Orçamento. Em maio, durante a visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Pequim, o projeto Rotas foi novamente mencionado em declarações presidenciais.

Brics

A assinatura do acordo ocorreu perto do fim da Reunião de Líderes do Brics, nesta segunda-feira no Rio de Janeiro. Na declaração conjunta emitida no domingo (6), o grupo comprometeu-se em promover o diálogo para ampliar a infraestrutura de transportes entre os países em desenvolvimento.

“Esperamos promover ainda mais o diálogo sobre transportes para atender às demandas de todas as partes interessadas e aprimorar o potencial de transporte dos países do Brics, respeitando, ao mesmo tempo, a soberania e a integridade territorial de todos os estados-membros no âmbito da cooperação em transportes”, destacou o documento.

Segundo a declaração final, a integração entre as estruturas de transporte estimulará o desenvolvimento e integra-se à sustentabilidade ambiental.

“Reafirmamos nosso compromisso com o desenvolvimento de uma infraestrutura de transporte sustentável e resiliente, reconhecendo seu papel crítico no crescimento econômico, na conectividade e na sustentabilidade ambiental”, diz o documento.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 08/07/2025

RINA GARANTE PROJETO DO BANCO MUNDIAL PARA PROMOVER HIDROGÊNIO VERDE NO PORTO DO PECÉM

Da Redação Portos e Logística 08/07/2025 - 15:33



A RINA, empresa global de consultoria, inspeção e certificação em engenharia, garantiu uma importante licitação financiada pelo Banco Mundial para ajudar a acelerar a transição do Brasil para uma economia industrial de baixo carbono.

Um estudo abrangente de avaliação hídrica para garantir água industrial para a produção de hidrogênio verde no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) será realizado. O projeto não apenas apoiará a inovação

industrial, mas também contribuirá para a equidade socioambiental, melhorando o acesso à água para comunidades vizinhas no estado do Ceará.

Para apoiar a produção de hidrogênio verde em larga escala, o estudo explora duas estratégias principais de abastecimento de água: reuso de efluentes tratados de estações de tratamento de esgoto na região oeste de Fortaleza e dessalinização da água do mar. Ambas as opções serão avaliadas quanto à sua viabilidade técnica, econômica, impacto ambiental e compatibilidade com a infraestrutura e regulamentação locais.

O estudo de avaliação da água, a ser entregue pela RINA em parceria com a empresa local Krypton, fornecerá um estudo de viabilidade comparativo entre reutilização de água recuperada e dessalinização de água do mar. Uma análise detalhada do impacto ambiental avaliação da demanda de água no CIPP nos próximos cinco a 10 anos, alinhada ao crescimento industrial previsto também integra o pacote, além de uma avaliação regulatória e de infraestrutura, garantindo a conformidade com as normas brasileiras e o uso eficaz dos sistemas hídricos existentes.

Fundamentalmente, o estudo também avaliará como a infraestrutura proposta poderia melhorar o acesso à água para as comunidades vizinhas, garantindo que o progresso industrial contribua para uma sustentabilidade regional mais ampla.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 08/07/2025

PORTARIA CRIA PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2025-2028 DO MPOR

Por Danilo Oliveira Portos e logística 07/07/2025 - 22:18

Entre principais objetivos está integração setorial, com finalidade de contribuir para otimização da matriz de transportes, com foco na aviação regional, na navegação interior e na cabotagem

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) publicou, nesta segunda-feira (7), a portaria 343/2025, que institui o Planejamento Estratégico Institucional (PEI) da pasta para o período de 2025 a 2028. As diretrizes preveem a missão de conectar o Brasil por meio de infraestruturas e serviços portuários, aeroviários, hidroviários e de navegação, de forma integrada e sustentável, com a visão de tornar o Brasil o principal hub logístico da América Latina e Central, conectando o país ao mundo.

O PEI destaca a responsabilidade socioambiental e climática e o compromisso com o desenvolvimento socioeconômico sustentável entre seus valores institucionais, com atenção para a transparência, equidade e para a integridade. O modelo de governança prevê que as unidades organizacionais do MPor promoverão a execução do planejamento estratégico por meio da definição de indicadores, metas e iniciativas estratégicas.

Entre os objetivos estratégicos está o planejamento setorial integrado, com a finalidade de contribuir para a otimização da matriz de transportes, com foco na aviação regional, na navegação interior e na cabotagem. A portaria também fala em promover a desburocratização e a segurança jurídica,

gerando mais eficiência e estabilidade no ambiente de negócios, por meio do diálogo institucional para ampliar a articulação institucional do ministério com atores nacionais e internacionais.

A norma dá destaque ainda à sustentabilidade e resiliência às mudanças climáticas, fomentando a sustentabilidade por meio de iniciativas que promovam a resiliência, a transição energética e a descarbonização dos setores. Outro objetivo está ligado à inovação, impulsionando a adoção de soluções criativas e efetivas na formulação e na gestão de políticas públicas.

A portaria também traça entre os objetivos a competitividade e o financiamento setorial, destacando a necessidade de fortalecer a capacidade competitiva nacional por meio da adequação das infraestruturas e serviços para atender as demandas comerciais do país, além do crescimento sustentável dos setores por meio da ampliação e facilitação do acesso às linhas de crédito e aos fundos de investimento.

A portaria, que entrou em vigor a partir da publicação, determina que o PEI 2025-2028, o portfólio estratégico, as iniciativas, os indicadores e seus resultados sejam sistematicamente monitorados e avaliados, com o fim de identificar e viabilizar ajustes e ações corretivas que levem ao atingimento dos objetivos estratégicos. Esse monitoramento deverá ser feito, no mínimo, a cada trimestre, com ênfase nos eventuais desvios observados em relação aos objetivos e projetos e, principalmente, com o intuito de antecipar problemas e tomar as ações necessárias para o alcance das metas e entregas do trimestre seguinte.

A secretaria executiva do ministério fará a coordenação das ações e o monitoramento do PEI 2025-2028, ficando com a competência de expedir portarias necessárias à operacionalização do planejamento estratégico. O PEI 2025-2028 poderá ser revisado e, sendo necessário, atualizado a cada 12 meses, para que reflita a evolução das políticas públicas, das iniciativas estratégicas e dos indicadores. O ministro de portos e aeroportos Silvio Costa Filho determinou na portaria que a atualização deverá considerar os resultados obtidos no ciclo anterior, sobretudo a evolução dos indicadores estratégicos e sua relação com as metas previamente definidas, bem como a situação dos projetos estratégicos.

O lançamento do PEI estava inicialmente previsto para esta segunda-feira (7), no auditório do MPor, em Brasília, porém a agenda foi cancelada no último sábado (5). Até o fechamento desta reportagem, o ministério ainda não havia divulgado a nova data do evento.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 07/07/2025

JUSTIÇA SUSPENDE NORMA DE ÁGUA DE LASTRO EM SANTOS

Por Danilo Oliveira Navegação 07/07/2025 - 20:36



Decisão de primeiro grau atende recurso apresentado por armadores de longo curso e da cabotagem que questionaram exigência adicional para certificação

Uma decisão 1ª Vara Federal de Santos (SP) suspendeu, em caráter liminar, a norma que tornou obrigatória a obtenção de certificado do sistema de controle de gerenciamento e tratamento da água de lastro como condição para autorização de atracação de navios no complexo portuário santista. A sentença da Justiça Federal de Primeiro Grau suspendeu NAP.SUMAS.OPR.023.2024, editada no ano passado pela Autoridade Portuária de Santos

(APS), atendendo o recurso conjunto do Centro Nacional de Navegação Transatlântica (Centronave) e da Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem (Abac).

Os armadores de longo curso e cabotagem alegaram nos autos que a certificação e o gerenciamento do sistema de tratamento de água de lastro devem ser feitos pela autoridade marítima, no caso de

Santos, a Capitania dos Portos. Além de invasão da competência da Marinha do Brasil, com base na Normam-401/DPC, a defesa a ausência de uma efetiva prestação do serviço, pois, na prática, haveria 'mera reanálise dos documentos apresentados junto à autoridade marítima'. Os armadores também argumentaram que há apenas uma empresa credenciada junto à APS para emissão do certificado (G7 Consultoria Ltda.), a qual não teria objeto social compatível com a matéria.

"Verifico nos autos elementos que sustentam o direito da autora, tendo em vista que as normas que regulam o ambiente marítimo e do porto demonstram uma proeminência da atuação da Autoridade Marítima em detrimento dos demais atores", manifestou o juiz federal Alexandre Berzosa Saliba em sua decisão, proferida na última quinta-feira (3).

O juiz citou que a Convenção Internacional para Controle e Gerenciamento da Água de Lastro e Sedimentos de Navios proíbe países de exigirem certificados recíprocos uns dos outros. "Esse trato da matéria, afastando duplicidade de certificações e vistorias entre partes contratantes indica que o tema merece análise ainda mais severa dentro de um mesmo país, sob pena de se admitir que Estados soberanos não possam exigir certificados adicionais dos navios, mas pessoas jurídicas do (mesmo) direito interno o possam".

A sentença chamou a atenção de que consta nos autos a informação de que a empresa credenciada adotou como procedimento para a emissão do certificado a simples conferência documental por meio de Inteligência Artificial (IA), ao passo que a sistemática a ser adotada para o controle de gerenciamento e tratamento da água de lastro deveria ser específica para cada embarcação.

Saliba também condenou a APS a restituir, com as devidas correções, os valores pagos em decorrência da norma. "Não houve demonstração da qualidade técnica nem de preparo necessário para a emissão de certificações ambientais, nem da efetiva prestação de serviço de atestação de conformidade de água de lastro pela empresa credenciada. Reconhecido o vício, de rigor que a autoridade portuária efetue o ressarcimento dos valores pagos para emissão da certificação conforme a norma agora afastada.

Anteriormente, a APS obteve mandado de segurança contra um acórdão da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) que havia atendido a um recurso administrativo do Centronave e da Abac, no qual a agência reguladora anulou a validade da norma.

Procurada pela reportagem, a Abac destacou que a International Chamber of Shipping (ICS) já havia se manifestado contrária a esta exigência, entendendo que a norma colocava o Brasil em uma situação delicada por exigir este certificado adicional. "Foi um trabalho muito importante das entidades em preservar o que a convenção internacional prevê e valorização do trabalho feito pela Autoridade Marítima. A exigência imposta pela APS só gerava burocracia e custos adicionais, uma vez que precisávamos obter um certificado adicional além do previsto na Convenção e que tinha custo relevante", comentou o diretor executivo da Abac, Luis Fernando Resano.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 07/07/2025

ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS SE UNEM PARA ACELERAR ELETRIFICAÇÃO NO TRANSPORTE MARÍTIMO

Da Redação Navegação 07/07/2025 - 19:45



Quatro associações marítimas anunciaram, durante a Electric C Hybrid Marine World Expo, realizada em Amsterdã, de 24 a 26 de junho, uma coalizão dedicada a acelerar a eletrificação do transporte marítimo: a Global Alliance for Maritime Electrification (GAME), formada pela International Electric Marine Association (IEMA), a Zero Emission Ship Technology Association (ZESTAs), a Maritime Battery Forum (MBF) e a

European Onshore Power Supply Association (EOPSA).

Adria Jover, presidente da IEMA, explicou que há grande potencial para acelerar soluções que levem à emissão zero em navios de transporte de carga e de passageiros, de apoio, balsas e outros. Segundo ele, ao se associarem, as organizações buscam juntar seus esforços para ampliar a defesa da eletrificação e buscar melhores resultados na transição para uso de energias limpas.

A GAME definiu a eletrificação como o “caminho mais imediato e indicado para reduzir as emissões” no transporte marítimo, mas alertou que sua adoção vem sendo prejudicada pela fragmentação de políticas e problemas de infraestrutura e subfinanciamento de projetos para aumentar a segurança para o uso da eletricidade em embarcações. “A eletrificação é fundamental: zero gases do efeito estufa, zero poluição, zero danos ao planeta”, disse Madadh MacLaine, secretária-geral da ZESTAs.

A nova coalizão industrial se baseia em três pilares estratégicos: representação da indústria, colaboração em P&D e defesa de políticas para o setor. “As baterias são essenciais para o transporte com zero emissão, mas devem trabalhar em conjunto com outras tecnologias limpas”, disse Syb ten Cate Hoedemaker, diretora executiva do Fórum de Baterias Marítimas. “Essa colaboração é a forma como garantimos uma transição eficaz e oportuna”, afirmou.

O primeiro passo da associação será produzir em conjunto documentos de posicionamento e para expandir o engajamento em regiões estratégicas, incluindo América do Norte, Europa, Índia, China e Pacífico Sul. “A eletrificação de portos e embarcações não é uma visão para o futuro. É uma realidade acionável. O fornecimento de energia onshore é uma das ferramentas mais imediatas na caixa de ferramentas da descarbonização”, enfatizou Roland Teixeira, presidente da EOPSA.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 07/07/2025

ARTIGO - ESTUDO DE CASO: FLORA DA ILHA GUAÍBA – CULTIVANDO SUSTENTABILIDADE

Por VALE S.A. Responsabilidade socioambiental 07/07/2025 - 19:24



PROJETO PARTICIPANTE DO PRÊMIO PORTOS E NAVIOS DE SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Resumo

Este estudo de caso apresenta o projeto de pesquisa sobre a flora da Ilha Guaíba. Na Ilha Guaíba está o Terminal da Ilha Guaíba (TIG), situado no município de Mangaratiba, ao sul do estado do Rio de Janeiro. A Ilha Guaíba tem uma área total de 209 hectares (ha), sendo que o TIG ocupa de 51,5 ha deste total. Está licenciado pelo INEA através da LO Nº IN 053340 válida até 21 de

agosto de 2029.

O TIG é um terminal de embarque de minério de ferro, que está sob operação da Vale desde 2007. Embarca em média 50 milhões de toneladas por ano, principalmente para a China. Uma média de 10 a 12 composições ferroviárias carregadas de minério de ferro chegam ao TIG diariamente, vindas de Minas Gerais. O acesso ferroviário é feito por um ramal restrito aos trens da MRS Logística e que interliga o continente à ilha através de uma ponte ferroviária com 1.705 metros de extensão, para transporte de minério de ferro.

O estudo de caso tem o foco em biodiversidade e conservação da Ilha Guaíba. O projeto, coordenado pelo Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ) e apoiado pelo Programa de Pesquisa em Biodiversidade da Fazenda Marinha – VALE S.A., catalogou 110 a 123 espécies, incluindo novas espécies e espécies ameaçadas. As metodologias incluem coletas



botânicas, expedições mensais e identificação por especialistas. Os resultados foram divulgados em eventos científicos e através de materiais educativos.

Este estudo analisa as intervenções propostas, dificuldades, soluções e impactos do projeto.

Palavras chaves: biodiversidade, conservação, catalogação

Introdução

A Ilha Guaíba, localizada em Mangaratiba-RJ, é uma área de aproximadamente 209 hectares de Mata Atlântica costeira. O projeto de pesquisa sobre a flora da ilha visa catalogar espécies, identificar novas espécies e espécies ameaçadas, e promover a conservação da biodiversidade local. Este estudo de caso apresenta as práticas e resultados do projeto, coordenado pelo Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ) e apoiado pelo Programa de Pesquisa em Biodiversidade da Fazenda Marinha – VALE S.A.

Contexto

A Ilha Guaíba, localizada no município de Mangaratiba, no estado do Rio de Janeiro, constitui uma área de significativa relevância ecológica e estratégica, tanto do ponto de vista ambiental quanto econômico. Com aproximadamente 209 hectares de extensão, a ilha abriga o Terminal da Ilha Guaíba (TIG), uma infraestrutura portuária operada pela VALE S.A. desde 2007, voltada principalmente para o embarque de minério de ferro com destino ao mercado internacional, especialmente à China.

O TIG ocupa cerca de 51,5 hectares da ilha e movimenta, em média, 50 milhões de toneladas de minério por ano, operando com intensa logística ferroviária e marítima. Essa operação envolve a chegada diária de composições ferroviárias com mais de 130 vagões, o armazenamento e a organização do minério em pátios especializados, e o embarque em navios de grande porte por meio de carregadores instalados em um píer com dois berços acostáveis. A estrutura do terminal inclui ainda oficinas, subestações, áreas administrativas, cais de atracação e sistemas de controle ambiental.

Apesar da presença dessa infraestrutura industrial de grande porte, a Ilha Guaíba conserva remanescentes expressivos de Mata Atlântica costeira, o que motivou a realização de um estudo voltado à caracterização e conservação de sua flora. O estudo foi conduzido pelo Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ), no âmbito do Programa de Pesquisa em Biodiversidade da Fazenda Marinha – VALE S.A., com o objetivo de identificar, catalogar e avaliar o estado de conservação das espécies vegetais da ilha. A iniciativa também buscou compreender os impactos potenciais das atividades portuárias sobre a biodiversidade local, promovendo ações de educação ambiental e divulgação científica.

A coexistência entre uma operação industrial de alta complexidade e um ecossistema de elevada sensibilidade ecológica torna a Ilha Guaíba um território singular, onde o endemismo, a biodiversidade e a conservação se entrelaçam com desafios logísticos, ambientais e sociais.

Nesse contexto, o presente estudo de caso apresenta o desenvolvimento e os resultados de uma abordagem integrada, que envolveu expedições de campo, coleta e armazenamento de material botânico, identificação de espécies raras e ameaçadas, e a descoberta de uma nova espécie endêmica, *Myrcia cupreiflora*. Além disso, foram produzidos materiais educativos, como um guia ilustrado e um documentário, com o intuito de ampliar o alcance do conhecimento gerado e sensibilizar diferentes públicos sobre a importância da conservação da flora local. A partir da análise das interações entre o uso industrial do território e a riqueza florística da ilha, este estudo contribui para o debate sobre sustentabilidade, planejamento ambiental e gestão integrada de áreas costeiras no Brasil.

Estudo de caso



O desenvolvimento do estudo sobre a flora da Ilha Guaíba, situada em Mangaratiba-RJ, ocorreu no contexto do Programa de Pesquisa em Biodiversidade da Fazenda Marinha – VALE S.A., sob coordenação do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ). A execução do projeto teve início em agosto de 2022 e se estendeu até dezembro de 2024, com o objetivo de realizar o levantamento florístico da ilha, identificar espécies raras, ameaçadas e novas, e promover ações de conservação da biodiversidade local. A área de estudo, com aproximadamente 200 hectares de Mata Atlântica costeira, apresentou uma vegetação rica e diversificada, incluindo tanto espécies nativas quanto exóticas introduzidas ao longo da ocupação humana.

Durante o período de execução, foram realizadas nove expedições de campo, apesar de limitações logísticas e administrativas enfrentadas no primeiro ano do projeto. As coletas botânicas foram conduzidas com o apoio de embarcações da VALE e táxis náuticos, sendo que, em algumas ocasiões, foi necessária a contratação de guias locais para o acesso às trilhas. As amostras coletadas, totalizando 123 espécimes, foram identificadas por especialistas e estudantes de graduação em Biologia, e posteriormente depositadas no herbário do JBRJ. Além disso, fragmentos foliares foram armazenados em sílica, constituindo o primeiro banco de DNA da flora da Ilha Guaíba, com vistas a futuros estudos em botânica molecular.

O estudo resultou na catalogação de 110 a 123 espécies, entre as quais se destacam exemplares ameaçados de extinção, como *Coussapoa curranii* e *Adiantum mynsseniae*, ambas classificadas como Em Perigo (EN), e espécies vulneráveis como *Euterpe edulis* e *Pouteria psammophila*. Um dos principais resultados foi a descoberta e descrição de uma nova espécie, *Myrcia cupreiflora*, endêmica da região e considerada rara. A identificação dessas espécies foi embasada em bibliografia especializada e na comparação com coleções botânicas já existentes.

Como parte das ações de divulgação científica e educação ambiental, foram produzidos um guia digital ilustrado com fotografias das espécies e um documentário de 18 minutos, que apresenta a rotina dos pesquisadores, entrevistas com a equipe e a relevância do projeto para a conservação da flora local. Os resultados também foram apresentados no 74º Congresso Nacional de Botânica, em Brasília, por meio de uma mesa-redonda. Os produtos alcançados demonstram a efetividade do estudo e sua contribuição para o conhecimento e preservação da biodiversidade da Ilha Guaíba.

Conclusões

O projeto de pesquisa sobre a flora da Ilha Guaíba atingiu seus objetivos de catalogar espécies, identificar novas espécies e espécies ameaçadas, e promover a conservação da biodiversidade local. As intervenções propostas foram eficazes, apesar das dificuldades logísticas e de identificação de espécies raras. As aprendizagens incluem a importância da colaboração com especialistas e o uso de tecnologias avançadas para estudos de DNA. As oportunidades futuras envolvem a personalização de LLMs para usos específicos. O impacto do projeto foi significativo, beneficiando diretamente a equipe do projeto e indiretamente o público através de palestras e documentários.

Entre as espécies identificadas na Ilha Guaíba, destaca-se a descoberta de **Myrcia cupreiflora** (Myrtaceae), uma nova espécie descrita recentemente e endêmica da Mata Atlântica do estado do Rio de Janeiro. Essa espécie é morfológicamente semelhante a **Myrcia strigipes**, mas distingue-se por características únicas como:

Folhas: fortemente bulladas (com bolhas) e densamente pontuadas na face inferior.

Inflorescências: axilares e terminais, com coloração acobreada e indumento estrigoso (pelos rígidos).

Botões florais: com cálices completamente fundidos, que se rasgam verticalmente em 4–5 sépalas homogêneas na antese.

Frutos imaturos: globosos, glandulares e pubescentes.

A espécie foi registrada em apenas dois fragmentos florestais, sendo um deles na própria Ilha Guaíba, com coletas realizadas em junho (botões florais) e agosto e outubro (frutos imaturos). Apesar de ocorrer em área protegida (APA de Mangaratiba), **Myrcia cupreiflora** enfrenta ameaças

devido à urbanização, turismo e atividades portuárias, sendo classificada como ****Em Perigo (EN)**** segundo os critérios da IUCN, com uma área de ocorrência estimada em apenas 79km².

Essa descoberta reforça a importância da conservação da flora local e da continuidade de projetos de pesquisa como o desenvolvido na Ilha Guaíba, que contribuem significativamente para o conhecimento e preservação da biodiversidade brasileira.

Referências

Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ). Relatório de Atividades Final.

VALE S.A. Programa de Pesquisa em Biodiversidade da Fazenda Marinha.

74º Congresso Nacional de Botânica. Apresentação para o Evento de Biodiversidade.

Documentário sobre a Flora da Ilha Guaíba.

Guia digital ilustrado sobre a Flora da Ilha Guaíba.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 07/07/2025

MCDERMOTT DARÁ APOIO À BRAVA ENERGIA NAS BACIAS DE CAMPOS E DE SANTOS

Da Redação Offshore 07/07/2025 - 19:29



A McDermott fechou contrato com a Brava Energia para transporte e instalação offshore no campo Papa-Terra, na Bacia de Campos, e no campo Atlanta, no Bloco BS-4, na Bacia de Santos. A empresa será responsável pelo transporte e pela instalação de dutos flexíveis, umbilicais e equipamentos submarinos associados para dois novos poços no campo Papa-Terra e dois novos poços para o desenvolvimento da Fase 2 de Atlanta. Além disso, realizará serviços de pré-comissionamento e suporte de base onshore. O valor do contrato não foi divulgado, mas há estimativa que fique entre US\$ 1 milhão e US\$ 50 milhões.

Operados pela Brava Energia, os novos poços nos campos de Papa-Terra e Atlanta apoiarão o aumento da produção como parte da estratégia contínua da empresa para aumentar a produção e prolongar a vida útil da infraestrutura em águas profundas. A McDermott entregou anteriormente a plataforma de cabeça de poço de perna tensionada Papa-Terra – o primeiro sistema flutuante de produção de madeira seca offshore no Brasil e a primeira plataforma de perna tensionada instalada na América do Sul na época.

“Esse é um reconhecimento ao papel vital da infraestrutura submarina para viabilizar a produção a longo prazo e o valor dos ativos para empreendimentos em águas profundas. Aproveitaremos nosso comprovado modelo integrado de entrega, nossas capacidades marítimas e nossa expertise no fornecimento de soluções brownfield em águas profundas para dar suporte ao Brasil e ao mercado offshore sul-americano em geral”, disse Mahesh Swaminathan, vice-presidente sênior de instalações submarinas e flutuantes da McDermott.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 07/07/2025

BRADO CRIA SERVIÇO PARA OTIMIZAR TRANSPORTE DE CARGAS ENTRE SUMARÉ E PORTO DE SANTOS

Da Redação Portos e Logística 07/07/2025 - 19:27



A Brado Logística criou um serviço para o transporte de cargas de exportação entre a região de Campinas (SP) e o Porto de Santos (SP). A solução consiste em colaboração com transportadoras que já realizam o transporte de cargas de importação para a região de Campinas, importante polo industrial que abriga grandes empresas. Em vez de voltarem vazios ao Porto de Santos após a entrega dos produtos importados, os caminhões são usados para levar cargas de exportação da Brado, a partir de seu terminal em Sumaré.

A iniciativa, segundo a empresa, permite reduzir custos e otimizar o fluxo de transporte, aproveitando a dinâmica do mercado de importação. O 'Frete Sinergia' integra o projeto 'Carrossel da Brado', que prevê investimento de R\$ 260 milhões até 2030 nos terminais de Sumaré e Rondonópolis (MT).

A operação de exportação da Brado em Sumaré movimentou, em maio de 2025, cerca de 700 caminhões, carregados com produtos como algodão, madeira, carne bovina, farelos de soja e milho (DDG), minério e outros. O gerente de pricing e experiência do cliente da Brado, Thiago Estevam, destacou que, ao conectar o retorno dos veículos que carregam produtos importados à demanda de exportação, a operação fica mais eficiente e com potencial de redução de custos para todos os envolvidos.

A principal vantagem apontada é a otimização do uso da capacidade de transporte. Ao integrar o fluxo de importação com a demanda de exportação, é possível combinar as cargas da Brado e de parceiras, permitindo às transportadoras obter receitas em rotas que antes seriam percorridas sem carga. Estevam aponta como diferencial, para a viabilidade do Frete Sinergia, a eficiência operacional do terminal da Brado em Sumaré. A empresa opera suas próprias cargas, o que permite otimizar o tempo de descarga e carga dos caminhões. Além disso, o terminal opera em 24 horas por dia, em todos os dias da semana.

"A agilidade do nosso terminal em Sumaré é um ponto-chave. As transportadoras de importação podem descarregar seus contêineres vazios de forma rápida e aproveitar a oportunidade de carregar nossas cargas de exportação, otimizando o tempo de seus veículos e de seus motoristas", disse Estevam. A Brado tem estrutura própria, que inclui 21 locomotivas, mais de cinco mil contêineres e 2,2 mil vagões, equipamentos, armazéns e terminais, complementada com nos principais centros consumidores do país.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 07/07/2025

INICIADA CONSTRUÇÃO DO PRIMEIRO PORTO SECO DO CEARÁ

Da Redação Portos e logística 07/07/2025 - 18:43



Foi lançada nesta segunda-feira (7) a pedra fundamental do Terminal Multimodal e Multipropósito de Cargas José Dias de Macêdo, que será o primeiro porto seco do estado do Ceará. A cerimônia que marcou o início das obras foi na fazenda Serrote dos Bois, no distrito de Lacerda, na zona rural de Quixeramobim. O terminal será administrado pela Value Global Group e abrangerá uma área superior a 362 hectares.

Para a primeira fase das obras, orçadas em R\$ 350 milhões, foram contratadas três construtoras, duas empresas de assessoria ambiental, uma empresa de fornecimento de combustível para máquinas de terraplanagem, uma empresa de telecomunicações,

três empresas de segurança, uma empresa de tecnologia, além de transportadoras e uma empresa de alimentação coletiva.

A previsão inicial é que, até dezembro de 2027, o terminal passe a contar com uma Estação Aduaneira do Interior (Eadi). A expectativa é de que a construção empregue pelo menos 1.300 profissionais, entre colaboradores diretos e indiretos. Quando concluído, o empreendimento funcionará como um porto seco conectado à ferrovia Transnordestina e ao Porto do Pecém. No total, o investimento, segundo dados divulgados pelo governo do Ceará, chegará a R\$ 1 bilhão.

O empreendimento facilitará a armazenagem e movimentação de cargas, e futuramente, o despacho aduaneiro. Isso trará diversas vantagens competitivas, como a otimização de custos e maior agilidade logística. Além disso, a Value planeja a construção de um distrito industrial, numa área de mil hectares. “O investimento é 100% próprio. É o primeiro porto de cinco que vamos fazer no País. O distrito industrial vai gerar mais empregos”, afirmou o CEO da empresa, Ricardo Azevedo.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 07/07/2025

BAÍA DE SEPETIBA INSPIRA NOME DO NOVO NAVIO DE EMPRESA CHINESA

Da Redação Portos e Logística 07/07/2025 - 17:24



O Sepetiba Tecon (RJ) recebeu, no último sábado (5), o mais novo navio da empresa chinesa Cosco Shipping e cujo nome é uma homenagem à Baía de Sepetiba: o Green Sepetiba. A escolha faz parte da iniciativa do armador de reverenciar parceiros comerciais e regiões consideradas estratégicas para o comércio exterior. Batizado em abril na cidade de Dalian, na China, o Green Sepetiba tem 225 metros de comprimento, 32,26 metros de boca, alcance de 25 mil milhas náuticas e é capaz de navegar na velocidade de até 15 nós.

A embarcação se destaca ainda pelo compromisso com a sustentabilidade. Durante sua construção, registrou zero emissões de carbono e recebeu o certificado de neutralidade emitido pela China Classification Society. Com isso, conquistou o título de “navio verde”, concedido devido a sua eficiência energética e respeito ao meio ambiente.

O Green Sepetiba já está integrado ao serviço que conecta os portos chineses de Qingdao, Taicang, Ningbo e Nansha à costa leste da América do Sul, com escalas regulares para importação e exportação de cargas gerais e containerizadas. Shan Guoyang, presidente da Cosco Shipping Specialized, explicou que a escolha do nome Green Sepetiba reflete o apreço da empresa pela parceria com o terminal e pelo papel estratégico da região. “É também uma expressão do nosso compromisso com operações mais verdes e sustentáveis”, afirmou.

O gerente-geral do Sepetiba Tecon, Guilherme Vidal, classificou a homenagem como uma honra e a definiu como um símbolo da confiança construída ao longo dos anos entre o Sepetiba Tecon e a Cosco Shipping Specialized. “Além disso, essa homenagem reforça a importância da Baía de Sepetiba no comércio exterior brasileiro”, disse.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 07/07/2025

ARTIGO - CS PORTOS MODERNIZA SISTEMA DE DRENAGEM NO PORTO DE ARATU

Por CS Portos Responsabilidade socioambiental 07/07/2025 - 12:15



PROJETO PARTICIPANTE DO PRÊMIO PORTOS E NAVIOS DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL 2025

Transformação estrutural e remediação de passivos ambientais marcam nova fase no terminal portuário

Um dos mais importantes polos logísticos da Bahia está passando por uma transformação histórica. Desde que a CS Portos assumiu a gestão dos Terminais de Granéis Sólidos, Pátios e Armazéns em 8 de junho de 2022, o Porto de Aratu tem sido palco de um processo

acelerado de modernização e reestruturação ambiental, com foco na mitigação de passivos históricos, redução sistemática de impactos ambientais e fortalecimento das práticas de gestão socioambiental.

As áreas acumulavam passivos ambientais, oriundos de estruturas degradadas, drenagem ineficiente e descarte inadequado de efluentes, colocando em risco a qualidade do sedimento e dos corpos hídricos, gerando impactos para as comunidades do entorno.

Diante desse cenário crítico, a CS Portos iniciou um importante plano de requalificação estrutural e ambiental. Um dos principais marcos foi a obtenção do licenciamento junto ao Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA), que autorizou a retomada das operações na área denominada ATU 12, mediante o cumprimento de exigências rigorosas. Entre elas, a implementação de um novo sistema de drenagem com tanques de decantação (sumps), sistema de lavagem de pneus, estação de tratamento e infraestrutura de reuso de águas.

Obras estruturantes e tecnologia ambiental

As obras foram iniciadas de forma imediata, os pátios de armazenamento, anteriormente marcados por pavimentação comprometida e sistemas de drenagem ineficientes, foram totalmente reestruturados com redes de drenagem independentes, integradas a sistemas de controle ambiental. Entre as melhorias, destacam-se os dispositivos Lava-Rodas equipados com separadores de óleo, sólidos e água, além da instalação de sumps em concreto armado, dimensionados para a coleta e o pré-tratamento físico dos efluentes contaminados.

Paralelamente, os pátios e galpões destinados ao armazenamento de granéis sólidos foram completamente revitalizados, incluindo a substituição das coberturas, impermeabilização das estruturas e readequação do sistema de drenagem. A partir de julho de 2023, entrou em operação a Estação de Tratamento de Águas Contaminadas (ETAC), que incorporou tecnologia avançada para o tratamento dos efluentes industriais.

O processo de tratamento na ETAC compreende o bombeamento dos efluentes provenientes dos sumps, a dosagem automatizada de coagulantes por bombas dosadoras, e a passagem por um sistema de floccodecantação composto por floculador, decantador e tanque de contato. O lodo gerado é descartado por meio de Geobags, enquanto o efluente líquido passa por etapas adicionais de filtração com zeólita, air stripping (para remoção de nitrogênio amoniacal) e troca iônica, assegurando a remoção eficiente de contaminantes e a conformidade com os parâmetros estabelecidos pela legislação ambiental vigente.

Fim dos lançamentos irregulares e novo destino para os efluentes

Em 29 de dezembro de 2023, a CS Portos alcançou um marco significativo ao cessar definitivamente os lançamentos de efluentes na Bacia de Contenção ("Lagoa do Porto"). A partir dessa data, os efluentes passaram a ser tratados na ETAC e sumps, e posteriormente encaminhados para descarte no corpo hídrico, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

Essa mudança estratégica reforça o compromisso do empreendimento com a gestão portuária sustentável e socialmente responsável. As melhorias ambientais estão sendo conduzidas em diálogo

com a comunidade e as autoridades ambientais, sinalizando uma gestão que valoriza a transparência, o compromisso social e a integridade ecológica da Baía de Aratu.



Descritivo do projeto

Metas

- Reduzir o risco de contaminação do solo e das águas superficiais e subterrâneas;
- Remediar os passivos ambientais conhecidos identificados na área de arrendamento;
- Implementar soluções técnicas que aumentem a eficiência e segurança da operação portuária;
- Gerar impacto positivo na percepção das comunidades do entorno, por meio de ações

ambientais visíveis e mensuráveis.

Etapas

Implantação de um sistema de drenagem eficiente no pátio e armazéns existentes, pavimentação resistente para melhorar o acesso, renovação das coberturas e reparos estruturais nas edificações para garantir segurança e durabilidade, além da instalação de sistemas de combate a incêndios no pátio e píeres. Também foram realizadas reformas nas edificações para modernização e melhorias na infraestrutura, bem como a instalação de estações de tratamento de águas contaminada (ETAC) e de efluentes (ETE), visando a conformidade ambiental e a sustentabilidade das operações.

Orçamento

As informações apresentadas contemplam as seguintes intervenções e melhorias nas instalações existentes, com seus respectivos valores estimados:

1. Drenagem do Pátio e Armazéns Existentes: R\$ 5.426.359,20 — inclui a implementação de sistemas de drenagem eficientes para garantir o fluxo adequado de águas pluviais, encerrando as contribuições dessas áreas para a Bacia de Contenção.

2. Pavimentação do Pátio: R\$ 9.528.760,67 — abrange a pavimentação de áreas, garantindo maior durabilidade, impermeabilização, segurança e facilidade de manutenção.

Renovação da Cobertura dos Armazéns Existentes: R\$ 3.930.956,31 — consiste na substituição das coberturas, assegurando proteção adequada aos bens armazenados e às estruturas, garantindo maior controle e segurança ambiental para redução de emissão de particulados.

Reparos Estruturais dos Armazéns Existentes: R\$ 1.263.837,29 — envolve reforços e reparos nas estruturas de suporte, garantindo a estabilidade e a segurança das edificações.

Sistema de Combate a Incêndio para Pátio e Píeres: R\$ 5.832.874,92 — implementação de sistemas de combate a incêndio, incluindo tanques de reservas, hidrantes e outros dispositivos de segurança.

Reformas em Edificações Existentes: R\$ 6.806.680,57 — incluem melhorias internas e externas nas edificações, visando adequação às normas e otimização do uso.

Tanques de Decantação (Sumps): R\$ 910.808,91 — instalação de estruturas de tratamento físico utilizadas para a coleta e separação de sólidos suspensos presentes nos efluentes. Permite a decantação e remoção eficiente de partículas sólidas antes do descarte ou de etapas subsequentes de tratamento.

ETAC (Estação de Tratamento de Águas Contaminadas): R\$ 971.770,00 — instalação e implementação na estação de tratamento, garantindo a conformidade ambiental e a eficiência no tratamento de água e efluentes gerados no processo operacional.

ETE (Estação de Tratamento de Efluente): R\$ 316.858,14 — serviços de instalação ou aprimoramento da estação de tratamento de efluentes sanitários, assegurando o cumprimento das normas ambientais.

Valor total estimado: R\$ 34.988.906,01



Durante a execução dos projetos, a equipe operacional manteve uma força de trabalho média de aproximadamente 45 colaboradores, assegurando a continuidade e a eficiência das atividades. No pico da fase de implantação, o número de profissionais envolvidos atingiu aproximadamente 1.105 pessoas, evidenciando a magnitude do empreendimento, a complexidade das operações e o elevado nível de coordenação necessário para o cumprimento dos prazos e metas estabelecidos.

Resultados obtidos

Nos Pátios de Armazenamento cada área conta com uma rede de drenagem independente, integrada a sistemas de controle ambiental. Esses sistemas incluem dispositivos de LavaRodas, equipados com separadores de água, óleo e sólidos, localizados nas saídas dos pátios. Os efluentes pluviais gerados nas operações são direcionados para SUMPs, que consistem em caixas de concreto armado projetadas para a coleta e tratamento inicial dos efluentes contaminados. Esse tratamento físico envolve processos como a decantação, destinados a remover partículas suspensas e outros contaminantes sólidos.

Adicionalmente, dependendo da natureza do produto armazenado, os efluentes podem passar por tratamentos específicos, por exemplo, reguladores de pH.

Além dos pátios de estocagem, a CS Porto Aratu dispõe de galpões destinados ao armazenamento de Concentrado de Cobre e Fertilizantes, ambos movimentados na área de arrendamento ATU 12. Historicamente, o principal produto armazenado nesses galpões era o Concentrado de Cobre, cujos efluentes eram inicialmente direcionados ao SUMP para decantação, e posteriormente escoados para a Bacia de Contenção conhecida como “Lagoa do Porto”, localizada nas imediações da Portaria 2 do Porto de Aratu, ao nordeste do pátio operacional.

A bacia atuava como corpo receptor de parte significativa da drenagem pluvial e dos efluentes provenientes não apenas dos galpões e pátios, mas também das principais vias de acesso ao terminal. Em função desse histórico de lançamentos contínuos e da ausência de infraestrutura de tratamento adequada no passado, a Lagoa do Porto passou a configurar um dos principais passivos ambientais assumidos pela CS Porto Aratu. O escoamento direto oriundo do sistema de drenagem industrial e das áreas de tráfego intenso acentuou a carga poluente no corpo hídrico, demandando, assim, ações de remediação ambiental para mitigação dos impactos acumulados.

Em julho de 2022, foram iniciadas as obras de reestruturação, que envolveu a troca dos telhados e a impermeabilização das estruturas, assim como o sistema de drenagem da área dos Galpões de Armazenamento. A instalação da Estação de Tratamento da Água Contaminada - ETAC foi iniciada em julho de 2023, e a partir do mês de setembro, todo o efluente decantado no SUMP passou a ser direcionado diretamente para tratamento na ETAC e direcionado para deságue no mar por meio da macrodrenagem (Foto 10). A ETAC utilizada para tratar os efluentes industriais da área de operação e armazenamento de granéis minerais a qual dispõe das seguintes etapas de tratamento:

- Bombeamento do efluente do SUMP para a ETAC (Estação de Tratamento de Águas Contaminadas);
- Dosagem de Coagulante por Bomba Dosadora e Flocculador (composto por três compartimentos: flocculador, decantador e tanque de contato de passagem);

- Descarte de lodo em Geobag;
- Filtração Zeólita, Air Stripping (liberação de nitrogênio amoniacal em fase gasosa) e Troca Iônica.

Em 29 de dezembro de 2023, a CS Porto Aratu encerrou de forma definitiva as contribuições de efluentes para a Lagoa do Porto, marcando um importante avanço no processo de mitigação de passivos ambientais históricos na região. A partir dessa data, todos os efluentes gerados passaram a ser submetidos a tratamentos específicos — incluindo correção de pH e tratamento na Estação de Tratamento de Águas Contaminadas (ETAC) — garantindo que os parâmetros estejam em conformidade com os limites estabelecidos pela legislação ambiental vigente. Após o tratamento, os efluentes são conduzidos para lançamento no mar, na área do terminal ATU 18, por meio de tubulações em polietileno de alta densidade (PEAD).

O projeto reforça o compromisso da CS Porto Aratu com uma gestão portuária responsável e sustentável, alinhada ao atendimento de requisitos legais de cunho ambiental e social. Ao mitigar impactos ambientais históricos e promover a recuperação da qualidade ambiental na área de abrangência, a iniciativa não apenas cumpre condicionantes legais, mas também busca fortalecer o vínculo com a comunidade local e demais partes interessadas.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 07/07/2025

JBS INICIA EXPORTAÇÃO DE CARNE BOVINA PARA O VIETNÃ E REFORÇA PRESENÇA NO SUDESTE ASIÁTICO

Da Redação Portos e Logística 06/07/2025 - 19:46



A JBS embarcou no sábado (5) o primeiro carregamento de carne bovina com destino ao Vietnã, com 27 toneladas processadas na unidade da Friboi de Mozarlândia (GO), recentemente habilitada para exportações ao país asiático. A cerimônia que marcou o primeiro embarque de carne brasileira para o Vietnã, realizada no Rio de Janeiro, contou com a presença do primeiro-ministro vietnamita Pham Minh Chinh e do ministro da Agricultura brasileiro, Carlos Fávaro.

A abertura do mercado vietnamita representa mais do que a entrada em um novo destino comercial: é um movimento estratégico da JBS na Ásia, região com crescente demanda por proteína animal e protagonismo econômico. Além de Mozarlândia, a unidade da JBS de Goiânia também recebeu habilitação para exportar ao Vietnã.

Com uma população que já ultrapassa 101 milhões de habitantes, segundo o General Statistics Office do Vietnã (GSO), e crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) estimado em 7,6% no segundo trimestre deste ano em relação ao mesmo período de 2024, o país se consolida como um dos mercados mais promissores do Sudeste Asiático para proteínas animais.

Em discurso durante o evento, a diretora-executiva de Assuntos Corporativos da JBS, Marcela Rocha, destacou a relevância da abertura do Vietnã para o Brasil: “Estar presente nesse mercado é positivo para toda a cadeia do agronegócio nacional: produtores rurais, indústrias, fornecedores e trabalhadores. Trata-se de setor que representa 20% do PIB, gera emprego e movimentam economias regionais”.

Em 2024, os vietnamitas importaram cerca de 300 mil toneladas de carne bovina e de búfalo, com destaque para produtos voltados ao consumo interno de uma classe média em expansão. O cenário de crescimento sustentado e urbanização acelerada deve impulsionar ainda mais a demanda nos próximos anos e posiciona o Brasil como um fornecedor estratégico para atender esse mercado.

A JBS foi a primeira empresa brasileira do setor a investir diretamente no território vietnamita. Desde 2014, a Companhia opera no país com uma planta de couro no distrito de Dong Nai, especializada em acabamentos para os setores de estofados e calçados. A unidade emprega mais de 600 colaboradores e pouco mais de 60% da produção é destinada ao próprio mercado vietnamita.

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 06/07/2025

TRANSBRASA NEUTRALIZA EMISSÕES DE GASES COM CRÉDITOS DE CARBONO EM PROJETO DE ENERGIA EÓLICA

Da Redação *Portos e logística* 06/07/2025 - 19:41



A Transbrasa, terminal alfandegado do Porto de Santos, adquiriu créditos de carbono para neutralizar as emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) emitidos durante o ano de 2024. A compensação foi realizada com a compra de créditos vendidos pelo projeto Delta do Parnaíba Wind Power Plant Project, do Piauí. Os dados constam do Relatório de Emissão de Gases do Efeito Estufa, Inventário 2024, produzido pela Transbrasa e Maplink Green.

“Produzimos um relatório mais completo em 2024, cobrindo as emissões de gases dos escopos 1,2 e 3 e

visando ampliar a precisão do nosso inventário, explica Tainan Cócça Umbuzeiro, supervisora de Sistema de Gestão Integrada (SGI) da Transbrasa, responsável pelo relatório.

A Transbrasa incorporou, em 2024, novas fontes de dados referentes ao transporte de cargas. Até 2023, o inventário considerava apenas as emissões relacionadas aos Conhecimentos de Transporte Eletrônico (CTe). A partir de 2024, foram adicionadas duas novas fontes: GMC e MT1 (resultantes de combustão móvel), proporcionando uma visão mais completa das emissões associadas às operações da empresa.

O Escopo 1 inclui emissões de GEE provenientes de fontes pertencentes à organização ou por ela controladas. Enquadram-se nesta categoria emissões devido à queima de combustíveis para geração de energia elétrica, térmica ou mecânica, emissões provenientes de processos químicos e emissões fugitivas.

Já o Escopo 2 abrange emissões de GEE originadas pela geração de energia elétrica ou térmica, importada da rede de distribuição e consumida.

O Escopo 3 traz as emissões indiretas, não associadas à energia importada, que possuem relação com as atividades da organização, contudo advindas de fontes que pertencem ou são controladas por outras organizações.

Em 2024, as operações monitoradas foram compensadas por meio do patrocínio de um projeto brasileiro de energia eólica localizado no Delta do Rio Parnaíba, Barra Grande / Ilha Grande (PI).

“Investir em créditos de energia eólica oferece múltiplos benefícios: trata-se de uma fonte limpa e renovável, de baixo impacto ambiental, que frequentemente gera benefícios socioeconômicos para as comunidades locais. A facilidade de aquisição, a rastreabilidade dos créditos e a chancela da UNFCCC (United Nations Framework Convention on Climate Change) para o projeto escolhido são também fatores que fazem parte da escolha”, explica o CEO da Transbrasa, Bayard Umbuzeiro Neto.

Também foram deduzidos os créditos, referentes aos iRECs (International Renewable Energy Certificates, ou Certificados Internacionais de Energia Renovável). Os IRECs são instrumentos que



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 090/2025
Página 78 de 78
Data: 08/07/2025
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

comprovam a geração de eletricidade a partir de fontes renováveis, como energia solar, eólica, hidrelétrica e biomassa.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 06/07/2025



MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 08/07/2025